

AMARILIS BARBOSA MARTINS

**RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E CABO VERDE
ANTES E DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA**

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em
Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais no
Curso de Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e
Relações Internacionais, conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

Lisboa

2009

Epígrafe

Independentemente do nosso passado histórico de uma relação naturalmente desigual entre a metrópole e colónia, que cria relações culturais, a partir do momento em que falarmos de uma nação independente, ficamos vinculados à obrigação de fazer valer a capacidade endógena de redefinir o próprio destino e de protagonizá-lo.

Corsino Tolentino

Dedicatória

Aos actores da política internacional para que não deixem de apoiar Cabo Verde na sua caminhada rumo ao desenvolvimento. Que os apoios não escasseiem para que o governo continue a pôr em prática os projectos com vista ao desenvolvimento sustentável.

A todos aqueles que, de uma forma directa ou indirecta, contribuíram para que esta Dissertação esteja completa.

À Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias que continua a apostar na cooperação a nível do ensino no Mundo Lusófono.

Agradecimentos

Ao meu Orientador, Professor Doutor José Filipe Pinto, que tive a honra de conhecer como docente da cadeira de Estratégias Linguísticas e Geopolíticas da Lusofonia, pelo seu desempenho a nível da leccionação da cadeira e também pela sua capacidade de incentivo, exigência e determinação na orientação desta Dissertação.

À Universidade Lusófona, instituição à qual estarei grata por toda a minha vida por ter me apoiado durante a Licenciatura e também no Mestrado.

Aos meus colegas Paulo Moreira, Luís Carvalho e Rui Costa, pelo apoio que me prestaram.

Ao Senhor Embaixador de Cabo Verde em Portugal, Arnaldo Ramos, pela disponibilidade em me conceder a entrevista que consta nesta Dissertação.

Resumo

A história de Cabo Verde teve início com o seu achamento em 1460 pelos navegadores portugueses que, apesar dos condicionalismos da região, deram arranque ao povoamento, começando uma vida baseada no comércio com a costa africana e, depois, com a Europa e a América por causa do tráfico negreiro.

Para Portugal, Cabo Verde era uma fonte de receitas por causa da posição geoestratégica. O rei nomeava representantes que administravam as ilhas para recolherem os lucros do comércio e os enviarem para a metrópole.

Cabo Verde demorou cinco séculos até ser independente e no arquipélago nunca houve luta armada contra a presença portuguesa. A 5 de Julho de 1975, tornou-se independente optou pelo monopartidarismo que vigorou quinze anos. Em 1990, fruto da alteração da conjuntura internacional e da saturação a nível interno, deu-se a abertura ao multipartidarismo, com a criação do MpD, que venceu as primeiras eleições multipartidárias.

Depois o PAICV regressaria ao Poder pela força dos votos e esta alternância foi bem aceite por todos porque provou a existência de democracia no arquipélago.

Cabo Verde tem aproveitado a cooperação para o desenvolvimento, como se verifica pela evolução do IDH.

Actualmente, a parceria com a UE constitui um desafio e uma oportunidade.

Palavras-chave: Colonização, comércio, cooperação, independência e desenvolvimento.

Abstract

Cape Verde history began with its discovery in 1460 by Portuguese navigators who, in spite of the constraints of the region, managed to start the settlement, beginning a life based on the trade with the African coast and, later on, with Europe and America because of the slave trade.

For Portugal, Cape Verde was a source of revenue because of its geostrategic position. The king appointed representatives who ruled the islands in order to receive the profits which resulted from the trade and to send them to the kingdom.

Cape Verde needed five centuries to become independent and in the archipelago there was never struggle against the Portuguese presence. On July 5th 1975, it became independent and opted for a single political party system which remained for fifteen years. In 1990 due to the international situation changes and the domestic saturation, there was an opening towards a multiparty system with the creation of a new political force, the MpD, which won the first multiparty elections.

Later the PAICV returned to Government thanks to votes and this alternation was well accepted received by everyone because it proved the existence of democracy in the archipelago.

Cape Verde has profited cooperation for the development, as it can be seen by the evolution of its HDI.

Actually, the special partnership with UE is a challenge and an opportunity.

Key-words: Colonization, trade, cooperation, independence and development.

Lista de Siglas

ACP – Países de África, das Caraíbas e do Pacífico
ACIME – Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
APA – *American Psychological Association*
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
ANP – Assembleia Nacional Popular
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEMAC – Comunidade Económica e Monetária da África Central
CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGAERI – Direcção-geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais
DGCI – Direcção Geral de Contribuições e Impostos
EDAG – Reunião Democrática Africana da Guiné Portuguesa
FAD – Fundo Africano de Desenvolvimento
FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
FLIGC – Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde
FLING – Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GAT – Grupo de Apoio à Transição
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPAD – Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento
IPAJ – Instituto de Previdência e Assistência Judiciária
LOPE – Lei Sobre a Organização Política do Estado
MFA – Movimento das Forças Armadas
MLG – Movimento de Libertação da Guiné-bissau
MLGCV – Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde
MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MpD – Movimento para a Democracia

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização de Unidade Africana
PAC – Planos Anuais de Cooperação
PAI – Partido Africano Independente
PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIC – Programas Indicativos de Cooperação
PMA – Países Menos Avançados
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVD – Países em Vias de Desenvolvimento
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteira
SPG – Sistema de Preferências Generalizadas
UDCV – União Democrática de Cabo Verde
UE – União Europeia
UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental
UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UPG – União das Populações da Guiné
UPICV – União do Povo das Ilhas de Cabo Verde
UPLG – União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

Epígrafe.....	3
Dedicatória.....	4
Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract.....	7
Lista de Siglas.....	8
Índice.....	10
Introdução	
Problemática Teórica.....	12
Metodologia.....	14
Enquadramento Teórico.....	15
 Capítulo I – Relações Entre Cabo Verde e Portugal Antes da Independência	
1.1.Cabo Verde, desde o Achamento ao Povoamento: Forma de Administração Durante o Período Colonial.....	17
1.2 Poderes Locais.....	22
1.3. A Igreja.....	28
1.4. Situação das Outras Ilhas.....	29
1.5. A Lei do Indigenato.....	32
1.6. As Relações Comerciais de Cabo Verde com Portugal Antes da Independência.....	35
1.7. A Origem do PAIGC e o Processo de Libertação de Guiné e Cabo Verde..	42
 Capítulo II – Relações Entre Cabo Verde e Portugal Depois da Independência	
2.1. Breve Resumo sobre a Transição do Poder no Arquipélago – A Passagem do Regime Colonialista para o Regime Monopartidário.....	50
2.2. A Realização das Primeiras Eleições e a Construção do Estado-nação.....	53
2.3. A Transição do Regime Monopartidário para o Multipartidarismo.....	58
2.4. As Relações Comerciais de Cabo Verde com Portugal Depois da Independência.....	64

Capítulo III – Papel de Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde

3.1. Evolução do IDH.....	67
3.2. Papel da Cooperação entre Portugal e Cabo Verde para o Desenvolvimento de Cabo Verde.....	70
3.3. O Acordo Cambial como Forma de Relação Bilateral.....	74
3.4. Contributo de Portugal para a «Integração» de Cabo Verde na UE.....	78

Capítulo IV – Do Presente para o Futuro

4.1. Traumas da Descolonização de Cabo Verde.....	85
4.2. A Diáspora Cabo-verdiana.....	87
4.3. As Políticas Públicas de Integração em Portugal.....	96
4.4. Questão da Adjacência.....	98
Conclusão.....	101
Bibliografia.....	104
Índice Remissivo.....	109
Anexo.....	112

Introdução

Problemática Teórica

Cabo Verde é um país africano de expressão portuguesa que tem laços históricos e de sangue de cinco séculos com Portugal e que pertence à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

De facto, colonizadas por Portugal desde 1460, as ilhas de Cabo Verde foram povoadas por diversas etnias vindos da costa africana, mas também por populações oriundas da metrópole.

Com a presente Dissertação pretende-se analisar as relações entre Cabo Verde e Portugal com o propósito de identificar as várias fases e formas desse relacionamento. Além disso, importa verificar o papel de Portugal no crescimento económico, no progresso e no bem-estar social que o arquipélago já atingiu.

Parece também importante ver se as relações de Poder entre os dois países representam uma ameaça para a estrutura política e institucional dos Estados ou uma forma de imposição de valores.

Na verdade, se, como Mandela afirma, num período de grande interdependência de nações e de crescente importância dos blocos regionais na economia global, nenhuma nação de África poderá prosperar isolada, não é menos verdade que qualquer país pode e deve acautelar a sua soberania.

A História, ainda jovem, de Cabo Verde requer a análise do processo de transição política desde a independência até à actualidade, contemplando as fases do sistema de partido único e da posterior abertura ao multipartidarismo.

Aliás, convém referir que a institucionalização do regime multipartidário nos países africanos foi feita tardiamente se comparada ao estudo da mesma problemática no contexto europeu.

Na realidade, as grandes transformações políticas dos países de língua oficial portuguesa decorreram nos anos 80 e 90 do século passado, com a transição dos regimes monopartidários para regimes multipartidários, pois os processos de transição política tiveram muito a ver com a implosão da URSS. De facto, foi a queda do Bloco de Leste que permitiu o processo de reforma política na África lusófona. Foi também essa queda que possibilitou a reaproximação de Portugal com as suas antigas possessões ultramarinas.

No âmbito desta Dissertação, procura encontrar-se resposta para as seguintes questões:

- Como foram as relações entre Cabo Verde e Portugal durante a fase colonial?
- De que forma a independência Cabo Verde influenciou as relações com a antiga potência colonial?
- Que papel desempenhou Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde?
- Qual a importância do estatuto de adjacência para o futuro de Cabo Verde?

Na tentativa de encontrar resposta para estas perguntas - base, considerou-se por bem estruturar o trabalho em quatro capítulos de forma a fazer a contextualização teórica da problemática e a proceder ao estudo diacrónico da cooperação.

Assim, no ponto que se segue à introdução, procede-se ao enquadramento metodológico e ao enquadramento teórico do trabalho.

No primeiro capítulo, será elaborado o estudo das relações entre Cabo Verde e Portugal antes da independência, ou seja, a forma de administração no período colonial, bem como as relações comerciais e, por fim, a questão do indigenato e a formação da oposição ao domínio português, ainda que esta não tenha assumido a forma de luta armada no arquipélago.

No segundo capítulo, na primeira parte, descreve-se a transição do Poder. Assim, serão analisadas a primeira mudança – o processo da independência e o fim da era colonial – e a segunda transição, aquela que deu a abertura política, ou seja, a implantação do regime multipartidário.

Na terceira parte, será feita uma análise dos reflexos e traumas da descolonização e, retomando a questão das relações comerciais, procede-se ao estudo do comércio entre Cabo Verde e Portugal nos anos, 70, 80 e 90, com a normalização das relações e o papel do acordo cambial

No capítulo quatro, com base nas relações entre Cabo Verde e Portugal, far-se-á uma visão prospectiva e procede-se ao estudo, ainda que breve, do peso da diáspora representada pela comunidade cabo-verdiana em Portugal, bem como da integração dos cabo-verdianos em Portugal.

O tema escolhido parece importante, visto que Cabo Verde se encontra, de acordo com os dados mais recentes do IDH, entre os países de desenvolvimento médio e, por isso, importa saber se Portugal teve um papel importante no processo de desenvolvimento do arquipélago.

Finalmente, considera-se importante analisar a questão da adjacência para perspectivar a vida no arquipélago.

Em suma, nesta Dissertação pretende-se fazer uma análise aprofundada das relações entre Cabo Verde e Portugal, identificar a importância desta relação sobretudo na perspectiva cabo-verdiana e perceber a sua influência a nível do exercício do Poder e da Soberania.

Metodologia

No que concerne à metodologia utilizada para a elaboração desta Dissertação, foram utilizados vários métodos e técnicas.

Convém, no entanto, salientar que durante a fase de pesquisa foi difícil encontrar manuais que abordassem vários dos temas que se inserem no âmbito desta Dissertação. Esta falta deve-se ao facto de em Cabo Verde existir uma carência de fontes escritas, a exemplo do que acontece em muitas sociedades africanas que têm tradições orais mas onde ainda é escassa a utilização de publicações e o registo e arquivos de documentos e dados.

Assim sendo, acervo bibliográfico utilizado foi consultado em várias bibliotecas de Lisboa e os documentos foram obtidos através do Orientador ou de algumas pessoas que disponibilizaram a sua consulta. Também se recorreu à Embaixada de Cabo Verde e à Internet.

Assim, para se fazer a análise do sistema de povoamento, do sistema administrativo que vigorou durante o período colonial e da transição política do regime colonial para a independência de Cabo Verde, recorreu-se a um acervo bibliográfico que incluiu autores de referência da Ciência Política e estudiosos da História da colonização portuguesa.

Na tentativa de tentar interpretar a transição política ocorrida no arquipélago, aquando da abertura ao multipartidarismo, foi feita a análise de documentos pertencentes aos partidos – PAIGC e MpD –, tais como as publicações dos congressos e

os boletins informativos. Procedeu-se, ainda, à análise comparativa dos dados eleitorais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde e à análise dos programas de governo. Nesta fase, a Internet revelou-se importante, sobretudo para a recolha de dados estatísticos.

Também foi feito o estudo da revisão constitucional, de artigos de jornais e de alguns discursos parlamentares.

Para informações mais recentes relativamente aos resultados eleitorais e ao sistema económico de Cabo Verde, foram utilizadas informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde no seu sítio na Internet.

Como forma de adquirir informação em relação ao comércio entre Cabo Verde e Portugal, fez-se o levantamento dos dados correspondentes aos anos 1930 a 2000 no Instituto Nacional de Estatística de Portugal, usando uma malha de 5 anos.

Ainda no que concerne às técnicas de recolha de informação, a Mestranda teve oportunidade de acompanhar a visita que o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, fez a Portugal e de registar algumas das suas declarações e procedeu à recolha de uma entrevista com o Embaixador de Cabo Verde em Portugal, Arnaldo Ramos, para poder esclarecer algumas questões de carácter pertinente para a Dissertação.

Finalmente, no que concerne às citações, foram respeitadas as normas para a elaboração e apresentação de Dissertações vigentes na ULHT e optou-se pela norma da *American Psychological Association* (APA).

Enquadramento Teórico

Nesta Dissertação parece importante proceder, apenas, à definição de conceitos ligados à tipologia de comércio.

Esta situação fica a dever-se ao facto de se optar por uma metodologia que assenta na definição dos conceitos à medida que os mesmos vão surgindo.

Assim, importa distinguir os conceitos relativos ao comércio, neste caso a diferença entre comércio geral e comércio especial, uma vez que só o segundo é que é objecto de tratamento estatístico na obra.

De acordo com o INE, o comércio especial compreende “as mercadorias

despachadas para consumo, as entradas em regime de admissão temporária, para sofrerem transformação, reparação ou complemento de mão-de-obra (draubaque), e ainda aquelas que, dando entrada no território nacional em regime de armazém, nessa situação são submetidas a transformações ou complemento de mão-de-obra; não compreende, por conseguinte, as mercadorias entradas em regime temporário normal (importação temporária) ou aquelas que regressam de outro território para onde haviam sido expedidas em regime temporário (reimportação).

Na importação acham-se também incluídas as mercadorias destinadas à navegação nacional, ainda que submetidas a despacho para consumo e excluídas as pescas efectuadas por navios nacionais em águas nacionais, estrangeiras ou de mar alto.

O ouro destinado a fins industriais é incluído na importação como qualquer outra mercadoria”¹.

As exportações compreendiam as mercadorias produzidas no território nacional, as que tivessem sido nacionalizadas, quer porque tivessem sido despachadas, quer porque tivessem sido submetidas a transformação, reparação ou complemento de mão-de-obra, em regime de admissão temporária (draubaque), ou em regime de armazém. Compreendiam-se também as mercadorias nacionais e nacionalizadas destinadas a navios estrangeiros e excluía-se as mercadorias nacionais ou nacionalizadas, destinadas à navegação nacional.

Era excluído “tanto da importação, como da exportação, por não constituir comércio, o simples movimento de depósito formado por ouro, prata, ou títulos de crédito e, por motivo semelhante, a partir de 1942, acham-se igualmente excluídas do comércio especial as importações e exportações de materiais destinados à defesa nacional, efectuados pelos Ministérios militares”².

Quanto ao comércio geral, ainda segundo o INE, “compreende o comércio especial e o trânsito indirecto, sendo este adicionado àquele, tanto na importação, como na exportação”³.

¹ Cf. Instituto Nacional de Estatística, *Comércio Externo*, Volume I, 1965, p. VI.

² Cf. Instituto Nacional de Estatística, *Comércio Externo*, Volume I, 1965, p. VI.

³ Cf. Instituto Nacional de Estatística, *Comércio Externo*, Volume I, 1965, p. VI.

Capítulo I – Relações entre Cabo Verde e Portugal Antes da Independência

1.1. Cabo Verde, desde o Achamento ao Povoamento: Forma de Administração durante o Período Colonial

Antes de se fazer referência às formas de administração, importa fazer uma breve análise da História, desde o achamento ao povoamento e à implementação do sistema administrativo nas ilhas de Cabo Verde.

Alguns historiadores defendem que algumas ilhas, antes da chegada dos portugueses, já eram conhecidas pelas populações africanas e também pelos gregos e geógrafos árabes. Segundo Cortesão, apesar das informações incompletas fornecidas por esses geógrafos, as ilhas eram conhecidas por alguns cartógrafos, pois:

“nos mapas que acompanharam a obra de Idrisi, figuravam algumas das ilhas, uma das quais tinha o nome de Aulil: alguns séculos mais tarde, o mapa-mundo de Macias de Viladestes de 1413, que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris, apresenta em frente do Rio do Ouro, claramente identificado como sendo o Nilo do Ghana, isto é, o Senegal, duas ilhas de tamanho e forma iguais, com o nome de Ilhas de Gaderi no mapa mundo de Andrea di Bianco de 1448. Estas mesmas ilhas aparecem de novo frente à costa entre o Senegal e Cabo Verde, com o nome de Dos Hermanos” (Cortesão, 1962, p. 47).

Esse historiador considerava estas duas ilhas (Sal e Boavista) como sendo as mais orientais do Arquipélago.

No entanto, na generalidade, admite-se que as ilhas foram encontradas pelos portugueses durante duas viagens entre 1460 e 1462. Essas datas são conhecidas através dos seguintes documentos: num que consta do diploma de 3 de Dezembro de 1460 e faz referência às cinco primeiras do grupo ocidental: Sam Jacob (Santiago), Sam Filipe (Fogo), De las Mayes (Maio), Sam Christovam (Boavista) e Lana (Sal) que D. Afonso V doou a seu irmão D. Fernando logo após a morte do Infante D. Henrique, e noutro, a Carta de Doação de 19 de Setembro de 1462 que se refere às cinco ilhas acima mencionadas, às cinco restantes que foram descobertas na segunda viagem e aos dois ilhéus: ilha Brava, ilha de Sam Nicolau (São Nicolau), ilha de Sam Vicente (São Vicente), ilha Rasa (ilhéu Raso), ilha Branca (ilhéu Branco), ilha de Santa Luzia e a ilha de Sant’ Antonio (Santo Antão).

No que concerne à identidade dos descobridores, a maioria dos historiadores consideram que as cinco primeiras ilhas foram descobertas por António de Noli,

genovês ao serviço do Infante D. Henrique e Diogo Gomes, navegador português, e as restantes por Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando.

Ainda sobre esta questão, existe outra contradição entre os historiadores, pois alguns defendem que o arquipélago já era habitado antes do seu achamento pelos portugueses. Assim, Carreira (1972, p.301) defende que, “não se deve excluir a hipótese de Santiago ter abrigado um pequeno grupo de náufragos Jalofof ou outros habitantes (Sereres, Felupes, Lêbus, etc.) de Cabo Verde (Senegal)”, pois esses dois últimos grupos iam às ilhas por causa da sua riqueza em peixe e buscar sal, na ilha do Sal, para o comércio em África.

Porém a ideia mais aceite aponta para o facto de não haver população enraizada nas ilhas que pudesse ter determinado o tipo de povoamento que foi adoptado.

Assim, inicialmente, as autoridades portuguesas queriam que os donatários utilizassem o mesmo modelo de ocupação das suas outras ilhas atlânticas, Açores e Madeira, isto é, queriam promover um povoamento europeu que falhou porque na altura do povoamento das ilhas de Cabo Verde, a Coroa atravessava graves problemas financeiras e isso fez com que a ocupação das ilhas de Cabo Verde não decorresse como era pretendido.

Ao receber as ilhas em doação, D. Fernando recebeu conjuntamente o dever de as povoar e um dos primeiros a instalar-se em Santiago foi António de Noli, em 1462⁴, acompanhado de alguns membros da sua família e de portugueses oriundos do Alentejo e do Algarve. Instalaram-se na Ribeira Grande, dando início ao primeiro povoado. Esta localidade foi escolhida porque havia muitas ribeiras e havia lugares onde os navios podiam abrigar-se. Dispunha, igualmente, nas proximidades, de terreno onde viriam a ser lançadas as bases de uma agricultura de rentabilidade e outra de subsistência.

Como forma de recompensar os descobridores do arquipélago de Cabo Verde, D. Fernando concedeu à ilha de Santiago (a primeira a ser povoada) a primeira divisão político-administrativa, ou seja, a ilha foi dividida em duas capitânias: a sul sedeada na Ribeira Grande (actualmente Cidade Velha) foi atribuída a António de Noli e, mais tarde, a capitania do norte sedeada em Alcatrazes (actualmente Cidade da Praia) a Diogo Afonso. Foi-lhes concedido, paralelamente, o título de capitães-donatários.

⁴ Brásio, A. (1962). Descobrimento, povoamento, evangelização do arquipélago de Cabo Verde. In *Revista Studia*, nº 10. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, p. 77.

Devido a esse cargo, por um lado, beneficiavam de largos privilégios económicos e, por outro, detinham o direito de estabelecer impostos e de conceder as terras aos colonos em regime de sesmaria. Além disso, os dois detinham extensos poderes de jurisdição, embora limitados pelo Tribunal do Reino em relação às causas penais.

Assim sendo, deu-se origem à capitania-donatária que, no início, foi o pilar mais importante da estrutura administrativa, tendo como entidade superior ou dirigente o capitão-donatário.

Contudo, estes poderes de carácter administrativo, fiscal e jurídico, que foram delegadas pelo rei para que houvesse um normal funcionamento do aparelho administrativo nas ilhas do arquipélago, faziam com que as deliberações por parte do rei fossem limitadas porque “o senhor tinha a autoridade absoluta para julgar nos seus tribunais matérias relacionadas com infracções aos códigos civil e criminal, bem como para aplicar as leis convenientes e as penas pecuniárias ou corporais, em proporção”⁵, embora estivesse sujeito a limitações, as quais abrangiam os casos que implicassem a aplicação da pena de morte ou talhamento dos membros porque eram penas que competiam exclusivamente aos tribunais régios.

Os capitães tinham a obrigação de impor aos moradores o pagamento dos impostos devidos ao rei que eram parte dos rendimentos recolhidos sob a forma de contribuição. Por conseguinte, levando em consideração os direitos que os capitães-donatários tinham que exercer nas ilhas, foi necessário criar um corpo burocrático-administrativo para o melhor funcionamento da governação das ilhas.

Desde a primeira metade do século XV, como forma de dar continuidade ao povoamento e assegurar o seu desenvolvimento em termos humanos, introduziu-se em Santiago o sistema de Morgadios e Capelas que só viria a ser abolido em 1864.

Na opinião de Pereira (2005, p.52), o sistema inicial, ou seja, o regime de sesmaria, “foi sempre susceptível de criar conflitos entre as partes contratantes, até porque a possibilidade que detinham os capitães-donatários de poderem dividir as terras em sesmarias a quem quisessem seria sempre utilizada em condições que nunca lhes seriam desvantajosas.”

⁵ Albuquerque L. et al. (1991). *História geral de Cabo Verde*, Vol I, Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda. p.43.

Pode, assim, constatar-se que os capitães-donatários não eram dignos da confiança do rei, por mercê do qual detinham grande poder, mas usavam-no de uma forma descontrolada, abusavam e exploravam os rendeiros de forma desumana.

No que concerne aos meios de subsistência, os capitães-donatários viram-se impossibilitados de mandar praticar o mesmo tipo de culturas da metrópole e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores devido ao rigor do clima tropical a que os povoadores do arquipélago não estavam habituados. Além disso, no que concerne ao povoamento, também deve ser tida em conta a própria fraqueza demográfica de Portugal, isto é, a população não tinha recuperado da quebra provocada pela peste negra que tinha assolado o país no século XIV e isto foi mais um impedimento à fixação em Cabo Verde de um maior número de pessoas, provenientes de Portugal.

Assim, como forma de promover a imigração europeia e poder recorrer à mão-de-obra escrava, D. Fernando solicitou ao seu irmão D. Afonso V mais liberdades e privilégios, que lhe foram concedidos através da Carta Régia de 12 de Junho de 1466⁶. Essa carta constitui uma espécie de carta orgânica do país e concedia ao Infante D. Fernando poderes de jurisdição em matéria civil e criminal em relação a todos os Mouros, Negros ou Brancos, livres ou escravos que fossem cristãos. No que diz respeito aos habitantes de Cabo Verde, a carta concedia-lhes o direito perpétuo de fazer o comércio e o tráfico de escravos, em todas as regiões da Costa da Guiné (do rio Senegal à Serra Leoa), exceptuando a feitoria de Arguim⁷, cuja exploração estava reservada à Coroa. Nessa altura, mercadores (representantes do rei) e castelhanos fixaram-se à volta do porto da Ribeira Grande, dando início à formação de uma próspera comunidade de moradores e vizinhos.

De acordo com as fontes históricas, principalmente no que concerne à abordagem do povoamento das ilhas, pode constatar-se que o mesmo não foi feito recorrendo apenas a escravos, pois houve negros livres, nomeadamente banhuns,

⁶ Estes privilégios foram limitados depois da promulgação da Carta de *Declaração e limitação dos privilégios de 1472*. Esta Carta proibia aos habitantes de Cabo Verde, por um lado, de ir mais além da Serra Leoa e, por outro, de utilizar nas trocas mercadorias que não fossem produzidas nas ilhas de Cabo Verde, o que limitava as suas possibilidades de troca. Limitou também a aquisição de escravos que só deviam ser importados para satisfazer as necessidades internas em mão-de-obra, o que nunca foi respeitado. Determinou ainda que os navios que asseguravam a ligação com a costa africana deviam pertencer aos habitantes de Cabo Verde ou ser armados e comandados por eles. Era-lhes também interdito fretar navios não registados em Santiago. Essa Carta marca o início da oposição de interesses entre a administração colonial e os homens da terra.

⁷ Este tema será desenvolvido no ponto 2.2, porque inclui a parte comercial que se desenvolveu na Ribeira Grande logo depois da autorização que foi dada aos senhores para praticarem o tráfico negreiro que decidiu a forma de povoamento nas ilhas.

cassangas, e brâmes, que acompanhavam livremente os comerciantes, mercenários e capitães de navios. Muitos deles falavam a língua portuguesa e alguns vinham a Santiago para serem cristianizados.

Segundo Barros entre os povoadores portugueses:

“foram os originários da Madeira que forneceram o maior número de indivíduos, no processo de formação do povo cabo-verdiano. Houve nobres, mas também deportados políticos e de delito comum”. Contudo, a deportação dos portugueses foi significativa no século XIX, baseado nos dados que Carreira (1969, p.288) apresenta, verifica-se que “de 1802 a 1882, foram deportados para o arquipélago 2443 condenados, dos quais, 81 mulheres”. (Barros, 1933, p.40)

Contudo, perante a insuficiência de mulheres brancas nas ilhas, com o decorrer do tempo e por causa do isolamento das ilhas, os senhores brancos foram-se juntando com uma ou mais mulheres escravas e assim se deu o início ao processo de mestiçagem. No entanto, foi sempre aceite com uma certa reserva o elevado número de mestiços, ou como Carreira, comentando os recenseamentos de população feitos em Cabo Verde, publicou no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* nº 94:

“por vezes os próprios recenseados inscrevem-se como «brancos» quando não possuem uma pigmentação muito acentuada, buscando uma ascensão social, ou fazendo-o sem nenhuma ideia preconcebida; outras vezes são os recenseadores (quando os boletins de famílias, nas áreas de elevada percentagem de iletrados, não são preenchidos pelos recenseados) que procuram «branquear» a população”⁸.

A segunda ilha a ser povoada foi a ilha do Fogo, nos finais do século XV, e as duas últimas foram São Vicente e Sal, na terceira década do século XIX.

A população de cada ilha apresentava características próprias, pois eram um tanto diferentes as sensibilidades dos vários ilhéus, visto que, por exemplo, na generalidade, não reagiam da mesma maneira o «santantonense» e o «santiaguense», o «sanicolaense» e o «foguense», ou ainda o «santiaguense» e o «bravense». Essas diferenças de comportamentos, hábitos, estilos de vida, tradições, crioulo local, enfim, a estruturação social das diversas ilhas cabo-verdianas, eram resultantes dos vários processos utilizados nos respectivos povoamentos e da evolução sócio-cultural de cada uma das ilhas.

Portanto, ao fazer-se uma análise do ponto de vista social e cultural, é necessário ter presente as características específicas da população de cada ilha, porque estas influenciaram significativamente as relações sócio-económicas ao longo dos séculos.

⁸ Carreira, A. (1969). A evolução demográfica de Cabo Verde. In *Boletim Oficial da Guiné Portuguesa* Vol. XXIV, nº 94.

1.2. Poderes Locais

Na leitura de Silveira (2005, p.103), “dentro do velho aforismo onde há comércio há Estado, a Coroa portuguesa procurou acautelar, desde o início, a cobrança dos réditos fiscais provenientes das transacções realizadas entre Santiago e a costa ocidental africana”. Portanto, com a intenção de estabelecer pelo menos uma organização administrativa minimamente eficaz, a coroa encontrou solução na atribuição dos poderes ao capitão-donatário e, mais tarde, aos rendeiros, que eram designados pelo capitão e representavam a capacidade de participação dos moradores na vida da comunidade através da Câmara.

No entanto, no decorrer do desenvolvimento deste subtítulo, vai verificar-se que estes poderes se confrontaram desde o início do processo na ilha de Santiago.

Assim, numa primeira fase o capitão-donatário foi o detentor do poder político e exercia a função de chefe da comunidade, ou seja, ele administrava a justiça e também a Câmara como força que congregava os interesses dos moradores. Consoante a hierarquia do poder político, o capitão-donatário mantinha, de uma forma perpétua, o poder político-judicial e o poder económico que nunca transmitia a outras pessoas, pois tinha o poder de aplicar a justiça, de dividir as terras pelos novos colonos em regime de sesmaria e também cobrava impostos devidos aos donatários. Para além destas atribuições, tinham o poder de impor normas aos capitães dos navios que iam para costa ocidental africana e depois regressavam a Santiago e que tinham de pagar impostos gerados por este comércio.

Pouco tempo depois, os capitães-donatários começaram a juntar riquezas, tornaram-se ainda mais influentes e poderosos através do comércio com o estrangeiro e deixaram de pagar as contribuições devidas ao rei. Começaram a ser independentes e o rei pouco ficou a saber deles.

Ora, como forma de resolver este problema, o rei viu-se obrigado a delegar competências de carácter restrito, através da criação de outros capitães que actuavam na Ribeira Grande, Vila da Praia e, mais tarde, na ilha do Fogo. Porém, estes tinham pouca interferência no que se passava nas fazendas agrícolas, não tinham importância suficiente para fazerem frente as grandes influências políticas, sociais e económicos, principalmente depois da formação de Morgadios (1525).

Pode constatar-se que a ilha de Santiago ficou dividido por morgados no princípio do século XVI. O sistema de morgados era juridicamente vinculado à família,

ou seja, quando um proprietário falecesse e tivesse filhos, o primeiro filho varão tomava posse de todos os bens que pertenciam à família e, se não houvesse filho varão, passava à filha para depois voltar ao descendente masculino assim que o houvesse.

Assim, devido às infracções por parte dos capitães-donatários e como forma de continuar a ter alguém que o representasse na ilha de Santiago, o rei viu-se obrigado a criar vários órgãos – uns controlavam os outros – como forma de não perder o monopólio da dita ilha.

Assim sendo, no decorrer deste subcapítulo far-se-á referência a vários representantes do rei que passaram por Cabo Verde.

Além disso, a nível local, a Câmara passou a ter amplos poderes enquanto representante dos moradores, tinha a competência de intervenção, quer na metrópole onde, por meio de petições, fazia queixas junto ao monarca dos seus secretários e do capitão-donatário, quer na própria terra, pela sua interferência directa no governo local e pela partilha de determinados poderes com o capitão.

No que concerne à escolha dos representantes camarários, cabia aos moradores escolher anualmente indivíduos de maior riqueza e prestígio, isto é, tinham que ser escolhidos entre os homens proprietários de terras que faziam parte do comércio com a costa africana e com uma enorme capacidade de intervenção política na sociedade local⁹. Mas, em 1546, devido à evolução da sociedade, surgiu um novo conceito de morador e vizinho, o que fez com que houvesse alteração jurídica com autorização do rei para que *baços* e negros fizessem parte da constituição da Câmara

A Câmara era constituída por dois juizes ordinários, tesoureiros, procurador, escrivão e vereadores. Os juizes tinham mais importância do que o resto dos membros porque lhes competia manter a ordem pública, fazer cumprir as leis do reino e davam ordens para pagamento de determinados cargos.

Os vereadores tinham como função gerir os bens do concelho, recebiam os pagamentos dos foros e arrendamentos, dívidas e coimas, e eram os responsáveis pelo reparo e manutenção dos bens comuns como, por exemplo, a construção de poços e caminhos. Além disso, fixavam os salários dos jornaleiros, dos oficiais mecânicos e fiscalizavam os preços dos produtos alimentares e manufacturados.

⁹ Essas funções eram desempenhadas por senhores de vasta riqueza, porque os cargos não eram remunerados, embora o exercício desse ao escolhido maior relevo social e político. Por conseguinte, na primeira fase, o colono branco é que tinha as prerrogativas de acesso à Câmara.

O escrivão tinha um papel muito importante para o funcionamento da Câmara, pois anotava os mandados e acordos que se fizessem, registava o acto eleitoral dos vereadores, uma vez que todos os registos feitos teriam de ser guardados. As rendas adquiridas pela Câmara eram controladas pelo escrivão que registava todas as entradas e saídas das verbas e emitia os mandados de despesas¹⁰.

Portanto, com a evolução da sociedade começou a sentir-se uma dinâmica interna que levou os moradores a participarem na vida política da sociedade e, assim sendo, surgiu um poder paralelo, concorrente e vigilante à autoridade do capitão.

Estas características correspondem ao município, ou seja, começou a funcionar o poder local.

O papel do capitão também foi limitado quando o rei teve a necessidade de fazer a separação do poder judicial do poder económico. A intenção do rei foi criar um sistema de cobrança dos impostos fiscais oriundos do comércio com a costa ocidental africana, isto é, o rei pretendia que a mesma pessoa não desempenhasse duas funções. Assim, pode afirmar-se que o cargo de capitão-donatário teve restrições e limitações de poderes e o capitão passou a ser considerado cada vez mais um morador e a sua autoridade, enquanto entidade administrativa, foi dividida entre a Câmara e pelo Corregedor.

Com a perda gradual dos poderes do capitão, o município foi adquirindo superioridade de acordo com o progresso social e económico das ilhas e dos seus habitantes e, nas ilhas de Santiago e Fogo, deu-se a formação dos munícipes nas principais zonas onde estavam sedeadas os representantes da justiça senhorial (Ribeira Grande, Alcatrazes/Praia e S. Filipe).

A partir do momento que o comércio se intensificou e a sociedade evoluiu, não só em Santiago mas também nas outras ilhas, o rei teve necessidade de nomear outro tipo de agentes e funcionários em sua representação directa e que tinham como principal objectivo ou função recolher todos os impostos reais e controlar a saída de mercadorias.

Estas funções eram desempenhadas pelos almoxarifes, corregedores e feitores, sendo que o primeiro trabalhava em conjunto com o escrivão. Estes funcionários tinham o poder de controlar o comércio com a costa da Guiné e registavam todas as trocas que

¹⁰ Segundo Silveira (2005, p. 103) o município foi “instituído na Ribeira Grande desde 1475, ganha foros de poder local e organiza-se no âmbito da área geográfica do concelho, adquirindo um protagonismo paralelo ao poder régio e senhorial”.

havia entre o continente africano e o arquipélago e também pagavam os salários dos funcionários régios (entidades fiscais, judiciais e eclesiásticas).

Quando os donatários começam a perder terreno e as ilhas passaram a ser propriedade – de facto – do rei, o almoxarife passou a ter mais competências que abrangiam a cobrança do imposto de terra. Isto significou que de todas as produções que eram feitas na agricultura e na pecuária era pago algum imposto ao rei que, como já foi referido, passou a ser o real senhor das terras.

Contudo, existia um aspecto muito importante que se prendia com o facto de os almoxarifes e outros funcionários régios não poderem participar em nenhum tipo de comércio para fins próprios, caso contrário seriam afastados do cargo que desempenhavam. Aliás, entre 1513 e 1516, o representante Álvaro Dias cometeu várias infracções contra os princípios reais e foi afastado do cargo e o rei viu-se obrigado a criar um outro órgão que podia fiscalizar as funções do almoxarife e do escrivão que foi a contadoria. A partir de então, os almoxarifes tinham que prestar contas a este órgão sempre que cobrassem impostos e o novo órgão tinha o poder de vigilância e coordenação na ilha.

Em 1520 deu-se o aparecimento de um novo representante do rei designado por feitor. Este funcionário controlava o comércio, mas sempre em nome do rei, e também acumulava um outro poder que era o de punir os infractores civis e passou a ser coordenador da fazenda real e a controlar o desempenho do almoxarifado.

Em suma, a contadoria e o feitor passaram a desempenhar a mesma função, isto é, o contador passou a ser um outro membro do rei para o ajudar no controlo das ilhas de Cabo Verde.

O corregedor desempenhava várias funções como, por exemplo, no que diz respeito à segurança pública,

“ – impedido o asilo de degredados ou ladrões, ordenando a inquirição de roubos informando-se da existência de bandos e da segurança das prisões – a fiscalização dos funcionários administrativos e camarários – controlando a actuação de advogados e procuradores, escrivães e porteiros, feitores e almoxarifes, examinando as inquirições e pesquisas feitas pelos escrivães e as penas impostas pelos juízes, inquirindo sobre as divergências entre concelhos – a verificação do desenvolvimento económico – incentivando o povoamento de zonas desabitadas, promovendo a construção de obras proveitosas para a comunidade”¹¹.

Logo, os corregedores apareceram como um órgão para controlar as autoridades locais.

¹¹ Domingues, A. et al. (1991). *História geral de Cabo Verde*. Vol I. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda. p.109

Como já foi referido, alguns dos representantes administrativos eram pessoas que participavam no comércio e grandes proprietários que residiam nas ilhas. Portanto, a função do corregedor era desempenhada por pessoas que não viviam nas ilhas, ou seja, pessoas desconhecidas da população.

Esta instituição foi a primeira a fazer parte da hierarquia judicial em Cabo Verde, mas o seu desempenho era sempre controlado pela metrópole (o poder central) através das queixas dos moradores ou, quando regressavam à metrópole, eram submetidos a um inquérito de forma a justificarem o exercício das funções nas ilhas. Quando praticassem alguma infracção, eram afastados do cargo e regressavam a Portugal continental.

Por fim, refere-se o papel do meirinho e do carcereiro.

O primeiro era desempenhado por dois indivíduos que exerciam a função de meirinho da terra e meirinho da corregedoria e trabalhavam directamente com o corregedor e contribuía pela manutenção da justiça nas ilhas. Esses cargos eram desempenhados por escravos ou negros forros que tinham por obrigação garantir a segurança da população e das plantações, prender os condenados da justiça e apreendiam os bens necessários para o pagamento de multas e dívidas que pertenciam ao rei.

O segundo era desempenhado por homens negros que eram responsáveis pela vigilância dos presos e pela deslocação dos mesmos às audiências. Se alguns desses presos fugissem da cadeia eram-lhes aplicadas uma multa e seriam obrigados a abandonar a ilha, ou seja, eram obrigados a ir para outra região de África durante o tempo que fosse estipulado pelo corregedor.

No desenvolvimento desse subcapítulo tem sido feita a abordagem, em particular do sistema administrativo da ilha de Santiago por ser a primeira a ser habitada.

Então, surge a seguinte questão:

- E na ilha do Fogo e nas restantes ilhas, como foi o início do sistema administrativo?

No que concerne à ilha do Fogo, os primeiros povoadores chegaram entre 1480 e 1493. A iniciativa do povoamento desta ilha terá partido dos moradores de Santiago, uma vez que esta era a ilha mais próxima de Santiago e era também uma grande produtora de algodão apesar de em termos orográficos e hídricos esta ilha não ter qualquer atractivo. A ilha do Fogo acabava por ser uma espécie de prolongamento da

ilha de Santiago, no entanto, aquela possuía uma capitania autónoma. A sua criação data ainda do século XV e, em 1493, o capitão da ilha era Fernão Gomes.

Mas, nessa altura, era frequente a migração dos pequenos sismeiros para outras ilhas onde quase não se verificava a pressão dos capitães-donatários que governavam, como senhores absolutos, na ilha de Santiago.

Segundo Domingues (1991, p.121) “da administração da justiça no Fogo durante o período de formação da comunidade muito pouco se sabe. Pressupomos que tenha sido, à semelhança do que ocorreu em Santiago, entregue a um capitão”, embora para a situação da ilha de Fogo exista registo a partir de 1528, por falecimento do D. João III que fez doação da capitania do Fogo ao conde de Penela, D. João de Menezes de Vasconcelos, segundo a qual o conde tinha o poder de julgar infracções cíveis e crimes e aplicar as respectivas penas de morte ou talhamento dos membros.

A aplicação da justiça era exercida localmente e quem o fazia era um representante do rei que ocupava o cargo de capitão e ouvidor, ou seja, conciliava o poder judicial a responsabilidade de governar e defender a terra.

Os indivíduos que desempenhassem o cargo de capitão e ouvidor faziam-no durante três anos, pelo que se puderam verificar alguns abusos de poder e um certo exagero nos prestígios dos mesmos.

Importa frisar que esses indivíduos que representavam a justiça local não tinham nenhuma formação em Direito e não recebiam nenhuma formação específica para o exercício dessas funções.

Como o sistema administrativo da ilha do Fogo não se diferenciou do da ilha de Santiago, começaram a emergir as primeiras instituições ligadas à fazenda real compostas por almoxarife e escrivão do almoxarifado e alguns funcionários que os auxiliavam no desempenho das suas funções. O almoxarife era nomeado pelo rei ou pelo contador das ilhas. Esses órgãos começaram a aparecer na ilha do Fogo por causa da intensificação do comércio de algodão com a costa africana e para Portugal.

Em conclusão, com base na pesquisa efectuada, o que se pode constatar sobre o povoamento inicial em Cabo Verde é que na ilha do Fogo se seguiu o mesmo modelo que foi seguido na ilha de Santiago, por conseguinte, o modelo que foi implementado nas ilhas da Madeira e do Açores com as mesmas *personagens* e baseado no mesmo tipo de economia, assente numa estrutura agrária, embora com outras culturas.

1.3. A Igreja

A Ribeira Grande tornou-se o centro administrativo e religioso dos territórios da África Ocidental incorporados por Portugal em 1533, quando adquiriu o estatuto de cidade, com a implementação da diocese de Santiago e a construção de uma catedral que transformaram a Ribeira Grande na primeira cidade católica dos trópicos.

Segundo Brásio, o papado concedeu à coroa portuguesa “latos poderes, patentes nas obrigações e deveres, direitos e privilégios face às missões e instituições eclesiásticas nos territórios descobertos e colonizados: era o direito padroado que, desde 7 de Junho de 1454, foi concedido à ordem de Cristo” (Domingues, 1991, p. 120).

Assim sendo, inicia-se a construção das primeiras igrejas e capelas de forma a dar assistência aos católicos e converter os negros africanos.

No entanto, só em 1507 é que o rei D. João III solicitou ao Papa Clemente VII que a Ribeira Grande fosse separada da diocese de Funchal (Madeira) à qual até então estava ligada, a fim de se tornar numa diocese autónoma. De acordo com a permissão de 31 de Janeiro de 1533, Cabo Verde e Guiné-Bissau instituíram uma diocese sedeadada na Ribeira Grande que, em 1530, já tinha recebido a *Carta de Vila* e, em 1533, foi elevada à condição de cidade para poder acolher a capital da diocese.

Portanto, ao mesmo tempo que se tornava capital eclesiástica, civil e militar, os poderes da diocese estenderam-se sobre a costa ocidental do continente africano, do rio Gâmbia ao sul do Cabo das Palmas. A igreja da paróquia passou a ser composta por Catedral e um Cabido¹² constituído por cinco representantes e doze sacerdotes. No início, a diocese da igreja dispunha de um almoxarifado, uma feitoria, numerosas residências de europeus, entrepostos e outras instalações comerciais.

Portanto, a igreja e o poder civil estiveram ligados desde o povoamento dos outros arquipélagos (Açores e Madeira) até às restantes colónias africanas.

Os salários dos missionários e também a construção da igreja e capelas eram da responsabilidade da coroa portuguesa.

No século XVI, com o aparecimento do primeiro bispado e com a sua instalação na ilha de Santiago, passou a ter a tarefa de evangelização dos negros escravos tanto os que eram exportados para os mercados do trabalho na América Central, Antilhas, Sevilha e Índia como daqueles que permaneciam na Ribeira Grande como mão-de-obra.

¹² Corporação das autoridades eclesiásticas de uma catedral.

Nessas condições, cabia à igreja catequizar os negros tornando-os *ladinos* «baptizados», capazes de comunicar através da linguagem *pidgin*¹³.

Estes negros também podiam praticar outras actividades como a de ferreiro, pedreiro, carpinteiro, alfaiate, logo, essas condições faziam com que custassem o dobro do preço dos negros *boçais* «ignorantes» – mediante uma taxa paga pelos traficantes a quem os escravos eram entregues.

Por conseguinte, os rituais eclesiásticos da catequese, do baptismo, do casamento ou das celebrações funerárias eram introduzidos nos costumes dos escravos, que, assim, se iam tornando mais ladinos e de feição civilizada, ao mesmo tempo que aprendiam e se familiarizavam com a língua portuguesa¹⁴.

A partir do século XVII a população cristianizada começou a aumentar, principalmente em S. Nicolau e S. Antão, e passou a exigir que houvesse freguesias nas principais ilhas e aquelas que eram menos povoadas começaram a ter assistência religiosa por padres visitantes porque a divisão eclesiásticas era feita com base no número de habitantes que havia nas respectivas ilhas.

1.4. Situação das Outras Ilhas

A sociedade escravocrata formou-se a partir das ilhas de Santiago e do Fogo e permaneceu quase inalterável durante dois séculos, pois a vida das populações girava numa espécie de pólo urbano: Ribeira Grande, S. Filipe e Vila da Praia.

Isto quer dizer que a privilegiada posição geográfica do arquipélago foi, sem dúvida, um dos mais importantes factores de colonização.

Mesmo assim, algumas ilhas permaneceram desabitadas e outras com um povoamento muito disperso, o que facilmente se compreende já que o povoamento que se vinha a desenvolver era essencialmente mercantil e, logo, muito limitado às zonas litorais mais próximas do continente africano e com melhores condições portuárias, sendo muitas vezes apenas temporário.

A decisão tomada pelo monarca em 1472 de limitar a área de resgate dos mercadores de Cabo Verde e de lhes proibir a venda de qualquer tipo de mercadorias não originárias do arquipélago para além de ter sido uma obrigação do rei, mediante as

¹³ Dialecto baseado na língua portuguesa.

¹⁴ De acordo com Silveira (2005, p. 98), “dispersos por grupos distintos, com falares diferentes e tendo necessidade de comunicar, quer entre si, quer com o colono, numa língua comum, fizeram nascer uma nova forma de expressão, o crioulo”.

reivindicações de Fernão Gomes a quem tinha concedido a exploração da costa africana, foi igualmente a forma de iniciar a montagem de um aparelho produtivo nas próprias ilhas, elemento que até então tinha sido um pouco esquecido. Perante a situação descrita, esta seria a única forma de se manter vivo o comércio com a Costa da Guiné. Daí que os escravos negros oriundos da região designada por Rios da Guiné tenham tido um peso muito importante no povoamento efectivo das ilhas.

De acordo com Silveira (2005, p. 112), “sendo exacto dizer-se que a extensão da administração colonial a todo o território, bem como a língua em uso, fosse o crioulo, fosse o português, eram verdadeiros factores de unificação”. No entanto, apesar desta unificação, “não é o menos certo que o pulsar da vida dos povos se traduzia em formas próprias, de ilha para ilha, e por vezes, em grupos de várias ilhas, sofrendo umas a maior ou menor influência das outras” (Silveira, 2005, p. 112).

Está-se, assim, perante as raízes que permitem identificar a regionalização como um fenómeno político.

Durante o século XVI, as outras ilhas do arquipélago permaneceram quase despovoadas e, só a partir do século XVII, a exploração das suas terras ganhou alguma importância, depois de o rei ter limitado algumas áreas do comércio. Nas ilhas de Santo Antão, Boavista, Maio, São Vicente e São Nicolau começaram a surgir alguns moradores. Estas ilhas tinham mais condições a nível da agricultura e da pecuária, ao contrário do que acontecia na ilha de Santiago, e, por isso, eram aproveitadas para criação de gado bovino, ovino e caprino que se reproduzia aos milhares. De acordo com Silveira (2005, p. 99), “anualmente, na época das matanças, os donatários ou rendeiros preparavam as celebres «chacinas», salgando a carne e curtindo as peles, que depois eram exportadas, ou directamente para o exterior, ou através de Santiago”. Esta função era desempenhada por trabalhadores negros assalariados que, entretanto, tinham obtido a sua alforria.

Pode comprovar-se que as ilhas de Boavista, Maio e Sal não foram aproveitadas só para criação de gado, mas também para extracção do sal e para o cultivo e comércio de urzela e de algodão, destinados à indústria de tecelagem e que, mais tarde, vieram a constituir uma referência muito importante para a economia de Cabo Verde como moeda de troca.

Consta-se, assim, que o sistema de povoamento destas ilhas foi resultado de um conjunto de situações diferentes daquelas que orientaram o povoamento das ilhas de Santiago e Fogo¹⁵.

A colonização de Maio não foi mais fácil. Na ilha foi criada uma capitania, que depois foi vendida, e só com a tomada de posição do rei foi possível reaver a capitania, sendo depois esta dividida em duas, para que houvesse um povoamento mais rápido.

O conjunto das ilhas de São Nicolau, Santo Antão e São Vicente, no primeiro período, foi sujeito a um sistema de exploração pecuária intensiva e, a partir do século XVII, teve outra influência que foi determinante, ou seja, o sistema de povoamento com os negros forros e os mestiços. Depois, durante os séculos XVIII e XIX, estas ilhas foram povoadas por estrangeiros brancos. Como havia população das ilhas com um nível cultural mais evoluído e desenvolvido, houve mais proximidade entre escravos e os senhores brancos. Estes colonos eram modestos, não tinham grandes recursos para adquirirem mão-de-obra escrava. O relacionamento dos homens brancos com as mulheres negras tornou-se inevitável e deu origem à mestiçagem, embora, nessa fase, se verificasse mais harmonia entre os grupos que já estavam a habitar as ilhas. Depois, com o processo das alforrias dos pequenos escravos e das escravas, a miscigenação ganhou maior dimensão.

No que concerne ao ponto de vista político, pode afirmar-se que a forma que foi seguido no povoamento destas ilhas, na primeira fase, foi a criação de capitanias e os capitães-donatários tinham o poder de doar terras em pequenas sesmarias.

Porém, nestas ilhas todos queriam mandar e obter cada vez mais poder. Além disso, não havia separação do poder político, judicial e eclesiástico que, por isso, intervinham nas áreas uns dos outros. Assim sendo, surgiram vários problemas no funcionamento de cada um dos órgãos a quem competia o poder. Estes problemas não se verificaram só nesta época (1724), pois esta conjuntura já fazia parte da estrutura administrativa de Santiago e expandiu-se por todo arquipélago. Os ministros da igreja intervinham nos assuntos temporais e na jurisdição civil.

A ligação entre o poder político-militar e o poder judicial não era a melhor porque, muitas vezes, as pessoas que os representavam cometiam ilegalidades e injustiças sobre a população. Assim, a forma como os membros da administração

¹⁵ Enquanto nestas ultimas predominou um regime agrário com base no latifúndio, que só começou a fragmentar-se a partir do séc. XVIII, com a ruína do poderio comercial português, nas restantes, o parcelamento foi a regra, quer pela aquisição da posse e domínio da terra, quer pelo seu aforamento” (Silveira, 2005, pp. 99-100).

usavam as suas funções deu origem a grandes dificuldades na administração, pois havia um abuso de poder por parte destes. Também neste caso é importante frisar que, como já foi referido para a ilha de Santiago, quem detinha o poder judicial não tinha nenhuma formação na área do Direito e não tinha conhecimento das leis para as mandar aplicar com mais eficácia.

A última ilha a ser povoada foi a de São Vicente e, no século XIX, emergiu uma sociedade caracterizada por novo burgo e que fez com que desenvolvesse a política e a economia. Segundo Silveira (2005, p. 113), “como o povoamento de S. Vicente se fez preponderantemente por cabo-verdianos negros, pardos e brancos, vindos de outras ilhas, estes grupos interagem, desde logo, como factores de integração dentro do figurino que corresponde ao *mundo que o cabo-verdiano criou*”.

1.5. A Lei de Indigenato

Antes de se fazer referência às várias portarias e decretos que foram promulgados por Adriano Moreira, enquanto Ministro do Ultramar, com o intuito de pôr fim ao trabalho forçado, far-se-á uma breve análise de algumas posições que existem em torno desta problemática. Porém, convém desde já dizer que nem todos defendiam o fim do trabalho forçado para os indígenas, que, segundo Léonard¹⁶, eram os “indivíduos de raça negra, ou seus descendentes, que tendo nascido e vivido habitualmente na Guiné, em Angola ou em Moçambique, ainda não possuem a educação e hábitos pessoais e sociais considerados necessários para a aplicação integral do direito publico e privado dos cidadãos Portugueses” (Pinto, 2005, p. 140).

De acordo com os princípios de António Enes, considerava-se a seguinte questão: se os indígenas na sua maioria eram vadios e como era proibido ser vadio, o Estado devia mandar prendê-los e pô-los numa cadeia a cumprir as penas a que fossem condenados. Porém, Enes (1946, p.32) defendia que, neste caso, o Estado só conseguiria meter na cadeia “duas terças partes dos habitantes do ultramar português, para ter de os mandar soltar dias depois, tornar a prendê-las e a soltá-las no mês seguinte e assim indefinidamente enquanto houvesse juízes que resistissem a tão estéril canseira!”

¹⁶ Léonard, Y. (1999). o ultramar português. In Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade de países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático MNE, p. 140.

Isto queria dizer que a prisão não era solução para acabar com a vadiagem e a preguiça e que, para além do castigo, seria preciso obrigar, efectivamente, os africanos a trabalhar.

De acordo com o ponto de vista deste autor, a prisão para os vadios não significava a restrição de liberdade mas sim um paraíso para a indiferença nativa do negro.

Assim, para Enes, o trabalho forçado não era considerado uma pena, embora o indígena não tivesse o poder de escolher o modo a obrigação de trabalho, uma vez que a autoridade lhe indicava o local onde o seu braço robusto fecundaria a terra, mas uma forma legítima de acabar com a ociosidade e vadiagem.

Em relação à questão da liberdade, Enes considerava que esta não era de uma maneira geral sentida pelas populações atrasadas das colónias e que muitos destes indígenas já estavam habituados ao trabalho forçado a favor dos chefes antes da chegada dos europeus.

Esta forma de ver o trabalho forçado talvez seja consequência do facto de este autor ter ido para África como representante de Portugal e, como a metrópole se encontrava numa situação financeira muito precária, os indígenas tinham que trabalhar para minimizar os custos que Portugal tinha perante as colónias.

Com um ponto de vista mais humano surge Silva (1953, p. 163), ao considerar que para “a solução do problema da mão-de-obra bastava criar uma regulamentação de forma que a execução do trabalho fosse atraente e com salários que permitissem ao trabalhador melhorar as suas condições de vida”. Além disso, no que respeitava à coação, só deveria “intervir no trabalho obrigatório, para suprir a falta de espontaneidade da oferta da mão-de-obra e para assegurar a regularidade e a disciplina do trabalho” (Silva, 1953, p. 163). Isto quer dizer que, através do trabalho remunerado, os indígenas podiam procurar a própria forma de subsistência e de desenvolvimento das suas regiões. Além disso, considera que as relações dos colonizadores com as populações indígenas nunca deviam deixar de lado o objectivo principal que era a melhoria do nível de vida moral e material.

Pode concluir-se, assim, que se está perante duas ideias contraditórias sobre o trabalho forçado que vigorou durante o período colonial.

Para complementar esta análise procedeu-se à pesquisa de alguns decretos que Adriano Moreira criou enquanto Ministro de Ultramar como forma de pôr fim ao trabalho forçado a que os indígenas estavam sujeitos.

Durante a passagem de Adriano Moreira pelo cargo de Ministro do Ultramar, foram promulgados vários decretos e portarias com o objectivo de encontrar solução para diversos problemas sociais que se constataavam durante o período do colonialismo português.

As leis eram uma forma de pôr em prática as ideias que Adriano Moreira considerava serem importantes ou fundamentais levando em conta a conjuntura social e política. Por outras palavras, Moreira pretendia “uma política de autonomia progressiva e irreversível” (Pinto, 2008, p. 111).

Para conseguir esta política, era preciso revogar o Estatuto do Indigenato, modificar o código de trabalho – a população via-se, efectivamente, obrigada a trabalhar –, a estrutura dos órgãos administrativo das províncias – com a descentralização do poder –, e a actualização e a alargamento da rede educativa.

Antes de Adriano Moreira assumir a pasta de Ministro de Ultramar, tinha sido criado, em 20 de Maio de 1954, pelo Decreto-Lei 39 666, o Estatuto dos Indígenas que vigorava nas províncias da Guiné, Angola e Moçambique, mas que não se aplicava a Cabo Verde.

Reconhecendo os erros derivados da sua aplicação, Adriano Moreira, através do Decreto-Lei 43 893 de 6 de Setembro de 1961, revogou o Estatuto do Indigenato. Esta revogação, bem como alguns dos elementos que se seguem, não dizem respeito a Cabo Verde, mas deverão ser mencionados para que se possa compreender a tentativa do Ministro para construir uma política de autenticidade em todo o Ultramar português.

Assim, em 24 de Agosto de 1961, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 43 874 para tentar resolver os problemas na produção do café, dos cereais e do algodão. O objectivo deste Decreto era extinguir as Juntas de Exportação do Algodão, Cereais e do Café, que seriam substituídas pelo Instituto do Algodão, Café e Cereais de Angola e Instituto de Algodão de Moçambique. Por conseguinte, esta medida foi uma forma de descentralização que contribui por uma maior organização económica desde a produção até ao consumo.

No que diz respeito às condições de trabalho, pelo Decreto n.º 43 637, de 2 de Maio de 1961, foi criada a inspecção do trabalho nas colónias, órgão que tinha como principal objectivo a abolição da exploração de mão-de-obra que tinha sido a prática habitual, embora não assumida pelo discurso oficial.

Ainda no que concerne às questões laborais, em 1 de Outubro de 1962 entrou em vigor nas províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor, o Código de Trabalho Rural, que tinha sido aprovado através do Decreto n.º 44 309, de 27 de Abril de 1962, e que extinguiu o Código do Trabalho Indígena – Decreto 16 199, completado por diversas portarias e diplomas.

Em conclusão, não parecem restar dúvidas que o Decreto-Lei 43 893, de 6 de Setembro de 1961, o Decreto 44 309, de 27 de Abril de 1962 e o Decreto 44 455, de 6 de Setembro de 1962 – dispensava os antigos indígenas da documentação necessária para a obtenção do bilhete de identidade – estabeleceram maior respeito pelo homem e pelos povos do Império e apostavam na liberdade política com carácter progressivo e irreversível – o caminho que, a ser seguido, teria poupado muitas vidas e sofrimentos.

1.6. As Relações Comerciais de Cabo Verde com Portugal Antes da Independência

Depois de se fazer uma análise sobre a forma como Portugal procedeu ao povoamento e administração de Cabo Verde, importa analisar as relações económicas entre estes dois territórios antes da independência do arquipélago. Para esse estudo, no que concerne ao período final do Império português, foi considerada o comércio especial.

Menos de um século após a descoberta das ilhas de Cabo Verde e do início do seu povoamento, a Ribeira Grande era uma pequena vila, centro de comércio florescente de produtos africanos e atraía castelhanos, habitantes das Canárias, italianos e franceses pelo seu movimento de negócios e, como é lógico atendendo à pertença das ilhas, colonos portugueses, imigrantes nobres e homens *honestos* de Portugal que iam à procura de riqueza.

Segundo dados recolhidos por Andrade¹⁷ (1996, p.51) “a mão-de-obra escrava abrangia 87,5% da população em 1582 e 5,8% em 1856”.

No que concerne às actividades produtivas, foram organizadas, principalmente em Santiago, as grandes plantações agrícolas de cana-de-açúcar e algodão.

No início o algodão era exportado em bruto, mas com a importação de escravos tecedores que levaram com eles os teares, possivelmente da Guiné, iniciou-se, em meados do século XVI, a tecelagem dos panos que se tornaram essenciais na aquisição de escravos ou na troca por outros produtos, na costa continental africana ou mesmo para pagamento de funcionários nos períodos de escassez de moedas em Cabo Verde, situação que se manteve durante cerca de quatro séculos.

Retomando o que já foi referido num subcapítulo anterior, as relações comerciais foram-se desenvolvendo desde o início do povoamento das ilhas, quando foi outorgada a carta de privilégios porque D. Afonso V cedeu ao Infante D. Fernando uma espécie de jurisdição nos assuntos civis e criminais sobre todos os brancos ou negros (livres ou escravos) que fossem cristãos ou muçulmanos.

Assente nas prerrogativas concedidas pelo rei, estabeleceu-se em Santiago com função de capitão-donatário António de Noli, acompanhado de algumas pessoas que foram de Portugal, mas só que a situação climática não permitia o cultivo, ou seja, Cabo Verde não apresentava grandes recursos de sobrevivência para os moradores e isso constituiu uma impossibilidade para povoar o arquipélago dentro dos parâmetros tradicionais¹⁸. Devido a estes obstáculos, terão sido convincentes os argumentos utilizados pelo genovês para convencer D. Fernando – no ano de 1466 – a escrever ao rei, informando-o que as pessoas se recusavam a estabelecer-se nas ilhas.

Perante essa situação, e como forma de procurar outras formas de sobrevivência nessas ilhas, o rei concedeu aos habitantes do arquipélago de Cabo Verde o direito, que já foi referido, de fazerem comércio e o tráfico de escravos em todas as regiões da Guiné, à excepção da feitoria de Arguim (Mauritânia), cuja exploração estava reservada à coroa. Portanto, com esta autorização que foi concedida aos senhores portugueses para exercerem o direito do tráfico de escravos, tornou-se possível o povoamento dessas

¹⁷ Elisa Andrade é uma historiadora cabo-verdiana.

¹⁸ Pretendiam seguir o mesmo modelo que foram utilizadas para o povoamento dos outros arquipélagos (Açores e Madeira), mas Cabo Verde não se disponha de recursos naturais que servisse de instrumento atractivo dos colonos portugueses a investirem nelas seus capitais e trabalho.

ilhas. Assim sendo, do povoamento de Cabo Verde fizeram parte os escravos e os negros livres que acompanhavam os comerciantes.

Cabo Verde passou a ser considerado como ponto estratégico na concorrência das rotas marítimas entre a Europa, África e as Américas e mostrou-se de grande importância para a expansão portuguesa. A ocupação das ilhas facilitou a criação de um entreposto comercial e de abastecimento dos navios de outras frotas e, sobretudo, tirava benefício do tráfico negreiro que passou a representar o comércio mais lucrativo da época.

Foi devido a esse comércio que as ilhas se transformaram rapidamente num centro de concentração de populações.

Nessa fase, as ilhas viviam praticamente dependentes dos rendimentos cobrados aos navios que faziam o comércio e tráfico na costa de África, tanto para economia interna, como para as importações, ou seja, a economia estava relacionada com a função portuária e os negócios tornaram-se cada vez mais dependentes das rotas marítimas.

Esta conjuntura, ao valorizar o Atlântico africano como área de obtenção de grande quantidade de mão-de-obra escrava, transformou a Ribeira Grande no principal entreposto da região do Golfo da Guiné e servia de elo de ligação entre a Guiné e o mundo ibero-americano.

Nesta primeira fase foram os moradores e os homens que estiveram no arquipélago de carácter estável ou duradouro que fizeram parte desta dinâmica de se abastecerem de escravos no entreposto negreiro e fizeram-no a partir da produção do algodão, pano, couro dos animais e sal, que eram produzidos no arquipélago.

Mas as fragilidades estruturais das ilhas não demoraram a fazer-se sentir e acabaram por pôr em causa o papel de Santiago nas rotas do tráfego oceânico.

No entanto, enquanto durou, a expansão desses negócios fez com que se verificasse a entrada dos grandes mercadores de Sevilha e Lisboa, realizada por mandatários e feitores de contratadores. Consequentemente, houve a subalternização dos moradores que antes ocupavam posição principal.

No início do século XVI Cabo Verde exportava peles, couros, sebo, algodão, cavalos, açúcar¹⁹ que era considerado de boa qualidade.

¹⁹ Produzido através da cana-de-açúcar que era importada da madeira desde o início da implantação portuguesa em Cabo Verde.

De acordo com os estudos de Carreira²⁰, durante o período entre 1872-1873 o arquipélago era exportador de 337 toneladas de açúcar mas, no início do ano de 1901, passou a ser importador e importava 360 toneladas do mesmo produto.

No que concerne ao comércio de algodão, com a introdução do tear em meados do século XVI, começou a exportar-se panos, principalmente para o continente africano, e desde os primeiros anos do século XVII exportava-se óleo de baleia para o Brasil. Segundo Carreira (1977, p. 288), “as previsões de 1791-1792 da preparação da baleia, dois terços revertiam para a Coroa e só um terço cabia às populações, em retribuição do trabalho fornecido para o corte dos cetáceos e a extracção do seu óleo por cozedura”.

Conforme o comércio progredia, os moradores da Ribeira Grande viam-se em dificuldades para atender tanto a procura ibero-americana como a oferta africana de escravos. Nesta nova fase foram precisos mais capitais em relação aos que foram necessários nas primeiras décadas do século XVI, mas a satisfação dessas exigências não se encontrava ao alcance dos moradores da ilha de Santiago.

Além disso, do ponto de vista da gestão político-administrativa e económica foram cometidos alguns erros pela coroa que puseram em causa a posição de Santiago como entreposto comercial. Assim, durante o período em que o fluxo comercial transitou pela ilha com grande frequência, a coroa praticava sobretributação, ou seja, utilizava a política fiscal não como um instrumento estimulador da actividade económica, mas sim, como uma fonte administrativa de obter abundantes rendimentos. Nem sequer teve em conta a forma dos procedimentos administrativos que a Alfândega da Ribeira Grande impunha aos navios em trânsito e o preço exagerado de impostos que eram aplicados aos comerciantes.

No entanto, a quantidade de produtos exportados aumentou em meados do século XIX. Nessa altura, Cabo Verde exportava para além de escravos e panos, também algodão, peles, couros, tartarugas, milho, aguardente, sangue-de-drago²¹, tabaco, urzela, óleo e sementes de purgueira²² e sal. Porém, à medida que alguns destes produtos começaram a perder a sua importância relativa, a coroa passou a reservar para si a exploração da urzela, do dragoeiro e da tartaruga.

²⁰ Carreira, A. (1982). *Estudos de economia caboverdiana*, Lisboa: Ed. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, pp. 237-238.

²¹ Uma espécie de resina vermelha produzida pelo dragoeiro arborescente dos países quentes.

²² Desde que foi introduzida a utilização da purgueira nas ilhas de Cabo Verde (na produção de velas, sabão, óleo de iluminação) expandiu-se para Europa, e desde então o desenvolvimento da sua cultura foi constante. Em 1843, a cultura desta planta tornou-se obrigatória por parte dos habitantes da Boavista e Santo Antão.

Portanto, durante o período de economia escravagista no arquipélago de Cabo Verde, a coroa limitou-se a monopolizar os principais produtos que eram fontes de rendimento e a explorar apenas o que não exigia esforços de investimento ou inovações técnicas. Para além disso, as classes locais não puderam converter-se numa classe de empresários, nem no meio rural nem a nível industrial, porque não dispunham de capital nem de capacidade de inovação.

Aliás, a ausência das inovações e o pouco trabalho de defesa e restauração dos solos, dependentes da exploração da força do homem e da natureza, levaram ao declínio da agricultura e da criação do gado. Consequentemente, a revolução industrial desferiu o golpe nos produtos que tinham feito enriquecer as classes abastadas de Cabo Verde e a coroa portuguesa. De facto, perante a concorrência dos produtos industrializados da Europa, apenas resistiram a destilação de aguardente e a extracção do sal.

Em suma, não existe margem para dúvidas que a economia de Cabo Verde estava vinculada, por meio da Metrópole, ao mercado mundial.

No entanto, as outras colónias portuguesas de África, em particular Angola e Moçambique, tinham a capacidade de dar resposta à concorrência internacional porque ambas detinham grandes recursos minerais e apresentavam um potencial propício às novas funções que lhes seriam atribuídas no âmbito da nova divisão internacional do trabalho ao fornecerem matérias-primas ou servir de escoamento para os produtos manufacturados portugueses.

Em contrapartida, Cabo Verde enfrentava alguns constrangimentos, tais como: a sua reduzida superfície – 4033 km² – e uma população igualmente reduzida, com pouco mais de 147 424 habitantes em 1900, do que resultava a escassez do seu mercado e a quase inexistência de produtos naturais minerais que eram considerados importantes.

Por conseguinte, na impossibilidade de incentivar o desenvolvimento de outras culturas alternativas que tivessem rentabilidade e devido à nova repartição de funções, a Cabo Verde foi reservado o papel de colónia de serviço e exportador de mão-de-obra contratual – uma nova forma de escravatura – principalmente para as roças de São Tomé e Príncipe.

Assim, Cabo Verde começou a perder importância geoestratégica porque passou a ter pouca utilidade perante a nova conjuntura do comércio e navegação²³.

Nos finais do século XIX, depois do povoamento de ilha de São Vicente e o desenvolvimento do comércio a vapor, renasceu no arquipélago alguma esperança em relação à escala de navegação. Este período importante do Porto Grande despertou o sonho da posição geoestratégica das ilhas no Atlântico Médio e teve um grande impacto na renovação cultural e económica do arquipélago no quadro do império colonial português.

No entanto, as sucessivas secas seguidas e acompanhadas do grande aumento da taxa de mortalidade precipitaram a queda da sociedade escravocrata e, também, provocaram a saída de muitos nativos como forma da fuga à miséria vivida nas ilhas. Aliás, já tinha havido em fases anteriores, sobretudo nos finais do século XVIII e princípio do século XIX, casos de crises mais gravosas, que levaram a que indivíduos livres aceitassem a condição de escravos e emigrassem para as Caraíbas como forma de não morrerem a fome.

Em relação ao comércio com a metrópole, pareceu ainda importante que o estudo se debruçasse sobre a fase final do império português. Para tal, fez-se uma pesquisa mais aprofundada sobre o comércio especial, ou melhor, sobre o peso relativo das importações e das exportações que Cabo Verde fazia e enviava para Portugal.

Este estudo começa a partir dos anos 1930 e vai até 1974 e na recolha destes dados foi utilizada uma triagem de malha fina de cinco em cinco anos²⁴.

A escolha de 1930 como início de estudo deve-se ao facto de ser o ano que inicia a década que veria surgir o Estado Novo. Assim sendo, poder-se-á afirmar que o estudo abarca todo o período de vigência do Estado Novo.

Os dados relativos à percentagem do comércio especial entre Cabo Verde e Portugal são os seguintes:

²³ Este acontecimento do séc. XVII demonstra a diminuição da presença dos grandes comerciantes, a diminuição de investimentos em infra-estruturas de escala marinha e a sucessiva entrega da administração económica, eclesiástica e militar aos mestiços.

²⁴ Esta pausa entre 1974/1975 é devido ao período da transição política que levou à mudança de regime em Portugal e à independência de Cabo Verde.

Quadro I

Percentagem do comércio especial entre Cabo Verde e Portugal		
Ano	Importações de Portugal provenientes de Cabo Verde	Exportações de Portugal para Cabo Verde
1930	0,18	0,59
1935	0,07	0,40
1940	0,09	0,46
1945	0,31	0,85
1950	0,06	0,49
1955	0,12	0,56
1960	0,08	0,75
1965	0,09	0,57
1970	0,08	0,76
1974(*)	0	0,08

(*) Período das resistências e da luta pela Independência de Cabo Verde;

Fonte: INE, *Comércio Externo*, Vol. I, para os anos de 1930 e 1965; *Estatísticas do Comércio Externo*, Vol. I, para os anos de 1970 a 1974;

Ao proceder-se à análise do quadro I, constata-se que desde 1930 até 1974, as importações que Portugal fez de produtos provenientes de Cabo Verde tiveram sempre um peso relativo inferior às exportações de sentido inverso, embora ambas as variáveis apresentem valores muito baixos e que provam que Cabo Verde nunca representou um parceiro comercial privilegiado para Portugal.

Assim, as importações feitas por Portugal atingiram o máximo em 1945 e o mínimo em 1935, mas os valores dos últimos anos da malha são muito baixos e, por isso, próximos do valor mínimo.

As razões podem ser encontradas no contínuo declínio da economia cabo-verdiana ligado à seca, que arruinava o país desde 1968, e que levou a que metade das despesas do país tivesse de ser assegurada por uma subvenção não reembolsável por parte de Portugal. Em 1974 esta subvenção caracterizava 54% do total das despesas públicas cabo-verdianas, ou seja, Cabo Verde não tinha capacidade de assegurar as próprias despesas.

Quanto às exportações atingiram o máximo em 1945 e o mínimo em 1935. Os anos finais, exceptuando 1974 que, como já foi dito, não deve ser visto como os restantes anos da malha, estão mais próximos do máximo do que do elemento de menor valor percentual.

De qualquer forma, não se pode deixar de notar que as exportações que Portugal fez para Cabo Verde nunca chegaram a atingir 1% do total das exportações portuguesas, isto é, um valor pouco significativo.

1.7. A Origem do PAIGC e o Processo de Libertação da Guiné e de Cabo Verde

Antes de se fazer referência ao processo da descolonização, importa abordar o aparecimento do partido PAIGC e os seus objectivos em relação à libertação de Cabo Verde e da Guiné. Este estudo é uma forma de melhor se perceber com aconteceu todo o processo até à fase da descolonização e à implantação do partido único nesses dois países de expressão portuguesa.

Desde o princípio do povoamento das ilhas de Cabo Verde surgiram várias formas de resistência à dominação colonial como forma de as populações fugirem aos maus tratos a que eram submetidos durante o período colonial.

No entanto, as revoltas mais marcantes surgiram após a independência do Brasil, em 1822. Assim, na Ribeira de Engenheiros deu-se a revolta dos camponeses como forma de manifestarem a vontade da independência de Cabo Verde a seguir à do Brasil.

Segundo a historiadora cabo-verdiana Elisa Andrade²⁵:

“em 1835 revoltaram-se escravos de Monte Agarro, localidade situada a cerca de 4 quilómetros da cidade da Praia, que queriam matar os brancos, pilhar as casas e apoderar-se da cidade (Santiago); em 1836, rebelião de escravos e jornaleiros na ilha do Sal arvorando a bandeira que tomaram no consulado do Brasil.”

As sublevações não ficaram por aqui e, em 1841, 300 rendeiros de Achada Falcão, empunhando facas e cacetes, exortavam a população a juntarem-se a eles e manifestarem-se contra o pagamento das rendas aos proprietários por considerarem que as terras lhes deviam pertencer.

Depois, a 17 de Abril de 1886, mais de mil pessoas, partindo de várias freguesias do Paul, marcharam sobre a Ribeira Grande (Santo Antão) e “ocuparam durante cinco dias (a praça do Concelho, a Câmara Municipal e várias repartições públicas) para protestarem contra injustiças e vexames a que estavam submetidos e contra a sobrecarga da contribuição predial.”²⁶

²⁵ Na sua declaração ao Jornal de Cabo Verde *A Semana*, versão on line de 27 de Maio de 2005.

²⁶ Cf. *A Semana*, versão on line de 27 de Maio de 2005 para esta citação e para as seguintes.

Novos conflitos viriam a ter lugar a 20 de Abril de 1891, quando “mais de 2 000 trabalhadores das companhias carvoeiras de São Vicente, despedidos devido à paralisação da navegação e do comércio no Porto Grande, dirigem-se aos Paços do Concelho para exigir trabalho para não morrerem de fome.”

Já no século XX, a 12 de Fevereiro de 1910, deu-se a “revolta de rendeiros de Ribeirão Manuel, liderada por Ana Veiga (Santa Catarina – Santiago) que se recusam a pagar as rendas aos «morgados» e passam a colher, sem licença, semente de purgueira nas propriedades dos mesmos.”

Mais tarde, “ na consequência das frequentes crises que assolaram o país nos inícios da década de 1920, proprietários de Achada Portal (Tarrfal – Santiago), sublevam-se” e a 28 e 29 de Janeiro de 1929, “período em que São Vicente atravessava mais uma das suas maiores crises de emprego” surgiu nova revolta, “reunindo trabalhadores, estudantes e professores levando a que, por ordem do Governo colonial, o Comandante militar desta ilha instalasse o Governo militar e assumisse todas as atribuições policiais da cidade.”

Finalmente, a 7 de Junho de 1934, Nhô Ambrose – o célebre Capitão Ambrósio de Gabriel Mariano - hasteando uma Negra bandeira/Bandeira negra da fome sobre a qual escreveu um comerciante, *Crise*, encabeçou a manifestação de um grupo de insurrectos que invadiram a alfândega, distribuíram as mercadorias que foram encontradas e continuaram, mesmo perseguidos pela polícia, a abrir armazéns de várias casas comerciais para confiscarem as mercadorias e distribuí-las pela população.

Também o movimento claridoso fundado em 1936 por Baltazar Lopes da Silva e Jorge Barbosa foi uma forma para a afirmação da identidade cabo-verdiana e do nativismo literário.

Aliás, segundo Silveira (2005, p.141), “a afirmação identitária dos claridosos era um instrumento cultural que serviria mais tarde de suporte à luta pela independência.”

Pode, assim, constatar-se que o cidadão cabo-verdiano desde os primórdios da colonização sempre gritou pela liberdade e autonomia, embora essas formas de manifestação não tivessem grande importância internacional, mas sim a nível nacional.

A nível mundial, os acontecimentos só passaram a ser conhecidos a partir do momento em que Cabral e os outros companheiros de luta começaram a fazer sentir

internacionalmente este desejo do povo cabo-verdiano, devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação e à luta travada na Guiné.

Segundo Ferreira (1999, p. 27), “o PAIGC foi oficialmente criado em Setembro de 1956 por Guineenses e Cabo-verdianos (o primeiro nome do partido foi PAI – Partido Africano Independente, as siglas GC foram incluídas mais tarde).”

Os fundadores encontravam-se na Metrópole a estudar na Universidade e Amílcar Cabral teve um papel fundamental na formação do partido visto que a ideia de se formar o movimento independentista (para a Guiné e Cabo Verde) partiu do mesmo, e foi ele que passou a desempenhar a função de Secretário-Geral do partido.

Os fundadores do PAIGC, por terem estudado em Portugal e terem mantido contactos com a oposição ao Estado Novo, tinham uma ideologia de tendências marxistas. Mesmo assim, o PAIGC não teve uma ideologia clara porque tinha traços esquerdistas, isto é, alguns membros assimilavam a ideologia de esquerda vinda da URSS. Aliás, segundo alguns analistas políticos, esta falta de homogeneidade ideológica fez com que se verificasse o assassinato de Amílcar Cabral.

Depois da implantação do Estado Novo, o regime português não permitia a criação de estruturas políticas sócio-laborais e isso fez com que os países africanos não tivessem oportunidades de criarem condições que os levassem à autodeterminação.

No processo da luta pela independência das colónias portuguesas havia um pequeno grupo que fazia parte da «pequena burguesia» e era constituído por membros da administração colonial ou por estudantes que estudavam²⁷ em Portugal e criticavam a situação colonial.

Mais tarde começaram a manifestar-se os descontentamentos relacionadas com a situação das colónias portuguesas e começaram a surgir ideias de independência. Assim surgiram, na década de 50 e princípio dos anos 60, os movimentos de libertação nacional que lutaram para que os seus países adquirissem a independência.

O processo para a descolonização sofreu várias pressões, tanto internacionais, como por parte da oposição ao Governo de Salazar e depois de Marcello Caetano. No entanto, Portugal não parecia disposto a reconhecer a autonomia das suas colónias.

²⁷ Como foi o caso de Amílcar Cabral, Agostinho Neto e entre outros que fizeram parte da luta pela independência de África e fundaram alguns movimentos com o mesmo objectivo. Eram poucos os africanos que acabavam o ensino secundário, não havia sistema universitário na maioria das colónias, os estudantes vinham para Metrópole com bolsas de estudos, muitas delas dadas por organizações protestantes.

Na sequência das ideias dos estudantes africanos na Metrópole para a independência das suas terras, foram criadas o FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), MPLA (Movimento de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola), MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) e o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde). Em 1961 esses movimentos formaram uma associação designada por Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) cujo objectivo principal foi unir forças de forma a forçar o governo português a aceitar o direito à independência das colónias africanas.

No caso particular de Cabo Verde, o PAIGC foi composto por uma maioria dos quadros cabo-verdianos que tinham como principal objectivo a união entre Guiné e Cabo Verde e, por isso, o PAIGC reclamava a independência dos dois territórios, embora só levasse a cabo a guerra na Guiné.

Segundo o programa do PAIGC, o partido tinha como objectivos os seguintes:

- ♦ Independência imediata e total da Guiné e de Cabo Verde;
- ♦ Unidade da Nação na Guiné e em Cabo Verde;
- ♦ Unidade dos povos da Guiné e de Cabo Verde;
- ♦ Unidade Africana;
- ♦ Regime democrático, anti-colonialista e anti-imperialista;
- ♦ Independência económica, estruturação da economia e desenvolvimento da produção;
- ♦ Justiça e progresso para todos;
- ♦ Defesa Nacional eficaz e ligada ao povo;
- ♦ Política internacional própria, no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade.

Assim, a luta pela independência desses dois territórios africanos teve um carácter binacional e os processos da luta de independência foram escolhidos pelos dirigentes do partido PAIGC e foram distintos da luta armada que ocorreu no território de Angola porque, mesmo tendo surgindo os movimentos já referidos, o PAIGC transformou-se no partido dominante e não houve conflito entre os partidos nacionalistas. Assim o processo da independência tornou-se mais fácil.

A luta armada levada a cabo na Guiné foi consequência da falta de negociações entre o movimento e as autoridades portuguesas porque os dirigentes acharam que por via diplomática seria muito difícil alcançar o que pretendiam porque Portugal não se mostrava disposto a conceder a independência às suas colónias.

Os membros do partido decidiram que a luta armada só decorreria na Guiné porque em Cabo Verde as condições geográficas não permitiam o tipo de confronto devido à dispersão das ilhas, enquanto na Guiné existiam todas as condições que permitiam uma luta armada do tipo que o PAIGC pretendia.

Durante este combate o PAIGC teve o apoio da China, de Cuba, dos países do Leste Europeu e da Argélia no que concerne ao armamento e cada um desses países permitia que os militantes do PAIGC recebessem formação no respectivo território. Portanto, esses apoios foram uma mais-valia para o povo guineense que acabou por vencer a guerra.

A vitória também se deveu ao facto de as tropas portuguesas desconhecem o interior da Guiné e de os militantes que faziam parte do movimento de libertação serem apoiados pela população. Além deste apoio a nível interno, tiveram apoio do vizinho Senegal, que era independente desde 1960 e da Guiné Conakry, que ascendeu à independência em 1958. Estes países serviram de bases militares para os treinos e serviam de canais para entrada de armamento que foi usado pelos soldados durante o combate.

Também serviu de estratégia para a vitória a união entre Cabo Verde e a Guiné, porque, mesmo sem a luta armada no arquipélago, os cabo-verdianos incorporaram-se no partido e fizeram ofensiva diplomática, pois procuravam apoio político-militar.

No entanto, nem todos os cabo-verdianos eram partidários do PAIGC. Aliás, como forma de demonstrar o descontentamento relativamente à união entre os dois territórios, em Cabo Verde surgiu o movimento UPICV, em 1956, composto por cabo-verdianos que tinham como objectivo a independência mas recusavam a união entre os dois países.

Mais tarde, já durante o processo da descolonização, surgiram novos partidos em Cabo Verde, visto que o PAIGC, nessa altura, não estava implantado em todas as ilhas e havia poucos indivíduos que tinha ligação ao partido.

Assim, surgiram a União Democrática de Cabo Verde (UDCV), com carácter anti-independência, pois tinha como objectivo manter a ligação com Portugal, e a União

do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) que queria a independência mas recusava a unificação com a Guiné.

Para além desses partidos surgiram em Cabo Verde e na Guiné vários movimentos que queriam exigir a independência da Guiné e de Cabo Verde tais como a EDAG (Reunião Democrática Africana da Guiné Portuguesa), FLIGC (Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde), MLG (Movimento de Libertação da Guiné Bissau), a UPG (União das Populações da Guiné), MLGCV (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde) e a UPLG (União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa). Mais tarde muito desses movimentos fundiram-se num único que foi a FLING (Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné), que a partir dessa época passou a ser o principal movimento de oposição ao PAIGC e tinham como objectivo a independência e a unidade da Guiné e de Cabo Verde.

O que se constatou, durante a investigação, foi que este movimento não teve muito tempo de duração devido às rivalidades internas e, deste modo, o PAIGC continuou a liderar a luta pela independência dos dois países e foi com ele que Portugal negociou a independência da Guiné e, mais tarde, de Cabo Verde.

Importa citar que entre esses dois países existem e sempre existiram diferenças sócio-culturais e o colono adoptava políticas de governação com uma certa diferença entre os territórios e Cabo Verde ficava em vantagem. Pode usar-se como exemplo a administração de Cabo Verde e o regime de indigenato, anteriormente analisado e a que o mesmo não esteve sujeito.

Na formação étnico-cultural existiram diferenças na forma de povoamento das ilhas do arquipélago porque o colono optou por uma mistura entre os portugueses e os escravos vindos da costa de África e acabou por dar origem à miscigenação e à homogeneidade étnica e cultural do cabo-verdiano.

Também o sistema de ensino era mais alargado (até ao nível secundário) e os cabo-verdianos foram usados pelos portugueses para ocuparem cargos na administração das colónias.

Convém referir que os cabo-verdianos que faziam parte do PAIGC ocupavam principais cargos e a liderança dos cabo-verdianos no partido provocava ressentimentos face aos guineenses.

Voltando à guerra de libertação na Guiné os militares que faziam parte da guerrilha guineense tomaram controlo de dois terços do território em 1966 e nesse espaço libertado do controlo português começou-se por instituir uma estrutura

administrativa e sócio-económica que foi considerada uma estrutura pré-estatal e serviu para garantir uma certa prática de governo aos povos cabo-verdiano e guineense.

No entanto, apesar de o PAIGC se encontrar em vantagem em relação ao colono, no interior do partido verificavam-se alguns conflitos entre os membros por causa da matriz ideológica que alguns militantes não haviam definido. No entanto, esse conflito ou discórdia não pôs em causa a luta que estava iniciada porque os objectivos dos membros estavam bem traçados – a independência.

Entre os membros do partido havia discórdia em relação ao programa do partido e muitos historiadores defendem que este factor foi um ponto que levou, em Janeiro de 1973, a que Amílcar Cabral – dirigente e instituidor do partido – fosse assassinado.

Também se verificava divergência no que se referia à união entre os dois territórios – Cabo Verde e Guiné. Para Amílcar Cabral a união era algo desejável e natural, mas, tanto para os cabo-verdianos como para os guineenses, essa questão não era fácil de aceitar.

A morte do líder podia ter significado o fim do partido, mas o processo de independência teve continuidade e, em 1973, na sequência do segundo congresso foi eleito o novo Secretário-geral, que foi Aristides Pereira, também cabo-verdiano.

Após a morte do líder as discórdias no interior do partido diminuíram e os militantes deram continuidade à luta e viram-se em vantagem frente aos militares portugueses, principalmente no segundo semestre de 1973 e, nas regiões que se encontravam libertadas, houve eleições para a Assembleia Nacional Popular. Mais tarde, em Setembro, essa Assembleia declarou a independência da Guiné-Bissau, que foi reconhecida por muitos países mas não por Portugal, e em Outubro, a ONU admitiu a Guiné como independente e exigiu que Portugal se retirasse do território.

É importante citar que, a independência das colónias decorreu numa fase em que Portugal viveu uma grande tensão política interna e a grande causa da fragilidade do governo português foi a guerra desencadeada em África, principalmente no que concerne às perdas humanas (sobretudo na Guiné) e à fatia do orçamento que era gasto com a manutenção da guerra.

Na guerra com a Guiné os militares começaram a dividir-se em dois grupos. Um deles era a favor da permanência dos portugueses em África (carácter conservador) e o segundo grupo era contra a permanência e defendia o fim do domínio português no continente africano (carácter radical democrático). O segundo grupo tornou-se hegemónico e foi responsável pela Revolução dos Cravos em Abril de 1975.

Por conseguinte, quando se deu a revolução de 25 de Abril as ex-colónias (excepto Timor) aproveitaram a fragilidade política de Portugal para exigirem a independência.

Depois de Portugal ter exigido tratar em separado as independências da Guiné e de Cabo Verde, as ilhas de Cabo Verde tornaram-se independentes a 5 de Julho 1975²⁸ e Aristides Pereira foi eleito Presidente da República.

Mas este acto não foi da felicidade para a maioria porque depois de independência muitos cabo-verdianos abandonaram o arquipélago, incluindo os jovens, por se recusarem a cumprir as suas obrigações militares, por motivos de natureza ideológica e política.

E também, os membros das elites que dominavam o movimento autonomista começaram a desligar-se porque a implantação do regime monopartidarista no arquipélago não foi aceite por vários intelectuais nacionalistas.

Segundo Pinto (2005, p.123), de todos os membros dessa elite “parece forçoso reconhecer que Amílcar Cabral era aquele que gozava de maior prestígio em África, pois não se limitava a copiar modelos e doutrinas, uma vez que sabia adaptar as influências estrangeiras à especificidade africana.”

Esse reconhecimento é partilhado por vários investigadores da temática. Só que Cabral não viveu o suficiente para ver a independência da Guiné e, depois, de Cabo Verde.

²⁸ A independência foi fruto de várias negociações entre o colonizador e o colonizado, estas serão abordadas no ponto 2.1.

Capítulo II – Relações entre Cabo Verde e Portugal depois da Independência

O processo da transição política difere de país para país, isto é, cada um assume particularidades próprias baseado na História e situação sociopolíticas.

Portugal foi o último império colonial a aceitar a independência das colónias em África e, em alguns países,²⁹ foi preciso recorrer à luta armada como forma de poderem ser reconhecidos como países independentes.

2.1. Breve Resumo sobre a Transição do Poder no Arquipélago – A Passagem do Regime Colonialista para o Sistema Monopartidário

No capítulo anterior ficou provado que em Cabo Verde nunca houve guerra de libertação e a independência chegou na sequência do 25 de Abril de 1974, embora não se possa esquecer as insistências por parte dos dirigentes do PAIGC e das instituições internacionais para essa independência.

Durante a pesquisa para desenvolver este capítulo constatou-se que em Cabo Verde houve duas transições: a primeira diz respeito ao processo de independência e à formação do Estado de Cabo Verde e a segunda transição consistiu na passagem do regime monopartidário para o regime multipartidário, isto é, a mudança do regime autoritário de partido único para um regime democrático.

Neste subcapítulo procede-se ao estudo da primeira dessas transições.

Assim, a principal objecção para Portugal aceitar negociar com o PAIGC foi a de que qualquer acto de negociação com este movimento era como se Portugal estivesse a reconhecer a existência dos restantes movimentos nacionalistas de Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola.

Na tentativa de não conceder a independência à colónia, o governo português pretendeu realizar um referendo a fim de comprovar se a população estava a favor de uma total independência, mas o PAIGC opôs-se à ideia e acusou Portugal de estar a criar um mecanismo para não aceitar a independência.

²⁹ A luta armada desencadeou-se em Moçambique, Angola e Guiné, mas no que concerne a Cabo Verde não houve luta armada mas houve constantes impugnação política contra o colonialismo.

No que diz respeito à independência do arquipélago de Cabo Verde, a mesma não foi reconhecida de imediato porque não houve conflito armado, embora alguns órgãos de imprensa tenham publicado que a não entrega das ilhas ao PAIGC resultou de os portugueses pensarem que haveria uma possível instalação de bases da União Soviética no arquipélago.

Além disso, a independência não era consensual porque alguns portugueses e cabo-verdianos consideravam que Cabo Verde teria mais a ganhar se continuasse como território português.

De facto, alguns representantes portugueses e alguns cabo-verdianos – como, por exemplo, Onésimo da Silveira – acreditavam que Cabo Verde poderia ser uma região autónoma mas com ligação a Portugal.

Quem não via com bons olhos a independência de Cabo Verde e procurou interferir no processo era o General Spínola, que apoiou o aparecimento dos partidos, como a UDCV e a UPICV, como forma de enfraquecer as forças do PAIGC que já tinha o apoio internacional e, segundo Pinto (2005, p. 141), Spínola “autorizou esses partidos a usar a estação da rádio local como veículo de propaganda, enquanto dificultava o regresso dos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC, residentes na Guiné e que queriam dinamizar o partido nas ilhas.”

Também algumas comunidades cabo-verdianos que se encontram a residir no estrangeiro, particularmente nos Estados Unidos, eram contra a instalação do PAIGC nas ilhas.

Pinto (2005, p. 124) defende que “houve parcialidade da parte de Portugal na escolha do critério de legitimação dos representantes dos movimentos independentistas” porque se optou pelo critério derivado da participação na luta armada e não teve nada a ver com as preferências das populações. Aliás, nem na Metrópole havia um consenso sobre quem deveria estar à frente do processo da descolonização.

As primeiras tentativas de se negociar a rápida independência partiram dos políticos que faziam parte do Partido Socialista, em particular, Mário Soares, Almeida Santos e Jorge Campinos. Mário Soares, nos seus discursos, principalmente em Bruxelas e Londres, defendia a rápida negociação entre Portugal e os representantes dos movimentos nacionalistas para que as colónias obtivessem a independência.

De acordo com Pinto (2005, p. 128), “a 9 de Maio de 1974, as Nações Unidas fizeram um apelo à Junta de Salvação Nacional para que Portugal aceitasse a

autodeterminação das colónias e encetasse negociações imediatas com os movimentos de libertação.”

O mesmo autor refere que esse não foi um acto isolado porque “também a Organização de Unidade Africana aconselhou, a 16 de Junho de 1974, o isolamento internacional de Portugal como forma de pressão para o reconhecimento do direito das colónias à independência.” (Pinto, 2005, p. 128)

Na fase da negociação dos mecanismos para a independência de Cabo Verde, para os membros do PAIGC a independência era um dado já adquirido, mas o General Spínola fez a proposta de se realizar um referendo, acto que provocou a resistência de alguns militares que tiveram apoio de alguns grupos locais.

Porém, as mudanças verificadas em Portugal tiveram reflexo em Cabo Verde e, mais tarde, “com a queda de Spínola, os elementos do PAIGC passaram a ter completa liberdade de movimentos entre a Guiné e Cabo Verde, e como a terceira via não teve hipóteses de viabilidade, a solução parecia mais fácil.” (Pinto, 2005, p. 142)

Os acontecimentos precipitaram-se e, segundo Arnelle (1997, p. 113):

“em Dezembro de 1974 é concedida uma autonomia às ilhas de Cabo Verde e a independência é preparada para 5 de Julho de 1975. Os cabo-verdianos, por intermédio da Assembleia Nacional Popular que elegeram, escolhem unir a sua sorte à Guiné-Bissau. As relações entre os dois Estados são muito originais. Ambos os países dispõem da sua própria representação na ONU, cada um tem o seu chefe de Estado e a sua bandeira, mas são governados pelo mesmo partido único.”

Perante as pressões da parte dos movimentos nacionalistas, de alguns membros do Partido Socialista, do MFA e da ONU, Spínola teve que aceitar a descolonização de acordo com a Lei Constitucional n.º 7/74, que foi promulgada a 26 de Julho e publicada no *Diário do Governo* n.º 174, de 27 de Julho de 1974.

De acordo com o que foi definido pela Lei constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio nos termos do Decreto n.º 726/74 de 18 de Dezembro o Presidente de República portuguesa iniciou o processo de nomeação de um governo de transição que conduzisse Cabo Verde e nomeou, ainda, um Alto-comissário.

De acordo com o Decreto n.º 754/74, de 28 de Dezembro, esse governo foi constituído por dois Ministros que eram nomeados por Portugal e por três Ministros nomeados pelo PAIGC.

Dos elementos nomeados por Portugal só o Alto-comissário estava ligado a Cabo Verde porque a mãe era cabo-verdiana.

Segundo as orientações dos representantes portugueses, o governo de transição tinha como objectivo principal criar as condições necessárias que levassem à realização

do recenseamento eleitoral e às eleições por sufrágio directo e universal, com a finalidade de se eleger uma Assembleia Constituinte no prazo de noventa dias, aprovar uma Constituição e, finalmente, declarar a independência do arquipélago de Cabo Verde.

2.2. A Realização das Primeiras Eleições e a Construção do Estado-Nação

Depois de terem sido criadas todas as condições que já foram referidas no ponto anterior, começaram a ser estipuladas algumas regras para as eleições que se seguiriam no mesmo ano.

Segundo Silveira (2005, p.62) “a nação cabo-verdiana, forjada em condições materiais precárias e sociais dolorosas, esperou cerca de dois séculos para ser Estado, o que só ocorreu em 1975.”

A eleição tinha que ser por sufrágio directo e universal, tinha que ser proporcional e a lista mais votada seria a vitoriosa. Além disso, foi aceite a participação dos emigrantes cabo-verdianos, podendo o seu voto ser enviado por via postal.

Apenas os cabo-verdianos que residiam há mais de cinco anos no estrangeiro e aqueles que já tinham adquirido outra nacionalidade não podiam exercer o direito de voto. Aliás, o mesmo se passava com aqueles que tinham exercido funções de dirigentes da Acção Nacional Popular ou tinham feito parte das delegações portuguesas à ONU.

O número dos círculos eleitorais foi definido pelo governo de transição e foi estabelecido, no ponto 3 do art.35 do Decreto-Lei n.º 203-A/75, que fora das ilhas de Cabo Verde não haveria círculos eleitorais. Os eleitores exerciam o direito de voto mas não tinham direito a apresentar candidatos nas listas apresentadas pelo círculo eleitoral da sua naturalidade.

Relacionadas com essas normas, o artigo 48 referia que as candidaturas seriam apresentadas, em cada círculo eleitoral, por grupos de 300 cidadãos eleitores recenseados pelo respectivo círculo. E, ainda, que para cada círculo eleitoral, de acordo com o Artigo 36 do Decreto-Lei 203-A/75, seria eleito um deputado com 3000 votos dos eleitores inscritos, ou restos superior de 1500, com um mínimo de 2 deputados por círculo.

De acordo com o protocolo de Lisboa, e com base no recenseamento eleitoral que foi feito, a 30 de Junho de 1975, elegeu-se a Assembleia representativa do povo cabo-verdiano constituído por 56 deputados. Baseado nos dados oficiais, 88,3% dos cidadãos que se encontravam recenseados, ou seja, 114.683, participaram no acto eleitoral e 92% dos que exerceram o direito de voto votaram no PAIGC.

Este acto foi uma prova de que os cabo-verdianos desejavam o fim da presença colonial no arquipélago.

A vitória do PAIGC foi devida à conjuntura em que o país vivia e à vontade do povo cabo-verdiano em conseguir a autodeterminação. E também foi pela importância que o partido representava-se para o povo cabo-verdiano e pela gratidão perante os líderes que levaram a cabo as negociações.

Entretanto, a Assembleia Nacional Popular tinha como funções declarar a independência e a elaboração da Constituição. A declaração da independência coincidiu com a posse dos representantes eleitos do povo e teve lugar na Capital de Cabo Verde (Cidade da Praia) a 5 de Julho de 1975, com a participação do representante da República Portuguesa que procedeu à assinatura do documento que levaria à transferência total da soberania nacional.

O desejo de alcançar a independência e a criação do Estado soberano da República de Cabo Verde eram pontos importantes que estavam contidos no programa do partido e representavam acontecimentos de carácter muito importante para a História da nação cabo-verdiana.

Assim, desde 5 de Julho de 1975, emergiu no arquipélago uma Nação soberana e iniciou-se uma nova fase da construção da Nação e do Estado pós-colonial, baseado nas ideias do Amílcar Cabral, instituidor do partido que conduziu o processo da independência.

O Estado teve como papel principal promover a organização económica do país, criar bases materiais para a participação na promoção da ciência e da técnica e, também, proteger a soberania nacional e a integridade do território.

Depois da independência, a Assembleia Nacional da República de Cabo Verde determinou que seria necessário edificar órgãos do Poder do Estado e uma orgânica jurídico-política, imprescindíveis à governação e administração do país, até que fosse aprovada a Constituição da República. Assim sendo, foi aprovado a Lei Sobre a Organização Política do Estado (LOPE), na qual, de acordo com o artigo n.º1, o PAIGC tinha posição dominante, pois era a força política dirigente da sociedade no arquipélago.

No entanto, a confirmação do Estado independente não significou o início de um regime democrático pluralista, tendo antes Cabo Verde optado por um regime monopartidário. As decisões e as posições dos órgãos partidários condicionavam o poder do Estado pelo que se travou uma luta no seio da classe política, tendo como causa as divergentes de opiniões a respeito de como instituir o Estado pós-colonial. Entretanto, nesta altura, começaram a aparecer rumores sobre a legalidade e a legitimidade da ANP, que tinha sido investida para funções constituintes, nos termos do artigo 2º da LOPE, mas a comissão à qual foi atribuída a missão de preparar e submeter à Assembleia num prazo de 90 dias um projecto de Constituição da República não cumpriu o prazo estipulado.

A LOPE mostrava-se bastante limitada a responder de forma satisfatória aos naturais conflitos que iam surgindo na sociedade, dia após dia, porque, de acordo com o artigo nº. 22, não se podia agir contra os princípios e os objectivos do partido único, o PAIGC.

Alguns dirigentes do PAIGC afirmavam que não queriam que o Estado e o partido se confundissem numa única entidade, ou seja, desejavam que estas duas entidades agissem separadas de forma a levarem Cabo Verde a um porto seguro. Por causa das diferenças de pensamento sobre a forma de levar Cabo Verde a um rumo certo, alguns membros do partido abandonaram a organização e, assim, enquanto uns continuaram a exercer as suas funções em Cabo Verde, outros tiveram que abandonar o país.

Na realidade, havia oposição entre os militares que tinham feito parte da luta armada na Guiné e o idealismo dos quadros que clandestinamente faziam parte do PAIGC enquanto estudavam na Metrópole e regressaram a Cabo Verde depois da independência.

Porém, com vista a um melhor funcionamento do Estado, foi aprovada, a 5 de Setembro de 1980, a primeira Constituição da República de Cabo Verde sem nenhum voto contra.

Esta Constituição tinha características idênticas a outras constituições dos países africanos que tinham sido antigas colónias portuguesas. Tinha um elevado conteúdo ideológico e, de acordo com o artigo 44º, nas eleições não era permitida a apresentação de mais de uma lista de candidatos no mesmo círculo eleitoral.

Segundo esta Constituição, o Estado tinha o poder de controlar todos os sectores que faziam parte da sociedade cabo-verdiana, ou seja, o Estado controlava a política, a economia, os investimentos estrangeiros e tinha o monopólio sobre as divisas e o ouro.

Quanto à estruturação dos órgãos do Poder o Parlamento era considerado o órgão supremo, decidia sobre os aspectos internos e externos, sempre de acordo com as orientações do partido. Além disso, cabia-lhe a função de eleger o Primeiro-Ministro e o Presidente da República.

Embora o regime tivesse um carácter autoritário e repressivo, a forma de agir do sistema político foi mais moderada em Cabo Verde comparativamente a outros países africanos. Por exemplo, no que concerne à violação dos direitos humanos, à tortura e à repressão, verifica-se que foram mais intensas em outros países africanos e, na maioria desses países, além da repressão, a população vivia em situações de guerra civil onde diferentes grupos disputavam o controlo do Estado, como foi o caso de Angola e, mais tarde, de Moçambique.

Cohen (1991, p.114) considera que “os regimes monopartidários em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe foram dos mais moderados, talvez por suas peculiaridades étnicas e culturais, e que mesmo sendo repressivos possibilitaram que pequenas contestações fossem feitas.”

Silva (1997, p. 45) argumenta que mesmo com o domínio do partido no plano político, social e cultural, “apareceram em Cabo Verde organizações sem qualquer vínculo com o partido, como é o caso do Instituto de Previdência e Assistência Judiciária (IPAJ), algumas associações comerciais e até a própria igreja católica.”

Para além da diferença em relação à repressão, que, como já foi dito, foi bem menor em relação aos outros regimes monopartidários do continente africano, também o regime cabo-verdiano procurou diferenciar-se deles na justificação para a sua própria legitimidade.

De facto, no período imediatamente pós-independência, o monopartidarismo foi justificado como uma necessidade para garantir a unidade nacional, a coesão social e o desenvolvimento económico da Nação cabo-verdiana.

Na verdade, o monopartidarismo foi considerado a única forma de se construir um Estado Moderno, visto que só o monolitismo político poderia reduzir as possíveis tensões sociais que poderiam surgir por causa da multiplicidade étnica e religiosa, uniformizando através de uma única força política as diferenças étnicas.

Ora, o monopartidarismo em África justificava-se porque um único grupo pretendia assumir o controlo do Estado e das vantagens advindas deste.

Segundo Silveira o monolitismo político encontrava a sua razão de ser:

“na luta de libertação nacional, único contexto em que ele surge muitas vezes como condição indispensável na luta contra o colonizador. Assim, se compreende que a luta pela independência na África tenha sido, na maioria dos casos, o prelúdio para o controlo do Estado pelos partidos ou movimentos políticos no período pós-independência.” (Silveira, 1992, p.14)

Os membros desses partidos queriam impedir que surgissem outras organizações políticas que disputassem o direito de controlar a organização estatal que estava a ser implementada nesses novos países.

Porém, no caso de Cabo Verde não parece fazer sentido usar como argumento a uniformidade étnica porque nesse país, desde o processo de colonização, constituiu-se uma estrutura étnica homogênea, baseada na miscigenação dos portugueses com escravos vindos da costa africana, e desta mistura nasceu o cabo-verdiano, com suas próprias características raciais, culturais e religiosas.

Para Silveira (1992, p.14) “em Cabo Verde, o regime monopartidário foi justificado pela legitimidade histórica, ou seja, devido à luta pela independência, o PAICV se autointitulou o responsável pela unidade nacional e salvador na nação cabo-verdeana”.

O PAIGC julgava-se o criador do Estado de Cabo Verde e, por causa disso, considerava que lhe competia exclusivamente a ele governar o país. Aliás, a própria conjuntura internacional ajudou a legitimar este tipo de regime, pois a comunidade internacional concordava que cabia aos movimentos que lideraram o processo da independência o direito de assumir o poder do Estado.

Em Cabo Verde, a ONU e a OUA reconheceram exclusivamente ao PAIGC a legitimidade de governar o país recém-independente. Por conseguinte, a independência

política foi usada pelo PAIGC como a justificação necessária para ser o representante legítimo e único dos cabo-verdianos.

2.3. A Transição do Regime Monopartidário para o Multipartidarismo

Analizada a conquista da independência, passa-se a abordar a segunda transição, ou seja, do regime de partido único para o multipartidarismo.

Quando se faz a passagem de um regime autoritário para um regime democrático é importante levar em consideração dois factores que serão imprescindíveis para um novo regime democrático e que são os seguintes: a situação económica do país que os governos encontraram logo após assumir o poder e os factores históricos pelos quais cada país passou desde o seu achamento até ao processo de independência.

Pode afirmar-se que qualquer tipo de transição política exige constante negociações, faz com que haja mudanças na sociedade e no governo e, além disso, qualquer processo de transição tem um carácter incerto, isto é, o regime democrático deixa sempre a incerteza porque as decisões são baseadas nos resultados das eleições. Assim, o partido autoritário que esteve no poder não sabe se irá ganhar as eleições, ao contrário do que se passava no regime de partido único no qual esta incerteza não existia porque o ditador já tem as suas regras pré-estabelecidas e as eleições serão apenas de fachada.

Por conseguinte, existem situações em que o partido único no Poder elabora leis eleitorais com o objectivo de beneficiar delas e, por isso, em vários países houve continuidade política depois da abertura ao multipartidarismo. É importante frisar que, no entanto, não é em todos os casos que o partido único consegue controlar totalmente o processo de transição, pois, em muitos casos, a oposição consegue vitórias e toma conta do governo.

De acordo com esta análise da transição do Poder, pode afirmar-se que, em Cabo Verde, para este processo de transformação foram os líderes do partido único que deram início ao processo de mudança e também houve transição por *transstituição* porque a oposição teve uma função relevante na determinação das regras do processo de mudança.

Importa frisar que em Cabo Verde o regime se encontrava consolidado mas o que faltava era base de apoio porque o partido que estava no poder não deu muita importância à oposição. O partido único em Cabo Verde tinha o controlo de tudo (da

comunicação social, das forças armadas) na sociedade, porém, não conseguiu impedir o surgimento da oposição porque, no interior do partido, existiam divergências e o nível de mobilização da população era muito fraca.

Nessa conjuntura, a oposição ficou cada vez mais forte e começou a ser reconhecida pela sociedade civil.

Na década de 80 e princípio dos anos 90, em relação ao continente africano, os agentes internacionais tiveram um papel muito importante no processo de transição por causa das suas influências e pressões junto dos Estados dos respectivos países e Cabo Verde não escapou a essa pressão. Importa frisar que os países africanos, durante o período transição, precisaram de ajudas externas, principalmente de ajudas financeiras, para melhor organizarem a estrutura social e de governo.

A implosão do Bloco de Leste teve um papel muito importante no processo de transição política no continente africano porque a Europa do Leste tinha sido um aliado muito importante no processo da luta pela independência e na implantação do regime monopartidário em África.

De facto, a partir da década de 60 e 70, na altura da *guerra fria*, esses países, em particular a União Soviética, passaram a ter domínio e influência no continente africano e no processo da independência da Guiné e Cabo Verde, os países da Europa do Leste forneceram apoio financeiro, material bélico e, ainda, ajuda na formação dos quadros militares.

A queda da Europa de Leste significou o fracasso da base ideológica dos regimes autoritários e o fim da inspiração e, aliás, os países de Leste passaram a ser os principais concorrentes no que diz respeito à ajuda das agências internacionais do Ocidente.

Existe um outro factor que teve um papel muito importante no processo de transição tanto na Europa como em África e que foi o desenvolvimento dos meios de comunicação. De facto, esse desenvolvimento fez com que a comunidade internacional defendesse o respeito pelos direitos humanos e pelos direitos políticos e também a expansão da ideologia da democracia.

Assim sendo, muitos países que na altura estavam sob um regime autoritário ou monopartidário começaram a ser incentivados a introduzir reformas no regime.

Pode afirmar-se que em Cabo Verde o que levou à abertura política foram, sobretudo, as razões económicas. A abertura da economia, em meados de 80, pelo regime, fez com que houvesse uma mudança na estrutura do regime político. A

necessidade de tentar dar um maior dinamismo à economia cabo-verdiana obrigou o partido único a mudar o rumo de desenvolvimento e passou-se de uma economia planificada, estatizada, centralizada e que abrangia todos os sectores, para uma certa abertura económica.

Assim, desde 1986, houve um aumento da possibilidade de haver investimento privado e externo em sectores que antes eram reservados ao Estado.

Além disso, o Estado deixou de ser o regulador dos preços dos bens básicos e com isso houve a abertura à concorrência. As consequências da economia estatizada tinham sido o aumento do desemprego e as desigualdades sociais tornaram-se cada vez mais nítidas e o governo, para evitar a conflitualidade social, viu-se obrigado a dar início à abertura política.

De acordo com o parágrafo anterior, pode afirmar-se que em Cabo Verde uma das razões que levou à abertura política ou à implantação da democracia foi de origem económica, mas, também se deverão contabilizar nesse processo as divergências no interior do partido, que apresentava sinais de evidente desgaste. Por isso, os dirigentes iniciaram o processo de mudança e com o surgimento de uma outra força política, o Movimento para a Democracia (MpD), o processo ganhou um novo rumo.

No ponto anterior foi referido que no processo da independência política em Cabo Verde não existia uma uniformidade ideológica dentro do PAIGC. Assim sendo, foi devido à inexistência de consenso a nível ideológico que o regime monopartidário encontrou as suas fraquezas que foram uma das principais causas do seu desgaste. Também já foi referido que o principal objectivo aquando da constituição do partido era alcançar a independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Por isso, nesse período, as divergências ideológicas ficaram esquecidas em nome da libertação nacional.

Nos primeiros quatro anos de mandato do regime monopartidário não houve sinais de nenhum tipo de conflito no seio do partido. Porém, a partir de 1979, o partido sofreu uma crise interna que fez com que se provasse que no regime o nível de consenso era baixo.

Nas palavras de Cardoso, a crise do partido em 1979:

“foi uma exacerbação dos conflitos que existiam internamente, pois existiam divergências ideológicas e, dentro do partido, alguns dos seus integrantes eram favoráveis ao pluralismo. Os favoráveis à institucionalização de um regime político mais aberto chocavam com a ala conservadora e hierarquicamente melhor posicionada na direcção do partido e, consequentemente, na direcção do Estado.” (Cardoso, 1993, pp. 77-78)

Nesta primeira crise foi designada de crise dos “Trotskistas” porque houve demissão de dois ministros e foram afastados algumas pessoas que estavam sob suspeitas se seriam «liberais». Porém, o partido transformou-se num potencial para conflitos porque a forma de selecção para os cargos de direcção do partido era feito de maneira autoritário e não se faziam eleições para os cargos dirigentes.

O critério utilizado para a selecção era segundo uma hierarquia entre aqueles que tinham participado da luta armada e nos que não tinham participado. Os primeiros eram designados de «históricos» e tinham o direito de ocupar os cargos mais altos dentro do partido e no Estado, independentemente das suas competências. Quanto aos outros membros, tinham de aceitar e respeitar essa hierarquia e seguir as orientações dos históricos. Portanto, o grupo constituído pelos oriundos da luta armada impôs a sua hegemonia no âmbito partidário e do governo.

Assim, depois da independência, os principais cargos a nível do ministério foram ocupados pelos históricos ou antigos combatentes e também os outros órgãos de soberania, como a Assembleia Nacional, foram ocupados por essas personalidades.

Este foi um dos motivos que levaram à desestabilização porque a falta de concorrência partidária e de mobilidade social fragilizaram o regime de partido único e fizeram com que o interior do partido se transformasse num palco de conflitos porque as divergências ideológicas que já existiam não podiam conduzir à criação de um outro partido porque eram proibidos, ou seja, o que se verificou foi que havia uma convivência no mesmo partido de ideias diferentes porque não havia formas legais para a criação de outros partidos.

Em suma, o que se verificou ao longo deste subcapítulo foi que a legitimidade do partido sempre foi baseada na conquista da independência e, com o passar dos tempos, essa justificação já não se adequava e, como não foram criadas alternativas, esta legitimidade começou a dar sinais de baixa credibilidade.

Entretanto, em 1980, verificou-se o golpe de Estado que levou ao afastamento de Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral) da presidência da Guiné-Bissau. Devido a esse golpe de Estado, houve um congresso extraordinário, a 20 de Janeiro de 1981, da ala cabo-verdiana do PAIGC, e foi decidida a alteração da designação do partido para Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

Porém, apesar desta fractura, o sistema de governo monopartidário manteve-se em Cabo Verde até Setembro de 1990, apesar de, em meados de 1980, personalidades que não estavam ligadas ao PAICV começarem a desempenhar funções públicas em altos cargos e alguns empresários e intelectuais que não estavam ligados ao partido terem sido eleitos para a ANP em Dezembro de 1985.

Nessa altura, começou-se a flexibilizar o controlo da economia para permitir alguma iniciativa privada. Foram, também, introduzidos incentivos com o objectivo de dar um voto de confiança aos cabo-verdianos residentes no estrangeiro para investirem no país de origem.

Porém, só em Fevereiro de 1990, é que foi declarada a abertura política ao multipartidarismo. Para tal era necessário proceder a uma alteração legislativa que consagrava a abertura e a transição para um novo tipo de regime político - a revogação do artigo 4.º da Constituição de 1980 que confirmava o PAICV como força dirigente da sociedade e do Estado -, pois essa revogação libertaria a sociedade civil, permitindo o aparecimento ou a acção livre de outras forças políticas e partidárias e uma transição democrática pacífica em que participassem, de forma activa, todas essas forças políticas e organizações da sociedade civil que manifestavam vontade da abertura política.

Em Fevereiro de 1990, Cabo Verde tornou-se um Estado multipartidário, após a aprovação pela Assembleia Nacional Popular de uma emenda constitucional abolindo o monopartidarismo e depois de o Conselho Nacional do PAICV, reunido na cidade da Praia, ter decidido enveredar pela via do multipartidarismo

Finalmente, em Janeiro de 1991 realizaram-se as primeiras eleições democráticas, no mês seguinte, houve as eleições presidenciais e, em Dezembro, realizaram-se as eleições autárquicas nos municípios do país.

Dessas eleições resultou o afastamento do Aristides Pereira da presidência e o PAICV saiu derrotado nas eleições para a Assembleia Nacional.

É de frisar que as eleições legislativas, realizadas em 13 de Janeiro de 1991, foram as primeiras da África lusófona em que houve a participação de mais do que um partido político, tendo saído vencedor o Movimento para a Democracia (MpD), com os seguintes resultados: 62% dos votos e 56 do 79 assentos parlamentares, sendo os

restantes 23 lugares da Assembleia Nacional ocupados por 22 eleitos do PAICV e 1 independente (os mandatos foram apurados segundo o método de Hondt)³⁰.

Nas primeiras eleições democráticas, o território nacional foi dividido em 20 círculos eleitorais e foram introduzidos os círculos eleitorais no estrangeiro. Esta introdução de três novos círculos eleitorais – África, América, Europa e o resto do mundo – ficou a dever-se ao facto de existir uma grande comunidade cabo-verdiana emigrada nestes três continentes e à importância que a mesma representa para Cabo Verde, principalmente a nível económico.

O que leva à emigração de muitos cabo-verdianos para o exterior é a fragilidade económica e os emigrantes têm um papel importante para o país porque as remessas em dinheiro que são enviadas aos familiares que ficaram em Cabo Verde constituem mais da metade do Produto Interno Bruto do país.

Nessas primeiras eleições multipartidárias foram eleitos 79 deputados para a Assembleia Nacional.

O que se pode constatar é que o voto no MpD teve um carácter de mudança e de protesto dos cabo-verdianos contra o monopartidarismo, foi um desejo de mudança partilhada pela maioria dos cabo-verdianos e uma prova do desgaste do regime monopartidário.

Para Costa & Falé (1992, p. 117), na sequência das eleições legislativas, “com a maioria qualificada de dois terços, o MpD tinha, assim, poderes para mudar a constituição.”

Além da vitória nas eleições legislativas de Janeiro de 1991, o MpD foi também o grande vencedor das primeiras eleições autárquicas realizadas em Dezembro do mesmo ano porque:

“das catorze Câmaras Municipais, oito foram vencidas por listas do MpD (Praia, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, São Nicolau, Ribeira Grande, Porto Novo e Brava) e, em quatro municípios, foram eleitas as listas independentes apoiadas pelo MpD (São Vicente, Paúl, Maio e Sal). O PAICV conseguiu eleger apenas duas Câmaras Municipais. Boa Vista e Fogo.” (Costa & Falé, 1992, p.117)

³⁰ Fonte: *Boletim oficial de Cabo Verde* nº. 3, 25 de Janeiro de 1991.

Como se pode constatar a mudança política em Cabo Verde não se restringiu ao órgão legislativo e às Câmaras Municipais, também houve também mudanças na disputa presidencial porque para as primeiras eleições presidenciais directas e democráticas, surgiram dois candidatos a disputar o cargo: António Mascarenhas – que concorreu como independente, mas apoiado pelo MpD – e Aristides Pereira, que se recandidatou-se à presidência, após ter sido Presidente da República durante 15 anos e era apoiado pelo seu partido, o PAICV.

Segundo o *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº3 de 25 de Janeiro de 1991, Mascarenhas foi eleito com 72,6% dos votos, enquanto Aristides Pereira teve apenas 26,2% dos votos.

Em conclusão, de acordo com os resultados dessas primeiras eleições, a maioria dos eleitores votou pela mudança e, por isso, escolheu os candidatos que faziam oposição ao PAICV.

A alternância política foi saudada com muita euforia por parte da população que desejava a liberdade.

2.4. As Relações Comerciais de Cabo Verde com Portugal Depois da Independência

Depois de se fazer uma análise sobre como se processou a independência de Cabo Verde, importa analisar as relações económicas entre estes dois territórios depois da independência.

Esta escolha da análise económica de Cabo Verde em relação a Portugal deve-se ao facto de tentar saber se, mesmo depois da independência, Portugal contribuiu para o desenvolvimento de Cabo Verde e, também, se por parte de Cabo Verde houve alguns traumas contra o colono pela forma como foi administrado o arquipélago durante a época colonial.

Para esta análise fez-se o levantamento de dados relacionados com o comércio especial, e também a relação bilateral que Cabo Verde mantém nas suas políticas

externas. Em relação a análise do comércio, fez-se um estudo sobre o peso relativo das importações e das exportações que Cabo Verde fez e continua a fazer com Portugal.

Este estudo começa a partir dos anos 1975 e vai até 2000 e na recolha destes dados foi utilizada uma triagem de malha fina de cinco em cinco anos.

A escolha de 1975 como continuação do estudo deve-se ao facto de ser o ano que inicia a o regime monopartidário e a construção do Estado em Cabo Verde. Porém, durante este período, como já foi referido anteriormente, o Estado controlava todas as vertentes, principalmente a económica, e como o regime era de carácter autoritário, o sistema económico era muito fechado.

Quadro II

Percentagem do comércio especial entre Cabo Verde e Portugal		
Ano	Importações de Portugal provenientes de Cabo Verde	Exportações de Portugal para Cabo Verde
1975	0,01	0,83
1980	0,00	0,07
1985	0,01	0,48
1990*	0,00	0,31
1995	0,02	0,51
2000	0,02	0,06

Fonte: INE, *Comércio Externo*, Vol. I, para os anos de 1975 e 1985; *Estatísticas do Comércio Externo*, Vol. II, para os anos de 1990 a 2000;

* Nos anos 1975 e 1991, os principais meios de produção mantiveram-se sob a tutela do Estado, ao abrigo de uma regulamentação centralizada e proteccionista. A partir, de 1991, com a abertura política, ou seja com a implantação do multipartidarismo, procedeu-se à reestruturação da economia interna, impulsionando um processo de liberalização de diversos sectores, tais como, a pesca, o turismo e os serviços que fazem parte das áreas prioritárias para o desenvolvimento.

Com a análise do quadro II, constata-se que a partir de 1975 a 2000, as importações que Portugal fez de produtos provenientes de Cabo Verde tiveram um peso relativo inferior às exportações de sentido inverso, embora ambas as variáveis apresentem valores muito baixos e que provam que Cabo Verde nunca representou um parceiro comercial privilegiado para Portugal.

Porém, as importações feitas por Portugal não teve valores mínimos ou quase nenhum e nas exportações de Portugal para Cabo Verde teve a máxima em 1975, mas os valores dos últimos anos da malha são muito baixos e, por isso, próximos do valor mínimo.

Após a abertura política em 1991, o governo viu-se obrigado a criar um plano de desenvolvimento, a partir de 1997, e em 2000, foi estabelecido um conjunto de reformas que foram consideradas prioritárias, tais como, a reforma do sector público, a estabilização macro-económica, que consistiu na eliminação da dívida interna, a liberalização da economia e a privatização das empresas do Estado.

A estabilização faz parte de um conjunto de políticas restritivas, em conformidade com o Acordo Stand-By, assinado com o Fundo Monetário Internacional. Igualmente, foi assinado um acordo de cooperação cambial com Portugal, que associa o escudo cabo-verdiano ao escudo português através de uma paridade fixa³¹. Para enfrentar a dívida interna foi criado um *trust-fund*, numa parceria entre Cabo Verde e um grupo de países e instituições multilaterais, gerido pelo Banco de Portugal.

No que concerne à liberalização económica, o comércio e a especialização internacionais constituem uma necessidade vital para economia insular, ou seja:

“as relações com o exterior são os verdadeiros motores de crescimento económico e do desenvolvimento, o que significa que os países insulares precisam de ter capacidade para construir as melhores relações externas e utilizá-las de forma a dinamizar o processo económico interno, através de uma integração entre o governo, os empresários e sociedade civil”³².

De acordo com o Documento de Estratégia de Dezembro de 1995:

“as importações de cabo verde, em 1996, cerca de 60% eram provenientes da Europa e Portugal teve um valor de 40%, e em 2002 esta percentagem deverá atingir os 86.4%, Portugal com 59%. Em 1996, cerca de 90 % das exportações eram destinadas para Europa e Portugal 70%, e, em 2002, esta percentagem poderá atingir os 93 % para a Europa e 92,2 % para Portugal. Cerca de 40% das remessas dos emigrantes, em 1996, tiveram origem na Europa, Portugal 14.7%, podendo esta cifra aumentar para 65.1 %, em 2002, Portugal, 24,5%. Importa, igualmente, registrar o peso dos Estados Unidos da América com cerca de 28%”.

Por conseguinte, Portugal é um parceiro muito importante quer nas trocas comerciais, quer na cooperação bilateral. Segundo o economista Olavo Correia na sua perspectiva das relações entre Cabo Verde, Portugal e a União Europeia, (1998), “mais de metade do comércio externo é feito com Portugal, é o país que mais tem contribuído, em termos relativos, para a ajuda pública ao desenvolvimento com média de 13,1% nos últimos anos”. Para, além disso, Portugal é o terceiro principal credor externo depois do banco mundial e do fundo africano de desenvolvimento.

³¹ Será abordado com mais detalhes no capítulo III.

³² Estevão, J. (1998). *Bases metodológicas para uma abordagem do desenvolvimento de Cabo Verde*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial/Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.61

Capítulo III – Papel de Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde

3.1. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano

Depois de se terem sido analisadas as questões do povoamento e da independência de Cabo Verde, neste capítulo analisar-se-á o papel ou contributo de Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde. Para tal, o estudo inicia-se pela evolução do índice de desenvolvimento humano, como forma de perceber a evolução do arquipélago.

Convém recordar que o IDH foi criado em 1990 por Mahbub ul Haq com a colaboração de Amartya Sen e a entidade que se responsabiliza pela respectiva elaboração é o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, em cujos relatórios consta desde 1993. Este índice serve para medir comparativamente a educação, a esperança média de vida, a alfabetização e outros elementos, como o rendimento *per capita*, que fazem parte do desenvolvimento

Para se analisar a evolução do índice relativamente a Cabo Verde far-se-á uma comparação dos dados que constam na tabela que se segue e que indicam o IDH ao longo dos anos.

No entanto, importa constatar que o ano de saída dos relatórios não coincide com o ano de obtenção de dados, pois, por exemplo, “o Índice de Desenvolvimento Humano relativo ao ano de 2005 é divulgado no *Relatório de desenvolvimento humano* de 2007/2008” (Pinto, 2008, p. 71), havendo, por isso, uma diferença de cerca de dois anos.

Os dados relativos ao IDH de Cabo Verde e a posição do país no *ranking* mundial são os que constam do quadro que se segue:

Quadro III

IDH de Cabo Verde e a sua Posição na Lista					
Ano do Relatório	IDH	Posição	Ano do Relatório	IDH	Posição
2007/2008	0,736	102 ^a	1999	0,708	91 ^a
2006	0,722	106 ^a	1998	0,688	105 ^a
2005	0,721	105 ^a	1997	0,677	106 ^a
2004	0,721	105 ^a	1996	0,539	122 ^a
2003	0,727	103 ^a	1995	0,591	117 ^a
2002	0,709	100 ^a	1994	0,547	123 ^a
2001	0,708	91 ^a	1993	0,539	122 ^a
2000	0,715	105 ^a			

Fontes: *Os dados foram consultados nos Relatórios do PNUD no que respeita aos anos de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001. Os dados referentes aos outros anos foram consultadas na Agência Lusa online.

Assim, segundo o relatório mais recente do PNUD, Cabo Verde figura entre os países de desenvolvimento médio e atingiu um IDH de 0,736 pontos, ocupando a 102.^a posição num universo de 177 países. Este valor do IDH é o mais elevado que Cabo Verde já teve, situação que aponta para uma evolução positiva ao nível dos indicadores que servem para o respectivo cálculo.

No entanto, a nível da posição e apesar de ter subido quatro lugares em relação ao relatório anterior, Cabo Verde já deteve posições mais elevadas, dado que aponta para que também outros países tenham evoluído bastante a nível do IDH e, também, para o facto de nos relatórios passarem a constar mais países que se foram tornando independentes.

No mais recente relatório, no que concerne à taxa de escolaridade, que engloba os ensinos primários, secundários e superior, a mesma atingiu os 66,4%, e a taxa de alfabetização de adultos atingiu um nível de 81,2 % no ano de 2005. Relativamente à esperança média de vida à nascença é de 71,0 anos, o PIB atingiu o valor de 5803

dólares *per capita*, o Índice de Pobreza Humana foi de 15,8% e 20% da população não tinha ainda acesso a água potável.

Ainda, segundo a previsão do relatório da PNUD, até 2015 haverá um aumento da população do arquipélago estimando-se que a mesma atinja 600 mil habitantes, com a taxa de crescimento anual de 2,1%³³.

Segundo a afirmação do Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves,³⁴ no que diz respeito à evolução do país “já conseguimos baixar a pobreza para 10% da população e a nível da educação existe uma paridade entre os sexos, ou há mesmo mais mulheres do que homem a frequentar o ensino”.

Para melhor perceber a posição que Cabo Verde se encontra em relação aos outros países de língua oficial portuguesa, importa analisar a tabela que se segue:

Quadro IV

IDH de 2007/2008		
País	IDH	Posição
Portugal	0,897	29º
Brasil	0,800	70º
Angola	0,446	162ª
Moçambique	0,384	172ª
Guiné-Bissau	0,374	175ª
S. Tomé e Príncipe	0,654	123ª
Timor-Leste	0,514	150ª

Fonte: Pinto (2008, pp. 71, 73, 74)

De acordo com o Relatório da PNUD e com a tabela acima indicada, a nível dos países da CPLP, só Portugal e Brasil se encontram à frente de Cabo Verde. Portanto, Cabo Verde está à frente de todos os PALOP e de Timor-Leste.

No que diz respeito à integração regional em África, como Cabo Verde pertence à CEDEAO, interessa comparar o seu IDH com o dos países vizinhos. Os valores do mais recente relatório são os que constam da tabela seguinte:

³³ <http://www.alfa.cv>.

³⁴ Afirmação feita pelo Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, no dia 5 de Julho de 2009, na residência do Primeiro-Ministro português, José Sócrates. A declaração foi recolhida pela Mestranda.

Quadro V

IDH Constante no Relatório de 2007/2008		
Países da CEDEAO	IDH	Posição no ranking
Cabo Verde	0,736	102 ^a
Guiné-Bissau	0,374	175 ^a
Benim	0,437	163 ^a
Burkina Faso	0,370	176 ^a
Costa de Marfim	0,432	166 ^a
Mali	0,380	173 ^a
Niger	0,374	174 ^a
Senegal	0,499	156 ^a
Togo	0,512	152 ^a
Gâmbia	0,502	155 ^a
Gana	0,533	135 ^a
Nigéria	0,477	158 ^a
Serra Leoa	0,336	177 ^a

Fonte: Pinto (2008, pp. 73, 74)

Estes dados permitem constatar que, em comparação com os outros países da CEDEAO, Cabo Verde no *ranking* se encontra à frente dos outros 14 países.

Aliás, de entre esses países, só Cabo Verde, Togo, Gâmbia e Gana detêm um índice considerado médio, ou seja, igual ou superior a 0,500, embora o Senegal se aproxime do valor mínimo para passar a integrar o grupo de países de desenvolvimento médio.

Importa, ainda, realçar que um dos países africanos que mais petróleo exporta, a Nigéria, continua a integrar os países de IDH baixo, apesar das receitas elevadas provenientes da venda do petróleo.

3.2. Papel da Cooperação entre Portugal e Cabo Verde para o Desenvolvimento de Cabo Verde

Durante a elaboração desta Dissertação, verificou-se que Cabo Verde, desde a independência, sempre beneficiou da ajuda pública ao desenvolvimento, principalmente a nível de donativos e empréstimos em termos concessionais, isto é, Cabo Verde, a nível

económico, teve e continua a ter uma forte dependência do exterior, principalmente da ex-Metrópole.

O apoio internacional revelou-se e continua a revelar-se de carácter importante, principalmente no fornecimento de produtos alimentares essenciais e que o arquipélago não consegue produzir de forma a garantir as necessidades diárias da população.

Segundo o livro *Portugal dez anos de política de cooperação*, “a progressiva abertura nas relações políticas Estado a Estado e a adopção de programas de desenvolvimento por parte dos próprios países africanos permitiram [...] a partir dos anos oitenta, uma melhoria qualitativa na cooperação bilateral”³⁵.

Segundo Pinto (2009, p. 145), “as modalidades de cooperação derivam da natureza da APD e da forma como a mesma é canalizada. Assim o tipo ou natureza da APD indica a forma como a ajuda irá atingir o sector beneficiário”.

Assim, na vertente técnico-económica, Portugal foi solicitado a ajudar os países que foram suas antigas colónias, quase desde a independência, porque havia uma necessidade de reestruturação interna de cada país, mas havia carência de técnicos nacionais que pudessem desempenhar funções em diversas áreas, principalmente a nível de administração pública e privada.

Esses países estavam a sair de uma relação colonial que demorou vários séculos e não dispunham de mão-de-obra qualificada para dar resposta às necessidades que passaram a ter após a independência.

Ainda no âmbito da cooperação técnico-económica, foi necessário apostar na divulgação de informação diversa, nomeadamente de legislação, de publicações de carácter técnico-científico e no apoio à realização de seminários, reuniões e conferências.

Ainda de acordo com o livro *Portugal dez anos de política de cooperação*, no que diz respeito à cooperação entre Portugal e Cabo Verde nos últimos anos, verifica-se que a mesma se tem desenvolvido em dois níveis:

- A nível bilateral, cuja forma de aplicação é através dos *Programas Indicativos de Cooperação* (PIC), um documento de estratégia que define os principais eixos de intervenção, trienais, que são efectuados com base em *Planos Anuais de Cooperação* (PAC). Também faz parte deste nível a APD bilateral na qual, segundo Pinto (2009, p.145), se inclui “a ajuda fornecida directamente ao país beneficiado, através de

³⁵ MNE. (1995). *Dez anos de política de cooperação*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 93

organização não-governamentais nacionais e internacionais [...] tendo sempre em conta o desenvolvimento do país receptor, através de programas, que são elaboradas no país doador”;

- A nível multilateral, através da participação de Portugal em programas da União Europeia, das Agências das Nações Unidas, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e em parcerias com outros países doadores.

No que concerne à cooperação multilateral de Portugal com a Lusofonia, e na sequência da realização da IV Convenção de Lomé em 1989, a dita cooperação teve um grande apoio no quadro de relacionamento estabelecido entre a Comunidade Europeia e os Estados ACP.

Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa, que sempre mantiveram um diálogo privilegiado com Portugal, passaram a ser considerados como grupo regional e, na sequência deste relacionamento, deu-se a origem da CPLP em 1996, comunidade que, desde o início, teve o apoio do governo português e foi uma forma de comprovar que existem grandes potencialidades a nível da cooperação entre os países lusófonos.

No âmbito da cooperação bilateral, segundo o IPAD, foi assinado a 30 de Novembro de 2004, o PIC para o triénio 2005-2007, dotado de um montante de 55 milhões de euros e que tem como pontos prioritários, a valorização dos recursos humanos e a capacitação técnica, na medida em que a qualificação dos recursos humanos é a ponta do iceberg para a criação das competências e capacitação necessárias ao desenvolvimento do país.

Também foi considerado como prioridade o apoio à criação de infra-estruturas básicas, no âmbito do Ordenamento do Território e Recuperação do Património. Isto quer dizer que estes pontos são muito importantes para desenvolvimento de um país, tal como o apoio à estabilidade macro-económica, com base no acordo cambial que procura proporcionar a estabilidade necessária ao progresso e desenvolvimento do país.

Segundo o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, de acordo com o interesse das autoridades cabo-verdianas e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, está inscrito no PAC 2006 o projecto de lançamento de um *Cluster da Cooperação*, que será um novo instrumento de intervenção, constituído por um conjunto harmonioso de projectos com enquadramento comum, numa área geográfica identificada na Ilha da Santiago – Municípios de Santa Cruz, S. Miguel e S. Lourenço dos Órgãos.

Com este projecto, procura-se mobilizar diversas instituições públicas e da sociedade civil, visando um desenvolvimento integrado, participativo e sustentável das populações daqueles Municípios (cerca de 62.000 pessoas, quase 15% da população do país). O projecto deverá ser feito de uma forma uniforme e com uma gestão global, evitando-se, assim, a desorganização ou desperdício de recursos humanos e materiais e melhorando o impacto das acções e a sua visibilidade.

Para melhorar a execução do PAC e com objectivo de controlar a eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, existe uma Comissão de Acompanhamento, formada pelas estruturas coordenadoras de ambas as partes (IPAD e DGCI), que reúne periodicamente.

É de salientar ainda que, ao longo dos anos, Portugal tem-se mantido como o primeiro contribuinte bilateral da Ajuda Pública a Cabo Verde, tendo totalizado, entre 2000 e 2005, 156.548.577 €, repartidos da seguinte forma:

Quadro VI

APD Portuguesa a Cabo Verde					
2000	2001	2002	2003	2004	2005
26.760.043€	25.720.656€	11.554.374€	35.611.37€	24.771.767€	36.498.873€ (*)

Fonte: IPAD

(*) Valores definidos em 04.07.2006

Há ainda um aspecto a ter em conta na cooperação bilateral e que se prende com o seu real papel para o progresso e desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

De facto, para Pinto (2009. p.150), a “APD bilateral só serve efectivamente os países receptores da mesma se corresponde às suas necessidades e contribui para aumentar a sua capacitação”.

Ora, se for tido em conta que neste tipo de ajudas se verifica que uma parte do financiamento se destina a promover a educação, como se pode constatar no IDH de Cabo Verde, a APD tem funcionado porque o país tem sabido usar bem as ajudas concedidas por parte de Portugal e pelo resto do mundo.

3.3. O Acordo Cambial como Forma de Relação Bilateral

Como se pode constatar, Cabo Verde está-se cada vez mais empenhado no processo de reformas profundas na sua economia e está cada vez mais aberto para a globalização e, por isso, o Acordo Cambial se revelou tão importante e pertinente.

Este acordo estava em fase de negociação há algum tempo e foi apresentado pelos dois países assinantes como forma exemplar das relações luso – cabo-verdiana em diversas vertentes em particular no que concerne ao domínio da cooperação económica e financeira, e por conseguinte, é um caminho para aprofundar laços económicos bilaterais, principalmente na intensificação de investimento e dos fluxos comerciais. Pode-se verificar que representou um acontecimento muito importante no quadro da CPLP porque os seus resultados poderão vir a incentivar outros acordos bilaterais ou multilaterais com outros países de Língua Oficial Portuguesa.

O acordo cambial foi assinado em Março de 1998 entre Portugal e a República de Cabo Verde. Inicialmente, foi estabelecido num período de quatro anos, e pode ser renovado com a mesma duração. O acordo foi assinado pelo, na altura Ministro das Finanças de Portugal, António Sousa Franco e pelo, também na altura, Ministro da Coordenação Económica de Cabo Verde, António Gualberto do Rosário.

De acordo com Costa (2006), “para além deste acordo, foram também assinados um protocolo para o estabelecimento da comissão de Acordo de Cooperação, os Estatutos da unidade de acompanhamento macro-económico do Acordo de Cooperação Cambial e o contrato de facilidade de crédito, com o respectivo protocolo”³⁶.

Levando em conta a afirmação de Costa (2006), “este foi até hoje o único acordo deste tipo estabelecido entre Portugal e uma ex-colónia, após o fim da denominada Zona Escudo (1961 – 1974), e teve lugar vinte e três anos após a independência de Cabo Verde”.

Este acordo consiste em ligar as moedas desses dois Estados através de uma relação de paridade fixa e garantir a convertibilidade do escudo cabo-verdiano por parte de Portugal. Permite, ainda, a disponibilização de uma facilidade de crédito para reforço das reservas cambiais de Cabo Verde e a criação de uma comissão monetária para a gestão do Acordo. Esta comissão de Acordo de Cooperação Cambial é composta por

³⁶ Citação feita a partir de um documento policopiado gentilmente cedido pelo autor e que resulta de um estudo do autor sobre o Acordo Cambial. As citações relativas a este Acordo, quando não identificadas, foram feitas a partir do mesmo documento.

representantes dos dois Governos e tem como função assegurar o cumprimento do acordo. Esses representantes são, igualmente, responsáveis pela definição das condições de funcionamento.

Cabo Verde comprometeu-se a adoptar como critérios de referência os dos Estados da União Europeia e, conseqüentemente, a implementar medidas de política económica compatíveis com a paridade cambial.

No âmbito da Geopolítica da Lusofonia, é importante citar este acordo pela sua importância na relação política que o propiciou e, além disso, não se pode deixar de frisar a sua importância no desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.

De acordo com o tema que se está a tratar, não se pode deixar de citar outros exemplos que aconteceram ao longo da História da colonização, como o “*currency board*” que foi criado em 1844 pelo Reino Unido como forma de fazer funcionar as suas colónias e acabou por influenciar outras potências colonizadoras, como por exemplo a colonização portuguesa na construção do Zona Escudo (1961-1974).

De facto, segundo João Estevão, o acordo cambial tem as mesmas características que o “*currency board*”, que são as seguintes:

- A ligação da moeda nacional a uma divisa estrangeira (*simple currency peg*);
- A livre convertibilidade, a uma taxa fixa, da moeda nacional na divisa a que está ligada;
- A gestão cambial por intermédio de uma comissão monetária”.

Para além destas características básicas, que definem a filosofia da gestão cambial, a comissão do acordo deverá fixar outras, mais específicas, que permitirão determinar a modalidade concreta de gestão.

Assim sendo, João Estevão sustenta que a comissão deverá definir o tipo de activos que poderão constituir a reserva cambial (ouro, divisas, outros activos financeiros); o modo de aceder ao câmbio pelo público; ou, ainda, o poder da comissão para modificar as condições de funcionamento do arranjo monetário. O mesmo autor frisa que estas são as características específicas que permitirão fazer uma avaliação mais cuidada do Acordo de Cooperação Cambial.

Retomando, os exemplos da História, Costa (2006) refere que “mais tarde foi criada a “Zona do Franco – CFA”, que abrange hoje oito Estados da UEMOA (União

Económica e Monetária da África Ocidental), seis da CEMAC (Comunidade Económica e Monetária da África Central) e as Ilhas Comores”.

De acordo com a pesquisa posterior, este Acordo de Cooperação Cambial foi renovado em 2002 e em 2006, e vai estar em vigor até 2010. A comissão de Acordo de Cooperação tem reunido duas vezes por ano, normalmente no mês de Maio em Cabo Verde e no mês de Novembro em Portugal, como aconteceu, por exemplo, em Lisboa, a 20 de Novembro de 2006.

No que concerne à Comissão do Acordo, a mesma é constituída por representantes de ambos os países do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério das Finanças e do Banco Central e, segundo Costa (2006) como “não houve nenhuma alteração ao Acordo de Cooperação Cambial a sua avaliação e acompanhamento têm sido, no mínimo [...] eficientes”.

A forte credibilidade e a estabilidade que estão a resultar deste Acordo de Cooperação Cambial farão com que haja um aprofundamento das relações entre esses dois países assinantes e será um caminho para a criação de um ambiente mais favorável para o crescimento económico e para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Importa, no entanto, frisar que, este Acordo é apenas um instrumento, cuja eficácia “depende não só das opções de política económica e de desenvolvimento adoptadas em Cabo Verde mas, também, das opções escolhidas em Portugal para o desenvolvimento das suas relações com Cabo Verde e com o resto da CPLP”³⁷.

Os aspectos positivos do acordo saem reforçados se forem analisadas as palavras do representante do IPAD, durante o Seminário que se realizou em 2005, promovido pela Câmara de Comércio, Indústria, Turismo Portugal Cabo Verde:

“O apoio à Estabilidade Macro-Económica, nomeadamente com uma linha de crédito de apoio à convertibilidade do escudo cabo-verdiano, dando continuidade à execução do Acordo de Cooperação Cambial vigente desde Março de 1998, através do qual Portugal colocou à disposição de Cabo Verde uma Facilidade de Crédito para reforço das reservas cambiais, cujo valor poderá ascender a mais de € 44 800.000. Este Acordo criou uma Comissão (a COMAAC) que reúne duas vezes por ano, e uma Unidade de Acompanhamento Macro-Económico, sendo que a convertibilidade do escudo cabo-verdiano, agora ligada ao euro, tem um alto significado político-estratégico. Ainda neste domínio é de salientar a Assistência Técnica que o Ministério das Finanças (através da DGAERI) e o Banco de Portugal prestam regularmente a Cabo Verde”³⁸.

Quanto à cooperação multilateral, o percurso tem sido feito com alguma dificuldade e as guerras que surgiram em Angola e Moçambique e a instabilidade

³⁸ Ciclo de Encontros “Negócios e Afinidades” Seminário, “Portugal Cabo Verde: Uma Parceria para o Futuro”, Hotel Altis – 22 de Junho de 2005.

política na Guiné-Bissau, foram condicionantes do desenvolvimento desse tipo de cooperação.

Outro factor que condicionou o desenvolvimento da cooperação multilateral foi o facto de os países estarem integrados em blocos e áreas diferenciados (União Europeia, Mercosul, CEDEAO, SADC e UEMOA), situação que contribui para que os desafios da cooperação fossem ainda maiores, mas também mais ricos os seus resultados.

No âmbito da cooperação multilateral, deve referir-se a cooperação no quadro do CAD da OCDE, ao qual Portugal regressou em Dezembro de 1991 porque este fórum, que reúne os principais países doadores de ajuda, definiu algumas regras gerais de concessão e de contabilização da ajuda.

Até aos anos 80, a cooperação multilateral entre Cabo Verde, Portugal e o mundo lusófono/outros países, tinha pouca relevância, pois, segundo o estudo, ou seja, durante a pesquisa, constatou-se que este tipo de cooperação começou a ter mais importância a partir do ano de 1980. Assim sendo, houve alguns acontecimentos a este nível cujo efeito ainda se vive ou sente, como por exemplo:

- Em 1982, adesão ao Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD);
- Em 1983 adesão ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Estas adesões permitiam que algumas empresas participassem em projectos financiados por estes organismos.

- A participação de técnicos e empresas portuguesas em projectos de assistência técnica financiados pelo sistema das Nações Unidas, nomeadamente pelo PNUD;
- A assinatura de protocolos de cooperação com a organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e a Organização Mundial de Saúde.

Ainda, no âmbito multilateral, a ANACOM tem apoiado e participado em iniciativas que procuram promover uma cultura comum e de solidariedade entre os países lusófonos, nomeadamente no âmbito da CPLP, tendo sido criada, em 2008, a Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP. Até então, o grande fórum de reunião das entidades sectoriais era, desde 1990, a Associação de

Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países e Territórios de Língua Oficial Portuguesa (AICEP), que ainda subsiste.

Segundo o IPAD, “a coordenação entre doadores, de modo a assegurar fluxos adequados de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), constitui uma importante vertente da nova estratégia adoptada para a área da Cooperação e Desenvolvimento”. Nesse sentido, o estabelecimento de relações com o Banco Mundial tem por finalidade não só o estabelecimento de uma rede de cooperação inter-institucional, como também a maximização de recursos e racionalização de custos.

3.4. Contributo de Portugal para a «Integração» de Cabo Verde na União Europeia

No âmbito da União Europeia, além da participação, através do IPAD, em programas específicos para Cabo Verde, Portugal tem tido um papel muito importante, no plano bilateral, e, em Bruxelas, no plano multilateral, para que se possa satisfazer o desejo ambicioso de Cabo Verde no sentido de criar uma relação mais estreita com a União Europeia.

Na graduação de Cabo Verde para o grupo de Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) e consequente saída do grupo dos Países Menos Avançados (PMA), Portugal esforçou-se, no quadro da União Europeia e das Nações Unidas, no sentido de ser consagrado um período transitório que permita a Cabo Verde consolidar o seu novo estatuto.

Assim, nesse sentido, foi acordado em reunião da Assembleia Geral conforme a resolução 59/209 das Nações Unidas de Dezembro de 2004, um período transitório de três anos durante o qual, embora mantendo o estatuto de PMA, Cabo Verde terá de formular uma estratégia transitória de cooperação com os parceiros, uma vez que a sua graduação implicará a perda de benefícios do regime mais favorável concedido pela União Europeia a países terceiros, no quadro do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) da União.

Foi neste sentido que as autoridades cabo-verdianas, com o apoio do sistema das Nações Unidas, criaram o Grupo de Apoio à Transição (GAT) do qual fazem parte os principais parceiros internacionais de desenvolvimento. Este grupo teve como principal objectivo facilitar a elaboração de estratégias de transição e identificar medidas e acções

necessárias com vista à realização da visão de transformação de Cabo Verde num país social e economicamente viável.

Esta decisão que foi tomada pelas Nações Unidas em Dezembro de 2004, deve-se ao facto de Cabo Verde preencher dois dos três critérios exigidos para um País de Desenvolvimento Médio por ter subido o seu Índice de Desenvolvimento Humano e o rendimento *per capita*.

Para além dos contributos por parte da IPAD e de outras entidades junto da UE na qualificação e reconhecimento de Cabo Verde, também houve manifestações nesse sentido por parte de políticos com grande destaque na comunidade portuguesa e internacional, que fizeram valer o ponto de vista que satisfazia os interesses de Cabo Verde.

Esta ideia foi expressa pela primeira vez pelo Mário Soares numa conferência realizada em 1994 em Tenerife, nas Canárias.

Como é reconhecido, Mário Soares é uma das figuras mais distintas da política portuguesa – pela sua acção enquanto opositor ao Estado Novo e pelos cargos políticos que desempenhou depois do fim desse regime – e da História dos PALOP – porque esteve envolvido nos processos de negociações para a independência das colónias portuguesas, logo após o 25 de Abril.

Nessa conferência, ao fazer referência às ilhas da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), Mário Soares afirmou que, “era adequado que os cabo-verdianos não fossem exclusivamente africanos, porque não são. São uma mistura de africanos e de portugueses, de judeus, gente que passou em todas as direcções cruzando o Atlântico”.

Numa entrevista cedida a Maria Jorge Costa, em Maio de 2005³⁹, Mário Soares foi mais abrangente ao afirmar que:

“o facto de os cabo-verdianos terem um partido que se chamava PAIGC, simultaneamente cabo-verdiano e guineense. Isso resultou de o Amílcar Cabral ser cabo-verdiano de facto, mas criado na Guiné. Ele entendeu que devia haver um partido único. Isso foi um erro, como eles vieram a perceber, porque os guineenses não gostam dos cabo-verdianos porque os consideram diferentes”.

Mário Soares sustentava a sua posição fazendo referência a uma entrevista de Aristides Pereira, primeiro Presidente de Cabo Verde, que, numa entrevista em que fez referência ao assunto, afirmou que talvez tivesse sido um erro os cabo-verdianos não terem considerado a hipótese de poderem ter sido uma Região Autónoma.

³⁹ Consulta: <http://www.acapital.pt/>

Entretanto, Mário Soares lamentou não ter podido em 1974 “associar Cabo Verde como país independente às ilhas periféricas europeias”. Para além dos argumentos históricos, Mário Soares apresentou argumentos comportamentais e políticos, afirmou que “os cabo-verdianos durante o império colonial português tiveram sempre um comportamento diferente dos outros porque se consideravam intermediários entre eles e África, e estiveram muitos funcionários cabo-verdianos em Angola, Moçambique, etc”.

Na mesma entrevista afirmou que a ideia de um estatuto especial para Cabo Verde no seio da União Europeia tinha boa receptividade tanto por parte dos dirigentes cabo-verdianos como entre alguns dirigentes europeus com quem havia abordado a questão.

Em relação à Europa, segundo Mário Soares, e de acordo com a mesma entrevista, “os benefícios são óptimos. Porque eles, referindo-se a Cabo Verde, têm um espaço ali que é europeu. São porta-aviões no meio do Atlântico e que ligam à Europa, África, Brasil, América Latina e à América do Norte”.

Mas a discussão pareceu esquecida até ser reactivada pelo artigo de Adriano Moreira publicado no *Diário de Notícias*, na edição do dia 8 de Fevereiro de 2005.

Nesse artigo, Adriano Moreira defendeu que, “não existem obstáculos nos estatutos da UE que impeçam Cabo Verde de solicitar à Bruxelas abertura negociações para a sua adesão”.

No que concerne aos argumentos apresentados, Adriano Moreira partilhou da mesma opinião que Mário Soares ao indicar, nomeadamente, a especificidade cultural cabo-verdiana, a literatura e a boa governação como factores endógenos a Cabo Verde que justificam a sua adesão a UE. No que diz respeito a vantagens para a Europa, Adriano Moreira afirmou, na mesma entrevista, que “não é possível sugerir qualquer modelo de organização do Atlântico Sul, e de articulação entre a sua segurança e a do Atlântico Norte, sem incluir Cabo Verde no processo, supondo que não recusará o consentimento e a colaboração”.

Além disso, o mesmo pensador fez questão de salientar que:

“no conjunto dos Estados que se tornaram independentes em resultado do movimento geral descolonizador impulsionado pela ONU, Cabo Verde, limitado de recursos, é um exemplo de Estado de Direito, cumpridor escrupuloso das obrigações internacionais, confiável se atendermos aos critérios que orientam a Administração republicana dos EUA”.

Finalmente, o autor destaca ainda a importância da diáspora cabo-verdiana como um factor de interesse para a Europa, tanto em África com nos EUA.

Depois de fazer referência aos políticos portugueses quanto à adesão de Cabo Verde como membro especial da União Europeia, resta saber o que os cabo-verdianos, neste caso a elite, pensam quanto a essa posição.

Assim, a historiadora cabo-verdiana Elisa Andrade foi uma das principais opositoras da adesão de Cabo Verde a União Europeia. A sua oposição acentuou-se mais, a partir do momento em que Adriano Moreira afirmou que “as autoridades portuguesas estão indicadas e legitimadas para terem a iniciativa de propor a abertura de um processo de adesão de Cabo Verde à União Europeia”.

Também um dos mais importantes escritores de Cabo Verde, Germano de Almeida, partilhou da opinião defendida por Elisa Andrade.

Elisa sustentava que Cabo Verde era um Estado independente e soberano e, portanto, cabia ao povo cabo-verdiano, através dos seus representantes democraticamente eleitos, decidir se queria ou não aderir União Europeia. O que a intrigava mais era que nem Mário Soares, nem Adriano Moreira faziam referência às vantagens e desvantagens para Cabo Verde caso essa adesão fosse bem sucedida, deixando subentender que a adesão à União Europeia só tinha coisas boas e que para quem precisava de desenvolver a sua economia questionar a adesão era absurdo.

Segundo Elisa Andrade, Mário Soares, que defendia uma discriminação positiva de Cabo Verde e Adriano Moreira, que defendia uma integração efectiva, pensaram nas ilhas como uma âncora para as estratégias macroeconómicas e de defesa da Europa, aproveitando-se da prerrogativa do bom desempenho da UE no apoio político e económico aos seus membros para silenciar os possíveis transtornos políticos e sociais que podiam advir da hipotética adesão de Cabo Verde à UE.

Segundo a Agência Lusa, em notícia divulgada em Junho de 2005, no que se refere à posição oficial de Cabo Verde, o Primeiro-Ministro, José Maria Neves, “não vê qualquer obstáculo à adesão plena de Cabo Verde à União Europeia, segundo o mesmo, Cabo Verde vem trabalhando nesse sentido desde 2001.

Por seu lado, o Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, afirmou que essa era uma decisão que cabia ao povo cabo-verdiano, embora reconheça que os que defendiam a adesão ou um estatuto especial para Cabo Verde na UE eram pessoas com uma estima especial pelas *ilhas da morabeza*.

Segundo Belarmino Van-Dúnen, “é evidente que uma adesão plena de Cabo Verde na UE traria vantagens económicas inquestionáveis. Mas do ponto de vista

político as consequências seriam revolucionárias e, como se sabe, a revolução poucas vezes beneficia os seus actores”⁴⁰.

Retomando a análise da questão no que concerne à acção desenvolvida por parte de Portugal, em Março de 2005, Mário Soares e Adriano Moreira, numa petição assinada por destacadas figuras da sociedade portuguesa e apoiada a título pessoal pelo, na altura, Ministro dos Negócios Estrangeiros Freitas do Amaral, defenderam a adesão de Cabo Verde à UE, aconselhando estas duas entidades a dar início às negociações para essa mesma adesão. Esta petição foi apresentada na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Segundo os defensores desta iniciativa, Cabo Verde reunia as condições históricas e políticas necessárias para iniciar um processo de integração na UE. Por outro lado, o alargamento da UE não podia ignorar a sua dimensão Atlântica. Segundo o documento/petição, Cabo Verde “interessa à Europa não apenas pela valência da segurança e defesa” mas também “por ser a melhor expressão das sínteses culturais que a experiência euromundista produziu”. Os ganhos de tal adesão eram, à partida, evidentes, traduzindo-se no acréscimo do mercado de consumidores e na conveniência geoestratégica de Cabo Verde.

Regressando à posição de Cabo Verde, basta dizer que uma das metas anunciadas pelo seu actual governo foi precisamente de conseguir uma maior aproximação à EU porque, dado o seu maior afastamento geográfico em relação ao continente americano, a opção estratégica natural para Cabo Verde no que respeita a uma integração regional «extra» -africana se situa, sem dúvida, na UE.

A concretizar-se, esta integração regional de Cabo Verde na UE pode assumir três formas:

- Primeira, a da adesão plena, que permita a Cabo Verde gozar de um estatuto de Estado ultraperiférico, no quadro da região da Macaronésia;
- Segunda, a que permita a Cabo Verde ser considerado um dos Estados da *Wider Europe Neighborhood* (que tem a Rússia e a Ucrânia a Leste, e os países do Magrebe a Sul);

⁴⁰ Artigo que foi publicado na revista de Estudantes Africanos da Universidade Nova de Lisboa, em Novembro de 2005.

- Terceira, a que lhe permita beneficiar, simplesmente, do estatuto de membro associado.

Portugal foi o principal intermediário nas relações entre a União Europeia e os países lusófonos, principalmente Cabo Verde que teve todo apoio por parte de Portugal.

No entanto, apesar das várias insistências lideradas por Mário Soares e Adriano Moreira e invocando sempre “a identidade cultural” como critério de adesão para países como Cabo Verde, a hipótese de adesão nunca foi assumida de forma oficial pelos portugueses e cabo-verdiano, que privilegiaram sempre a opção mais consensual de parceria especial estratégica.

Alias, foi nesse caminho e não no sentido de uma adesão plena, que Portugal tem desempenhado um papel dominante dentro da UE.

Segundo a Agência Lusa, em notícia divulgada em 26 de Outubro de 2007, “o Primeiro-Ministro cabo-verdiano, José Maria Neves, agradeceu ontem pessoalmente em Bruxelas ao Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, pelo seu empenho num processo de aproximação entre Cabo Verde e a União Europeia”.

Ainda segundo a Lusa, o processo, iniciado há uns anos pela UE e Cabo Verde, foi oficializado nessa altura pela Comissão Europeia e o anúncio foi feito, em Lisboa, “pelo Primeiro-Ministro português, José Sócrates, na sua qualidade de Presidente em exercício da UE”.

No entanto, o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, quando desempenhava a função de Primeiro-Ministro de Portugal, já tinha iniciado o processo de aproximação entre Cabo Verde e a UE.

Segundo a Agência Lusa, numa conferência conjunta em Bruxelas, no final de um encontro entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso afirmou que “é um momento muito significativo na histórica relação entre a União Europeia e Cabo Verde” e explicou que esta parceria estratégica era “um sinal político forte” do reconhecimento da “especificidade” de Cabo Verde.

A parceria especial com a UE – e também com a NATO –, constitui um dos principais objectivos da política externa do arquipélago que vive com poucos recursos e tem uma grande dependência financeira externa.

Apesar disso, Cabo Verde tem conseguido manter uma estabilidade política, atrair investimento e está entre os quatro países com a produção por habitante mais elevada dos 15 Estados da região. Pelo bom desempenho, o arquipélago passou, a partir

de Janeiro de 2008, da categoria de países menos avançados (PMA) para o grupo dos países de rendimento médio – terminado o período de transição que foi referido noutro ponto – e deixando, assim, de ter acesso a apoios internacionais.

Em contrapartida, com este novo estatuto, Cabo Verde pode beneficiar do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional destinado às regiões ultraperiféricas da UE como os Açores, a Madeira e as Canárias.

A parceria especial era um objectivo político do Primeiro-Ministro, José Maria Neves, que foi conseguido com o forte apoio por parte de Portugal. Na sua visita ao homólogo José Sócrates o Chefe de Estado de Cabo Verde agradeceu por Portugal ter sido o principal parceiro na luta para a parceria especial com a União Europeia.

Segundo o mesmo, na sua visita aos bairros onde se encontra muita da comunidade cabo-verdiana, foi com orgulho que sustentou que:

“a boa governação tem conseguido restituir o orgulho e o prestígio de Cabo Verde no contexto internacional. Provas disso são, a adesão à Organização Mundial do Comércio, a Parceria Especial com a União Europeia, a qualificação de Cabo Verde para beneficiar dos fundos do Millenium Challenge Account dos Estados Unidos, sendo o único país a gerir directamente esses fundos, que representam cerca de 120 milhões de dólares, para projectos de desenvolvimento”⁴¹.

Ainda, sobre a temática da Parceria especial, parece oportuno atentar nas palavras do Embaixador de Cabo Verde em Portugal que, na entrevista que consta em anexo, afirmou: “A Parceria Especial é um projecto de cooperação entre Cabo Verde e a UE visando melhorar as relações, o que significa que é, de algum modo, uma transição, «um corredor» que tende a resultar numa posição mais vantajosa de Cabo Verde junto à UE, da que existe hoje”.

⁴¹ Afirmação feita pelo Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, nos dias 1 e 2 de Julho de 2009, durante as visitas aos bairros onde se concentra a maior comunidade cabo-verdiana. A declaração foi recolhida pela Mestranda.

Capítulo IV – Do Presente para o Futuro

4.1. Traumas da Descolonização de Cabo Verde

Depois de se ter analisado o processo da independência, importa fazer referência sobre a situação, como refere Pinto (2005, p. 175), “ dos portugueses de todas as cores, origens e etnias” que foram sujeitos a uma situação para a qual não estavam preparados. Aliás, essa situação foi de uma forma geral traumática, tanto para os que ficaram como para os que regressaram a Portugal, pois, não foi fácil, a qualquer um destes grupos, lidar com o que decorreu.

Portugal foi uma das últimas potências europeias a deixar África, em 1975, e, mesmo assim, dando início a uma das guerras mais trágicas da descolonização: a guerra dita civil em Angola.

Na opinião de Furtado (1997, p.18):

“o Governo Português seria o principal responsável pela emancipação tardia das suas colónias, diferentemente do sistema colonial francês e inglês que também tinham possessões na África mas que adoptaram políticas mais flexíveis que permitiram a criação de organizações autóctones, como por exemplo os sindicatos, que se transformaram em veículos de contestação política, que por sua vez ajudaram a antecipar o processo de independência dos países francófonos e anglófonos ocorridos em sua maioria, na década de 60”.

Em Cabo Verde, na fase da luta pela independência, não houve conflitos armados como se verificou noutros territórios que pertenciam o mesmo colono, como, por exemplo, em Angola, na Guiné e em Moçambique, mas isto não significa que as relações com a Metrópole tenham sido pacíficas. Por causa da proximidade geográfica e histórica o PAIGC era comum a Cabo Verde e à Guiné e reivindicava a independência conjunta, mas havia grandes diferenças antropológicas e sociológicas nas duas colónias e isso fez-se sentir no processo de descolonização.

Do ponto de vista de Arnelle (1997, p.109), “a saída precipitada dos portugueses deixou atrás deles sociedades transtornadas pela colonização e pela guerra, sociedades subitamente privadas da grande maioria dos seus quadros”.

Por isso, os novos países tornaram-se independentes sem qualquer ordem e cada um seguiu o seu caminho.

Assim sendo, com a desordem que se verificava nas colónias, os movimentos nacionalistas africanos começaram a procurar inspiração no marxismo-leninismo.

Na visão de Pereira (2005, p. 56):

“a desordem administrativa, as crises económicas, os conflitos sociais, a corrupção, as prepotências, os desmandos, as pugnas políticas, marcaram, profundamente, a evolução económico-social cabo-

verdiana, e de tal forma que, ainda hoje, os seus reflexos negativos se fazem sentir na sociedade e na mentalidade dos cabo-verdianos, embora não tenham total consciência desse facto.”

A violência física e simbólica, que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo-verdianos como *fusão cultural de europeus e africanos*.

Após a independência das colónias portuguesas vários foram os voos que trouxeram das antigas colónias para Lisboa militares que participaram nas guerras coloniais e muitos portugueses residentes nesses territórios. No entanto, tratou-se de um retorno feito quase sem nenhuns bens.

Por outro lado, e diferentemente dos outros colonizadores, tais como França e Inglaterra, Portugal foi único que não usou o modelo de indemnização para as antigas colónias.

Pinto (2005, p. 177) defende que, “não parece abusivo concluir que o processo da descolonização foi marcado por incoerências, precipitação e tremendos traumas que se reflectiram na Metrópole, mas também nos novos países”.

Pode usar-se como causa desta situação a falta de uniformidade relativamente a um projecto descolonizador, como já foi referido no capítulo anterior, pois uns estavam a favor da descolonização e outros defendiam uma autonomia, ou seja, havia uma contradição em relação a esta questão.

Segundo o mesmo autor, “Alfredo Margarido, [...] afirmou que não tinha havido descolonização e ao referir que Portugal cometera o erro de não negociar a descolonização com grandes organizações internacionais que pudessem garantir a estabilidade, tanto aos colonos portugueses como às populações dos novos países” (Pinto, 2005, p. 182)

Depois de se ter analisado alguns documentos que tratam dos traumas da descolonização, constatou-se que Portugal teve mais dificuldade no processo de descolonização nos países onde houve conflito armado com mais do que um movimento de libertação, como foi o caso de Angola, porque os líderes desses movimentos não conseguiram cumprir os acordos que assinaram.

Este, não foi o caso de Cabo Verde, como já foi referido no capítulo anterior, onde houve um processo que correu dentro da normalidade e que contou com o acompanhamento por parte de Portugal durante a fase de transição do regime colonial para o monopartidarismo.

Segundo o Embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Arnaldo Andrade:

“Apesar de a colonização portuguesa não ter sido esquecida, nos mais diversos aspectos positivos ou negativos, na generalidade, o povo de Cabo Verde, sobretudo aqueles que ainda têm na memória os mais diversos acontecimentos, não são de forma alguma hostis a Portugal, nem os portugueses são recebidos com qualquer forma de rancor em relação ao passado.”

Sustenta, ainda, que “foi algo que aconteceu e que nós arrumamos na prateleira da História. Não escondemos nem mostramos. Está lá e não vivemos a pensar nisso, nem usamos esse passado para seja o que for, para além de ser um registo histórico e nada mais”⁴².

4.2. A Diáspora Cabo-verdiana

Quanto à emigração cabo-verdiana considera-se que tem características peculiares que são melhor perceptíveis quando se faz uma abordagem da história das ilhas e também das suas condições naturais adversas de ilhas *flageladas do vento leste*, como muitas vezes é designado o arquipélago.

No entanto, a história das ilhas deve ser considerada uma história de *abandonos* e *repovoamentos*, devido às recorrentes secas, os escravos eram muitas vezes vendidos e os trabalhadores livres eram obrigados a emigrar para outras colónias portuguesas por causa do comércio com a costa africana e o resto de mundo. Portanto, pode considerar-se que uma das explicações do movimento da população para fora do arquipélago foi a necessidade de garantir a sobrevivência noutras paragens.

É importante ressaltar que o contacto entre o arquipélago e os continentes era efectuado através dos navios que chegavam para o abastecimento de escravos e outros produtos. Porém, esta constante circulação de informações, favoreceu um processo de miscigenação social e cultural, tendo Cabo Verde construído uma identidade multifacetada que a diferencia das culturas de origem, tanto europeias quanto africanas⁴³.

Há mais de um século que os jovens cabo-verdianos deixam de forma espontânea as ilhas para emigrarem com destino aos Estados Unidos, Portugal ou Holanda, num movimento que é considerado como uma inevitabilidade e, principalmente, como uma esperança e um sonho de realização futura.

⁴² Entrevista concedida ao repórter Henrique Dédalo a 8 de Junho de 2007, para o *Diário Insular*.

⁴³ Esta temática está desenvolvida no capítulo II.

Foram diversos factores que propiciaram ou favoreceram a migração, tendo em conta a situação geográfica e climática do país, pois trata-se de um país marcado pela insularidade, pelo terreno montanhoso e acentuado declive e pela escassez das chuvas. Além disso, há, também, factores económicos, tendo em conta que a economia era baseada numa agricultura de subsistência e artesanal e a competitividade comercial era fraca, factores demográficos porque o aumento demográfico levou ao aumento do desemprego e os salários eram baixos.

Por isso, todos estes condicionalismos favoreceram a saída dos cabo-verdianos nos navios que ali atracavam e fizeram com que ainda hoje haja um grande fluxo de emigração que se iniciou, sobretudo, a partir do século XVIII, embora, haja autores, como Carreira, que defendem que a emigração para os EUA, se iniciou “entre 1685 e 1700, com o emprego de pescadores de baleia cabo-verdianos nos baleeiros norte-americanos que acostavam, inicialmente, para se abastecerem no arquipélago ”(Carreira, 1977, p. 63).

Na verdade, a partir do século XVII começou a pesca da baleia nos mares de Cabo Verde e dos Açores, actividade que ainda continua nos dois arquipélagos.

É desse tempo o poema que se apresenta, como forma de justificar as afirmações anteriores.

“NHA DISTINO”⁴⁴

Olin na meio de mar
Tã segui nha distino
Pã caminhu de América...
E cê triste n’ dixa nha terra
Sima é triste n’ dixa nha mãe
Sodadi mora na nha peto
Dixam n’ bai pâ câ morrê.
Bai terra long...
E distino de homi...
E distino sem nome...
Qui no tem qui cumpri.

Na emigração cabo-verdiana considera-se que houve várias etapas baseadas nos condicionalismos referidos.

De acordo com as investigações de Carreira (1983, p.77), a emigração cabo-verdiana divide-se em emigração espontânea e emigração forçada, e a emigração espontânea, ao longo do século XX e até final do período colonial, encontra-se dividida em três fases:

⁴⁴ Citado por Góis, P. (2006). *Emigração cabo-verdiana para [e na] Europa e a sua inserção nos mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIDI, p. 44

- Numa primeira fase leva-se em conta o período de 1900 a 1920;
- A segunda fase compreende o período de 1927 a 1945;
- A terceira fase considera-se de 1946 a 1973.

Este tipo de emigração surge por iniciativa particular do cidadão cabo-verdiano, com a finalidade em encontrar melhores condições de vida, mas acaba por ser forçada pela falta de alternativas no arquipélago. No entanto, como não houve imposição da obrigatoriedade de emigrar, considera-se a saída voluntária ou espontânea.

Na primeira fase migratória, 1900/1920, o destino escolhido foi o continente americano, mais exactamente, os Estados Unidos, por causa da influência dos navios baleeiros que, como foi dito, iam capturar baleias nos mares das ilhas de Cabo Verde. Por conseguinte, muitos cabo-verdianos passaram a residir nos EUA, “em bairros específicos devido a afinidades culturais. A partir de então, eles começaram a chamar os familiares deixados em Cabo Verde” (Carreira, 1983, p.77).

Na segunda fase da emigração houve uma diminuição das saídas dos cabo-verdianos, bem como uma mudança da corrente, ou seja, a emigração cabo-verdiana virou-se para África, porque, houve alterações nas leis norte-americanas de 1919, 1924 e 1928, que restringiram a entrada de indivíduos analfabetos, situação que era comum entre os emigrantes cabo-verdianos.

Na terceira fase da emigração verificou-se um grande êxodo e os emigrantes cabo-verdianos escolheram como destino a Europa, nomeadamente, Portugal, França, Holanda e Itália.

Em relação à emigração forçada que decorreu entre 1902 a 1970, de acordo com a pesquisa, esta foi impulsionada por iniciativa do governo colonial português através de leis que tinham como finalidade o recrutamento de mão-de-obra braçal para trabalhar nas fazendas agrícolas – designadas por *roças* em São Tomé – e, posteriormente, para outras colónias portuguesas africanas, visando suavizar ou aliviar as crises em Cabo Verde e garantir mão-de-obra nas outras possessões portuguesas.

Ao contrário de Carreira, Elisa Andrade, classifica as fases da emigração em antiga e moderna, sendo a descrição do fenómeno feita de acordo com as características, que, de uma forma geral, são diferentes porque as duas fases de emigração correspondem a dois períodos, um anterior à II Guerra Mundial e outro posterior a esse acontecimento.

Segundo a autora, a corrente de emigração antiga corresponde às viagens que foram efectuadas para a Guiné, Senegal e Estados Unidos. Esta etapa faz parte da presença colonial portuguesa na África Ocidental antes da partilha do continente e argumenta que “desde 1466, ano em que o rei de Portugal autorizou o monopólio do comércio e do tráfico de escravos em toda a costa, do rio Senegal à Serra Leoa, a Guiné-Bissau foi declarada distrito dependente de Cabo Verde e o movimento de população entre os dois países passou a ser contínuo” (Andrade, 1995, p. 181).

Depois da Conferência de Berlim de 1885, os cabo-verdianos continuaram a emigrar para a Guiné com o objectivo de ocuparem postos de trabalho na função pública e outros para os quais era exigido algum nível de escolaridade. Assim, segundo Andrade (1995, p.184), “entre 1920 e 1940, mais de 70% dos empregos na Guiné-Bissau eram ocupados por cabo-verdianos ou seus descendentes”.

A emigração cabo-verdiana para o Senegal também ocorreu nesta época e subsistiu até à segunda metade do século XX, com os “luso-africanos”⁴⁵ que faziam parte da esfera do comércio.

A emigração moderna teve início a partir da II Guerra, quando o campo migratório se alargou para regiões semi-industrializadas da África, embora a emigração para Portugal também tenha registado mais procura por parte dos cidadãos cabo-verdianos a partir da II Guerra Mundial.

Assim sendo, a partir da década de sessenta houve maior fixação de cabo-verdianos em Portugal. Tratava-se, sobretudo, de homens solteiros, ou que, sendo casados, haviam deixado as suas famílias em Cabo Verde, que chegavam com o principal objectivo de suprimir carência de mão-de-obra masculina nas indústrias e na construção das obras públicas que se encontravam em expansão.

Era uma emigração decorrente do próprio processo de emigração português, ou seja, tratou-se de uma imigração promovida por Portugal para compensar a falta de mão-de-obra em resultado da emigração portuguesa.

Relativamente à emigração feminina, a mesma iniciou-se de forma maciça a partir dos meados da década de sessenta para Itália e, depois, para outros países europeus como a Holanda, França e Portugal.

⁴⁵ Esta designação, de acordo com Andrade, (1995, p.186), faz referência aos negreiros “e lançados portugueses e cabo-verdianos, mais tarde mestiços e negros livres ou libertos, que se juntaram a eles e se fixaram em seguida na Senegâmbia e na costa. Eram conhecidos por «luso-africanos» por se considerarem de origem portuguesa, mesmo quando eram mestiços ou negros”.

Interessa saber se essa emigração feminina para Portugal atingiu valores relativos próximos da emigração masculina e, por isso, se apresentam dados relativos à distribuição relativa por género da população cabo-verdiana imigrada em Portugal entre os anos de 1985 e 2003, isto é, foi utilizada uma malha de 5 em 5 anos, até ao último ano que, por falta de dados, só se afasta 3 anos do anterior.

Quadro VII

População cabo-verdiana residente em Portugal desde 1985 – 2003		
Ano	Homens	Mulheres
1985	64,4%	35,6%
1990	62,2%	37,8%
1995	60,8%	39,2%
2000	58,1%	41,9%
2003	56,3%	43,7%

Fonte: SEF

A partir da leitura do quadro VII, constata-se que a percentagem de indivíduos do sexo masculino, em 1985, atingiu quase 65%, valor que decresce para os 56% em 2003. Quanto ao peso relativo das mulheres, começou por ser menos de 36% em 1985 e atingiu quase 44% em 2003. Consequentemente, a diferença entre homens e mulheres, que no início deste período era de 28,8%, foi reduzida, no final dos anos contabilizados, para 12,6%, indiciando a crescente feminização da emigração de Cabo Verde para Portugal.

É de notar que se tem verificado, até aos dias de hoje, um aumento significativo do número de cabo-verdianos que escolhem Portugal como país de acolhimento. Todavia, determinar com rigor o total de cidadãos cabo-verdianos a residir em território português apresenta-se problemático, devido, sobretudo, à complexidade ou multiplicidade de situações em que os cabo-verdianos se encontram em Portugal.

Esta questão remete para as condições específicas de atribuição de nacionalidade num contexto que liga Portugal, como país ex-colonizador, e as suas ex-colónias. A revisão da Lei da Nacionalidade de 1959, feita em 1975, reforçou este facto ao facilitar a aquisição da nacionalidade portuguesa à maioria dos cidadãos africanos que se encontravam já a residir no país.

Outro fenómeno que, também, faz parte desta problemática é a dificuldade efectiva no controlo de entrada de cidadãos provenientes de países terceiros, dando

origem a imigrantes em situação ilegal que acabam por não ser contabilizados nas estatísticas oficiais, mas que são numerosos.

Na verdade, pode constatar-se esse facto pelo número de imigrantes clandestinos que recorreram às possibilidades de legalização extraordinárias abertas pelo Estado português.

Assim, segundo os dados da CNAI, em 1992, houve “6778 pedidos de regularização interpostos por cabo-verdianos, ou seja, 17,3%”. Este valor, no que concerne aos PALOP, só foi superado “por angolanos e guineenses”

Depois, em 1996, os cabo-verdianos apresentaram “6872 requerimentos de regularização, tendo apenas os angolanos ultrapassado este valor em 2001”.

No entanto, apesar destas regularizações, no que concerne ao número de imigrantes cabo-verdianos a residir legalmente em Portugal verifica-se uma certa dissonância entre o somatório veiculado pelo país de origem e aquele difundido pelo país de acolhimento.

De acordo com Batalha (2004, p. 137):

“Os números apontados pelas instâncias cabo-verdianas são geralmente mais elevados do que aqueles que as autoridades portuguesas divulgam, dependendo esta variação de interesses políticos específicos a cada um dos pólos desta relação, ou seja, ao país de acolhimento interessa minimizar o número de indocumentados no seu território, ao passo que o interesse de Cabo Verde reside na exponenciação deste valor como forma de pressão sobre as autoridades portuguesas para agilizarem o processo de legalização dos cidadãos em situação ilegal”.

De acordo com os dados divulgados em 2003 pelas autoridades cabo-verdianas (Instituto das Comunidades), o número de cidadãos oriundos do arquipélago com residência em Portugal ultrapassa os 100 mil indivíduos.

Esses dados mostram, ainda, que Santiago, São Vicente e Santo Antão fazem parte das principais ilhas de origem dos que emigram para Portugal, confirmando-se, assim, uma tendência que se observava antes da independência.

No entanto, volta a registar-se uma incompatibilidade entre os dados estatísticos fornecidos na origem e no destino das populações migrantes, ou seja, os valores de migrantes contabilizados no país de origem estão sobrerrepresentados face àqueles divulgados no país de acolhimento. Na verdade, de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, em 2003, o número de população estrangeira oriunda de Cabo Verde a residir legalmente em Portugal era de 53 454 cidadãos⁴⁶, valor bastante inferior aos 105 342 contabilizados pelo Instituto cabo-verdiano.

⁴⁶ Mais à frente estes valores serão actualizados.

Assim sendo, e com base neste desacordo de valores, não é possível conhecer perfeita ou rigorosamente o número de cabo-verdianos a residir legalmente em Portugal e parece que o número de imigrantes cabo-verdianos ilegais em Portugal é sensivelmente igual ao número daqueles que estão em situação legal.

Mais uma vez se deve estar perante uma questão relacionada com a multiplicidade de situações em que a população cabo-verdiana imigrante em Portugal se encontra.

Segundo Isabel Gomes (1999, p.52):

“Este panorama permite, de certo modo, compreender a dificuldade das fontes estatísticas oficiais captarem com o devido rigor a população imigrada. Dificuldade ainda acrescida se considerarmos o universo de referência que constitui o objectivo deste estudo – cabo-verdianos residentes, portugueses de nacionalidade cabo-verdiana, portugueses nascidos em Portugal de pais e avós cabo-verdianos «2ª ou 3ª geração», cabo-verdianos com outras nacionalidades designadamente outros PALOP”.

Depois de se ter apresentado várias tipologias de emigração cabo-verdiana segue-se outra fase – a caracterização da emigração – estudo que terá de ser considerado importante e necessário para conhecer as realidades da comunidade cabo-verdiana em Portugal.

Assim, na fase entre 1978 e 1988, inicia-se o processo de reagrupamento familiar dos cabo-verdianos, com a constituição dos bairros à volta de Lisboa. Foi a fase final do processo de “conservação” de nacionalidade portuguesa e do surgimento da comunidade cabo-verdiana, do Projecto “Djunta Mon”, das associações de bairro, das escolas com meninos não indígenas, etc.

Na fase seguinte, entre 1988 a 1994, os emigrantes passam a ter “Voice” da comunidade e das suas associações, capacidade reivindicativa e reconhecimento social na sociedade portuguesa. Nessa fase, aconteceu a negociação do “Programa de 5 pontos” para a integração (legalização, integração, acesso à nacionalidade portuguesa, voto autárquico e sucesso escolar dos descendentes) e deu-se início ao processo de legalização de 1993.

A comunidade cabo-verdiana é reconhecidamente a mais antiga comunidades de imigrantes em Portugal, por isso é aquela que tem vantagens comparativas.

Na realidade, segundo os dados do SEF (2007), conta com grau maior de acesso a nacionalidade portuguesa, menor taxa de situações ilegais: 3,12% de identificações contra 29, 2 % de brasileiros ou 17% de indianos.

No entanto, também tem as situações mais desfavoráveis que correspondem ao baixo grau de literacia nos imigrantes mais antigos, da década de setenta e seus

descendentes, pior inserção no mercado de trabalho, concentração em escolas de bairros problemáticos, concentração em bairros de duvidosas opções urbanísticas e de ordenamento do território, pobreza e pesada herança de um passado migratório sem rede de protecção, presença expressiva nas prisões (700) “nacionais cabo-verdianos” e outros tantos ou mais portugueses de origem cabo-verdiana.

A dimensão da comunidade, como já foi referido, é motivo de controvérsia, visto não ser possível contabilizar esse valor com precisão. Contudo, os especialistas estimam que entre “nacionais cabo-verdianos” e todos os outros de “identidade cabo-verdiana” mas portadores de diversos estatutos jurídicos (português, são tomense, angolano, holandês, francês, etc.), a dimensão da comunidade culturalmente identificada como cabo-verdiana andarà entre 200 a 250 mil. Esta estimativa tem os seus fundamentos, de acordo com os dados disponibilizados pela Embaixada de Cabo Verde, nos seguintes elementos:

- Os registos consulares da Embaixada em Lisboa têm 136.025 cabo-verdianos inscritos. No entanto, pode ser que muitos já tenham adquirido nacionalidade portuguesa, emigrado para outros países, regressado a Cabo Verde ou falecido.
- As estatísticas do SEF⁴⁷ demonstram que os imigrantes cabo-verdianos (rigorosamente, os portadores de nacionalidade cabo-verdiana) são cerca de 68 mil, em Portugal. (62 mil em 2007, o que corresponde a uma estimativa de cerca de 3 mil chegadas/ano).
- Os números indicam uma taxa de “naturalizações” de cerca de 2000 cabo-verdianos/ano entre (1988 a 2006), ou seja de mais 36 mil “naturais”, salvo nos anos de 2007 e 2008 em que os números foram de cerca de 14 mil naturalizações.
- Não existem números exactos de todos os filhos tanto de “nacionais cabo-verdianos” como de “naturais de Cabo Verde”, que tiveram acesso à nacionalidade portuguesa à nascença.

De qualquer modo, a dimensão da comunidade será algo como o seguinte:

- Imigrantes “nacionais de Cabo Verde” 68 mil;
- Os de origem cabo-verdiana “naturais de Cabo Verde” 75 mil.

⁴⁷ Dados fornecidos pelo SEF à Embaixada de Cabo Verde em Maio de 2009 e recolhidos pela Mestranda.

Está-se, assim, perante um total de 143 mil e consta-se que este número está próximo dos registos da Inscrição Consular.

No entanto, a Chefe dos Serviços da Comunidade da Embaixada de Cabo Verde, Alice Santos, aponta para um valor mais alto, pois considera que “o total real ultrapassará facilmente os 200 mil mesmo que uma parte tenha emigrado para outros países ou para Cabo Verde, ou tenha, entretanto, falecido”.

De resto, outros indicadores poderiam facilmente atestar a dimensão expressiva desta comunidade, tais como:

- O número de voos semanais (entre 19 e 26) entre Lisboa e Cabo Verde (Praia, Sal);
- O primeiro lugar nas remessas financeiras e não financeiras, apesar da pobreza e desnível de salários com outras realidades europeias e americanas;
- O número anual de vistos emitidos pela Embaixada de Portugal na cidade da Praia.

Apresentados os valores numéricos, passa-se, agora, a abordar as características destes emigrantes.

Assim, na actualidade, o padrão da emigração cabo-verdiana para Portugal está a mudar. Os recém-chegados têm níveis de escolaridade mais elevados, elemento que lhes permite uma inserção mais diferenciada no mercado de trabalho. Este dado reflecte-se na inserção habitacional, que está mais “normalizada”, embora ainda haja alguma concentração. Além disso, estes imigrantes estão inscritos na Previdência Social e têm outra capacidade de fazer valer os seus interesses e de lutar contra o racismo e a discriminação.

É claro que continuam a subsistir problemas, nomeadamente entre aqueles que chegaram há mais tempo e os seus descendentes. De facto, segundo Alice Santos, “é verdade que a herança é pesada e levará certamente algum tempo, até que o sucesso escolar dos descendentes destes novos imigrantes cabo-verdianos imponham uma nova imagem. Os jovens marginalizados de agora são os insucessos escolares dos anos 80 e 90”⁴⁸.

⁴⁸ Afirmação constante do relatório enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde a 19 de Maio de 2009.

4.3. As Políticas Públicas de Integração em Portugal

A comunidade cabo-verdiana é a principal beneficiária das políticas públicas de integração, quando elas são efectivas. Porém, o problema é quando estas políticas não são efectivas.

No domínio do acesso à legalização, à nacionalidade portuguesa (porque é instrumentalmente muito importante), ao voto nas autarquias, no apoio às associações, no amparo social e acesso ao rendimento mínimo e a muitos outros domínios, os cabo-verdianos tem sido os principais beneficiários e os efeitos são visíveis, embora não tenham estancado toda a pobreza e a herança de um passado de emigração desastroso em muitos aspectos.

A instituição da Comissão Consultiva Conjunta para a emigração entre Portugal e Cabo Verde, processo iniciado em 2006, ainda não teve os resultados pretendidos pelas entidades, para além da força de pressão que exerce sobre o país de acolhimento, das facilidades em termos de legalização (permanente e de que usufruem os cabo-verdianos, sendo a Embaixada a intermediária da legalização que se faz diariamente, ao abrigo de dispositivos da nova lei de emigração, entrada, permanência e saída de estrangeiros).

Os números demonstram que os cabo-verdianos são os estrangeiros «melhor tratados» nas fronteiras, tendo como indicadores o baixo número de recusas de entrada, o reduzido número de expulsões – comparativamente com outros grupos – o elevado número de readmissões passivas, a alta percentagem de legalizações presenciais e a isenção de taxas obrigatórias a estrangeiros.

Porém, em relação ao poder local, continuam as dificuldades em lidar com a exclusão urbana sendo raras as excepções de Câmaras Municipais que têm obra feita nesse domínio: na Grande Lisboa, no Algarve, Sines e Açores.

Na realidade, os municípios têm poucos recursos e muita incapacidade para lidar com as situações de exclusão urbana, fruto de projectos arquitectados há cerca de 30 anos e que subsistem, uns piores que outros.

Alice Santos sustenta, no já citado relatório, que:

“Foram feitos grandes investimentos de reordenamento do território municipal em poucos municípios, e muitas vezes isso só é possível com a entrada de recursos vindos de Bruxelas. Ao fim de vários anos mergulhado na crise económica, a situação em Portugal pode ser medida nesses bairros degradados, onde escasseiam soluções e a sobrevivência resvala para caminhos pouco edificantes”.

Convém referir que foi, sobretudo, a partir de 1995, com a criação do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), que se deu início a políticas públicas para integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, como, por exemplo, o processo de legalização de 1998, a alteração da Lei da Nacionalidade em 2005 e a aprovação do Plano de Integração em 2007.

Depois de se tratar da emigração no arquipélago de Cabo Verde, acha-se conveniente fazer uma pequena referência sobre as remessas dos emigrantes cabo-verdianos, uma das fontes de desenvolvimento de Cabo Verde como é reconhecido por todos e, em particular, pelo governo de Cabo Verde.

No decorrer da pesquisa verificou-se que, actualmente, a emigração é entendida como uma componente estrutural da sociedade cabo-verdiana. De acordo com o estudo do Banco Mundial, designado por *Cabo Verde-Poverty Study*, que foi elaborado nos meses de Agosto a Setembro de 1993, 60% a 70% das famílias cabo-verdianas receberam transferências do exterior suficientes para melhorar a sua qualidade de vida.

De facto, embora as remessas flutuem com as condições económicas, geralmente contribuem em 12 a 14% do PIB de Cabo Verde e, por isso, constituem um importante recurso para equilibrar a balança de pagamentos e para o desenvolvimento da economia das ilhas.

Segundo os dados da ACIDI⁴⁹:

“as remessas dos imigrantes cabo-verdianos atingiram 10,42 milhões de contos em 2008, sendo as maiores fatias provenientes de Portugal 3,1 milhões, França 2,2 milhões, e Estados Unidos 1,4 milhões. A quantia representa um acréscimo de 265,3 mil contos em relação ao ano anterior, correspondente a 2007, que foi de 10,15 milhões de contos. De acordo com os dados provisórios do Banco de Cabo Verde, o volume das remessas aumentou 11,3 % entre Dezembro e Fevereiro de 2009, mais de 2,1 pontos percentuais em relação ao quarto trimestre de 2008”.

Baseado, ainda, nestes dados estatísticos, as remessas dos imigrantes representaram, até ao ano de 2008, a principal fonte de receitas para Cabo Verde e anualmente contribuem com uma média de 9,4 milhões de contos para a economia do arquipélago.

Graças a estas remessas, a economia cabo-verdiana desenvolveu-se significativamente desde o final da década de 90.

Quem confirma esta afirmação é o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, ao afirmar que “se Cabo Verde neste momento está integrado num mundo globalizado, deve-se aos cabo-verdianos que estão nos quatros cantos do mundo”.

⁴⁹ Dados disponíveis em www.acidi.pt . Sítio consultado em 14-04-2009.

Sustenta, ainda, que os cabo-verdianos que estão emigrados “fazem parte do desenvolvimento do país de acolhimento e principalmente de Cabo Verde”.

Além disso o Chefe de Estado deixou um conselho aos cabo-verdianos: “para se atingir uma boa inserção social todos aqueles que possam votar em Portugal, que o façam, porque assim teremos mais vozes nas decisões políticas e sociais”⁵⁰.

4.4. A Questão da Adjacência

Muitos analistas políticos consideram que Cabo Verde teria mais a ganhar como uma espécie de território português, isto é, mesmo sendo um país independente, que tivesse um Estatuto como os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

A ideia da adjacência de Cabo Verde a Portugal, segundo Silveira (2005, p. 136), resultou:

“de uma iniciativa do marquês de Sá da Bandeira, que foi imediatamente rejeitada pelo reino, em nome do princípio de unidade e centralização do poder. Os nativistas sentiram essa rejeição como uma grande afronta, mas não depuseram as armas. Tinham perdido a batalha, mas *guardavam a fé* que sobreviveu até os primeiros anos da década de setenta do século passado. Nessa altura, coube aos cabo-verdianos a decisão de rejeitarem, por capricho, a proposta de adjacência.”

Esta recusa deveu-se ao facto de os membros da libertação nacional pensarem que esta seria uma forma de estorvar o processo de libertação que estava a ser conduzido pelo PAIGC.

De acordo com António Corsino Lopes⁵¹ “e outros companheiros do autor de «Mornas» em *A voz de Cabo Verde* para quem a independência de Cabo Verde era algo que não se colocava nem «para já – 1915», nem «para nunca»”.

Aristides Pereira, afirmou que:

“a presença colonial portuguesa em Cabo Verde é amiúde assinalada na historiografia portuguesa como sendo diferente em relação a outras colónias, procurando mesmo a política oficial de Portugal colonialista, ao longo de todo o processo da colonização, dar a ideia de que Cabo Verde era um caso à parte e, como tal, merecendo na sua generalidade um tratamento jurídico diferente. Apesar de tudo, nunca se deixou de sentir a relação dominador-dominado, assentando aí a génese de todo um processo que culminaria mais tarde no despertar do nacionalismo cabo-verdiano”⁵².

Em Cabo Verde por nunca ter havido movimentos militares ou armados, alguns pensadores, tais como Adriano Moreira e José Coeiro da Matta, em 1962, pretendiam

⁵⁰ Informação recolhida pela Mestranda dia 3 de Julho de 2009.

⁵¹ Citado por Silveira, O. (2005). *A democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Edições Colibri, p. 136.

⁵² Pereira, A. (2002). *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias.

“conceder-lhe o estatuto de adjacência, que não foi alcançada por ter saído do governo da Salazar”⁵³.

José Coeiro da Matta, no mesmo artigo, sustenta que:

“a integração de Cabo Verde no regime das ilhas adjacentes excederia nas vantagens os encargos e que o Portugal do Atlântico seria assim mais português. E que na questão das Obras Públicas, o ministro da pasta, tal como outros, ali faria obras. Açores, Madeira e Cabo Verde reunidos na adjacência, a maior parte da Macaronésia, espécie de ponte para o Brasil, cuja ligação ficaria deste modo *mais assegurada e fortalecida*”.

A questão da adjacência surgiu na sequência de os países africanos se encontrarem no processo de independência e alguns dos que estavam contra a libertação de Cabo Verde consideravam que um Cabo Verde adjacente não pensaria, talvez, em independência.

Coeiro da Matta⁵⁴ defendia que “se queríamos que Cabo Verde se mantivesse território português era preciso antecipar, desenvolver, re-colonizar”. Além disso, salientava que “a Europa ou se fixa na África e nela mantém e completa a sua europeização ou acabará por ser o que é geograficamente uma península asiática. E nós, portugueses, não podemos ceder um só dia na consolidação do que lá temos.”

Segundo Adriano Moreira, na altura Ministro do Ultramar, “competiria aos cabo-verdianos decidir sobre o seu destino (por referendo?)”⁵⁵.

Esta atitude ou escolha verificou-se, mas de outra forma, depois do arranque dos confrontos nas matas da Guiné. Esta atitude deveu-se ao facto de muitos daqueles que faziam parte do movimento independentista não acharem que a adjacência constituísse um bom factor de desenvolvimento para o arquipélago e, assim sendo, continuaram a lutar pela independência.

De acordo com Tolentino⁵⁶, “mesmo querendo, Cabo Verde nunca teria sido Canárias, nem Madeira, nem Açores. Fomos uma colónia africana de Portugal e nunca passou pela cabeça do poder colonial transformar Cabo Verde em Ilhas adjacentes ou região autónoma”. (Pinto, 2005, p. 495)

⁵³ Arquivo Saial, J. Adjacência para Cabo Verde, miragem perseguida, Coluna Cabo verdi di meu, (5 de Outubro de 2006). [consult. 2009-07-08]. Disponível em <http://saial.info/index>.

⁵⁴ Idem, [consult. 2009-07-08]. Disponível em <http://saial.info/index>. Ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros durante o Governo de Salazar.

⁵⁵ Idem, [consult. 2009-07-08]. Disponível em <http://saial.info/index>.

⁵⁶ Cf. entrevista concedida por Tolentino e constante em Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e discontinuidades*. Covilhã IDI – MNE, p. 495.

Porém, depois da independência, a questão da adjacência foi substituído pela parceria especial com a União Europeia⁵⁷ porque com a independência a adjacência já não fazia sentido. Em termos reais, a parceria é como prova de uma relação privilegiada de Cabo Verde.

⁵⁷ Esta questão já foi desenvolvida no subcapítulo 3.1.3.

Conclusão

Como já foi considerado por diversos pensadores, o final do século XX é visto como uma fase de democratização a nível global, ou seja, a nível mundial decorreram processos de substituição de regimes que não eram democráticos e passaram a sê-lo e, assim, os regimes autoritários de partido único evoluíram para regimes multipartidários, como foi o caso de Cabo Verde.

Essas transformações foram acompanhadas com enorme entusiasmo por milhões de pessoas que, depois de alcançarem a independência, pretendiam chegar à democracia e, também, pela comunidade internacional que tinha esperança que a democracia fosse motivo de mudança e uma esperança para uma melhor qualidade de vida.

De facto, na fase inicial, o sistema autoritário herdado do colonialismo, que foi, em seguida, continuado pelo monopartidarismo em muitos países, continua a ser um obstáculo para a conclusão dos processos de transição para a democracia.

No caso de Cabo Verde, que foi objecto de estudo nesta Dissertação, houve dois processos de transição, situação que possibilitou profundas transformações nas áreas políticas, económicas e social.

De facto, Cabo Verde poderia ter adoptado um regime democrático logo após sua independência, mas os líderes independentistas optaram por um regime autoritário de carácter monopartidário, que esteve em vigor durante quinze anos, com o controlo dos poderes legislativo e executivo por parte do partido único e, através da repressão, impediam qualquer tentativa de organização política da oposição.

Durante esse regime, a política socioeconómica era baseada no centralismo estatal e a má administração feita pelo partido único isso levou à decadência do modelo de economia planificada e, consequentemente, forçou o regime a iniciar um processo de liberalização económica e política, pois, dois anos mais tarde, houve o processo de abertura política ao multipartidarismo.

Isto deveu-se ao facto de Cabo Verde ser um país muito dependente do exterior, e ter havido bastante pressão por parte da comunidade internacional, pois essa pressão foi decisiva para o início da transição democrática em Cabo Verde. Além disso, as mudanças que se verificaram no cenário internacional, fizeram com que o processo de democratização se antecipasse.

Assim, a 28 de Fevereiro de 1990, foi aprovado na Assembleia Nacional Popular a Lei constitucional número 2/III/90 e o multipartidarismo em Cabo Verde passou a ser reconhecido porque a Constituição passou a admitir a legalização de partidos políticos, eleições democráticas, ou seja, verificou-se uma transição com vista a um novo modelo de organização da vida política, económica e social.

A derrota do antigo partido único nas primeiras eleições foi uma prova da perda de legitimidade e do desgaste político causado pelos quinze anos de autoritarismo e não constituiu surpresa. A vitória da oposição deveu-se ao facto de o povo cabo-verdiano estar desejoso da mudança e a oposição surgir como uma esperança.

É de constatar que em Cabo Verde – e aqui começa a diferença de Cabo Verde em relação a muitos países não apenas africanos – a oposição teve um papel importante na definição das regras para o processo de mudança política porque a transição para o multipartidarismo foi o resultado de uma iniciativa envolvendo os líderes do regime de partido único e os da oposição política.

No que concerne às relações com Portugal, verificou-se que, praticamente em todas as fases, Portugal esteve presente para ajudar a sua antiga colónia, embora, de acordo com Tolentino⁵⁸:

“em relação a Portugal, podemos perfeitamente poupar nos discursos e investir na procura de eficácia, porque mais importante do que repetir que as relações são boas é saber se fizemos tudo o que era possível e se, dados os recursos pensáveis e as circunstâncias que condicionam esta relação, podemos fazer mais e melhor” (Pinto, 2005, p.495)

No entanto, para além da importância da cooperação bilateral promovida por Portugal com Cabo Verde, não se pode esquecer o contributo de Portugal para que Cabo Verde pudesse beneficiar de um estatuto especial junto da União Europeia.

Aliás, como prova das boas relações que existem entre Cabo Verde e Portugal, neste momento tanto os cabo-verdianos como os portugueses podem usufruir da dupla nacionalidade.

Importa, como síntese, ter presentes as palavras do Embaixador Arnaldo Ramos, segundo as quais, “as relações entre Portugal e Cabo Verde estão no seu melhor momento agora [...] Praticamente, todos os meses temos Ministros de Cabo Verde em Portugal e Ministros de Portugal em Cabo Verde, para novas iniciativas e programas”.

⁵⁸ Cf. entrevista já referida, p. 495.

Na verdade, apesar de a colonização portuguesa não ter sido esquecida, tanto nos aspectos positivos, mas, sobretudo, nos negativos, na generalidade, o povo de Cabo Verde não é, de forma alguma, hostil a Portugal, nem os portugueses são recebidos com qualquer forma de rancor derivada de um passado marcado por uma relação desigual.

Por isso, mais pertinente do que evocar o passado é viver o presente e cooperar para a construção de um futuro melhor para ambos os países.

No que concerne ao apoio internacional, nomeadamente à cooperação multilateral, cooperação em que Portugal volta a ser uma mais-valia para Cabo Verde devido às organizações a que pertence, é importante que Cabo Verde continue a receber apoio da comunidade internacional para poder conseguir os objectivos do desenvolvimento.

Na realidade, o processo em Cabo Verde foi diferente daquele que ocorreu em muitos países em desenvolvimento porque se verificou uma boa aplicação das ajudas internacionais e essa aplicação foi acompanhada de estabilidade política, social e económica.

Foi esta estabilidade e a vontade colectiva que fizeram com que os níveis de desenvolvimento do país atingissem o patamar pretendido desde a independência e, com isso, se desse a transição de PMA para PRM.

De facto, a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde tem assentado numa exemplar gestão das oportunidades que circunstancialmente se abriram a Cabo Verde e a sua inserção internacional tem sido feita de forma suave e progressiva.

Em conclusão parece possível dizer que a investigação encontrou resposta para as questões que foram formuladas na introdução, e para melhor esclarecimento encontra-se em anexo a entrevista do Sr. Embaixador de Cabo Verde em Portugal.

Bibliografia

Albuquerque L. et al. (1991). *História geral de Cabo Verde*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda.

Andrade, E. (1996). *As ilhas de Cabo Verde da descoberta à independência nacional (1469-1975)*. Paris: Edição L'Harmattan.

Arnelle, E. (1997). *História da África lusófona*. Portugal: Editorial Inquérito.

Barros, S. (1933). Origem das Colónias de Cabo Verde. In *Cadernos Coloniais*, nº 56. Lisboa: Edições Cosmos.

Batalha, L. (2004). *The Capeverdean diaspora in Portugal: colonial subjects in a postcolonial world*. Lanham: Lexington Books.

Brásio, A. (1962). Descobrimento, povoamento, evangelização do arquipélago de Cabo Verde. In *Revista Studia*. nº 10. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Boletim oficial de Cabo Verde nº. 3, 25 de Janeiro de 1991

Cardoso, H. (1993). *O partido único em Cabo Verde: um assalto à esperança*. Praia: Imprensa Nacional.

Carreira, A. (1969). A Evolução demográfica de Cabo Verde. in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Ano XXIV, nº 94

Carreira, A. (1972). *Cabo Verde formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Lisboa: Imprensa Portuguesa.

Carreira, A. (1982). *Estudos de economia caboverdiana*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

Carreira, A. (1983). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.

Cunha, J. M. S.(1953). *O Sistema português de política indígena*. Coimbra: Coimbra Editora Lda.

Cortesão, J. (1962). *História dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Edições Arcádia.

Costa, F. & Falé, N. (1992). *Guia político dos PALOP*. Lisboa: Editorial Fragmentos.

Domingues, A. et al. (1991). *História geral de Cabo Verde*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda.

Estevão, J. (1998). *Bases metodológicas para uma abordagem do desenvolvimento de Cabo Verde*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Enes, A. (1946). A colonização europeia de Moçambique. in *Antologia Colonial Portuguesa*. Lisboa: A.G.C.

Enders, A. (1997). *História da África lusófona*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

Gomes, I. (Coord). (1999). *Estudos de caracterização da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal*. Lisboa: Embaixada de Cabo Verde em Portugal.

Góis, P. (2006). *Emigração cabo-verdiana para [e na] Europa e a sua inserção nos mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIDI.

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1930-1974). *Comércio Externo, Vol. I*. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1970-1974). *Estatísticas do Comércio Externo, Vol. I*. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1990-2000). *Estatísticas do Comércio Externo, Vol. II*. Lisboa: INE.

Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE]. (1995). *Dez anos de política de cooperação*. Lisboa: MNE.

Moreira, A. (1955). *Administração da justiça aos indígenas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Partido Africano da Independência de Cabo Verde [PAICV]. (1983). *Programa e estatutos do PAICV*. Praia: DIP.

Pereira, Aristides. (2002). *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias.

Pereira, D. (2005). *Estudos da História de Cabo Verde*. Lisboa: Alfa-Comunicações Lda.

Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade de países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático MNE.

Pinto, J. (2007). *Adriano Moreira: uma intervenção humanista*. Coimbra: Almedina.

Pinto, J. (2008). *Estratégias da ou para a lusofonia? O futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.

Silva, A. D. (1997). *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Porto: Afrontamento.

Silveira, O. (2005). *A democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Edições Colibri.

Silveira, O. (2005). *A tortura em nome do partido único – o PAICV e a sua política*. Mindelo: Terra Nova e Ponto e Vírgula.

Relatórios

Embaixada de Cabo Verde [ECV]. (2009). *Tópicos salientes sobre a imigração cabo-verdiana em Portugal*. Lisboa: Embaixada de Cabo Verde.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001). *Relatório do desenvolvimento humano*. Lisboa: Tricontinental Editora.

Teses, dissertações e Trabalhos Académicos

Correia E. S. A. (1997). O processo cabo-verdeano de transição para a democracia. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.

Costa, R. O. (2007). O acordo de cooperação cambial entre Cabo Verde e Portugal. Trabalho de seminário apresentado na cadeira de Estratégias Linguísticas e Geopolítica da Lusofonia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Comunicação em Seminário

Furtado, C. (1997, Novembro). Democracia na África: possibilidades e limites. In *Ciclo de Debates: Direitos Humanos, Cidadania e Democracia* (pp. 1-15). Praia: Instituto das Comunidades.

IPAD. (2005, Junho). Portugal Cabo Verde: uma parceria para o futuro. In *Ciclo de Encontros Negócios e Afinidades*. Lisboa, Hotel Altis.

Jornais e Revistas

Dédalo, H. (2007, 8 de Junho). Amigos para Sempre. *Diário Insular*.

Diário de Notícias. 8 de Fevereiro de 2005

Ferreira, I. (1999, Setembro). A diplomacia do PAIGC durante a luta de libertação. In *Revista África em Debate* (pp. 27-38). Lisboa: Centro de Estudos Africanos do ISCTE.

Cohen, M. (1991, Jan/Fev). Arquipélagos da alternância - a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14-15 (pp.113-154). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical

Van-Dúnem, B.(2005, de Novembro). Cabo Verde e União Europeia: adesão ou parceria. In *Revista de Estudantes Africanos da Universidade Nova de Lisboa*, (pp.1-4) Lisboa: UNL.

Webgrafia

Agência Lusa

<http://www.lusa.pt/lusaweb/>. Acedido a 30 de Junho de 2009

Alfa-Comunicações

<http://www.alfa.cv>. Acedido a 28 de Maio de 2009

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural [ACIDI]

<http://www.acidi.gov.pt/>. Acedido a 14 de Abril de 2009.

Arquivo Saial. (2006, 5 de Outubro). Adjacência para Cabo Verde, miragem
perseguida. Coluna Cabo verdi di meu.

<http://saial.info/index>. Acedido a 8 de Julho de 2009.

Jornal *A Capital*

<http://www.acapital.pt/secciones/noticia>. Acedido a 27 de Maio de 2009

Jornal *A Semana*

<http://www.asemana.publ.cv>. Acedido a 27 de Maio de 2005

Página Oficial do Governo de Cabo Verde

<http://www.governo.cv>. Acedido a 10 de Novembro de 2006.

Índice Remissivo

A

Afonso, D. – 17, 18, 19, 20, 36

Albuquerque, L. – 19

Amaral, F. – 82

Andrade, E. – 36, 42, 81, 90

António, N. – 17

Anbróse, N. – 43

Arnelle, E. – 52, 85

B

Barros, S. – 21

Barroso, D. – 83

Batalha, L. – 92

Brásio, A. – 28

C

Cabral, A. – 43, 44, 48, 49, 54, 61

Cabral, L. – 61

Caetano, M. – 45

Campinos, J. – 51

Cardoso, H. – 60

Carreira, A. – 18, 21, 38, 88, 89

Clemente, VII – 28

Cohen, M. – 56

Cortesão, J. – 17

Costa, N. – 63

Costa, R. – 74, 76

Costa, M. – 79

D

Dédalo, H. – 87

Dias, A. – 25

Domingues, A. – 25, 28

E

Enes, A.– 32, 33

Estevão, J. – 61, 66, 75

F

Fernando, D. – 17, 20, 36

Ferreira, I. – 44

Franco, A. – 74

Furtado, C. – 85

G

Gomes, D. – 18

Gomes, F. – 26, 30

Gomes, I. – 93

Góis, P. – 88

H

Haq, M. – 67

Henrique, D. – 18, 87

J

João III, D. – 27, 28

L

Léonard, Y. – 32

M

Mascarenhas, A. – 64

Mariano, G. – 42

Margarito, A. – 86

Matta, J. – 99

Menezes, J. – 27

Moreira, A. – 32, 34, 80, 81, 82, 83, 99

N

Neto, A. – 44, 49

Neves, J. – 69, 81, 83, 84, 98

Noli, A. – 18, 37

P

Pereira, A. – 48, 49, 62, 64, 79

Pereira, D. – 19, 86

Pinto, J. – 32, 34, 49, 51, 52, 67, 69, 71, 73, 85, 86, 100

Pires, P. – 81

R

Ramos, A. – 87

Rosário, A. – 74

S

Salazar, A. – 44, 45

Santos, A. – 95, 96, 97

Santos, Almeida – 51

Sen, A. – 67

Silva, A. – 56

Silva, B. L. – 43

Silva, C. – 33

Silveira, O. – 22, 24, 29, 30, 31, 32, 43, 51, 53, 57, 98

Soares, M. – 51, 79, 80, 82, 83

Sócrates, J. – 69, 83

Spínola, A. – 51, 52

T

Tolentino, C. – 99, 100

V

Van-Dúnen, B. – 81

Veiga, A. – 43

ANEXO

Anexo

Entrevista realizada a 27 de Julho de 2009 ao Senhor Embaixador de Cabo Verde em Portugal, Arnaldo Andrade Ramos para a Dissertação de Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais

- Qual é o real alcance do Estatuto de Cabo Verde na União Europeia?

- A relação de Cabo Verde com a UE, é uma relação que ainda é o que existe entre a UE e os 75 países ACP; Cabo Verde faz parte dos Países ACP, sendo membro, logo tem esse estatuto. O que existe de diferente é um acordo de Parceria Especial com a UE que não atribui um estatuto a Cabo Verde, mas é um reconhecimento de uma “intenção”, “vontade” e “compromisso” de trabalhar em conjunto para realizar programas e projectos do interesse de ambas as partes.

A Parceria Especial é um projecto de cooperação entre Cabo Verde e a UE visando melhorar as relações, o que significa que é, de algum modo, uma transição, “um corredor” que tende a resultar numa posição mais vantajosa de Cabo Verde junto à UE, da que existe hoje.

- Cabo Verde pode beneficiar do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional destinado às regiões ultraperiféricas da UE como os Açores, a Madeira e as Canárias?

- Sim, já beneficia de acções FEDER quando se destina a projectos conjuntos entre Cabo Verde e um desses arquipélagos ultraperiféricos, portanto, existem vários projectos a decorrer em CV financiados pelo FEDER, isto é, são projectos conjuntos, particularmente de Canárias com Cabo Verde (é onde está mais avançado), mas também no caso de Açores suponho que existem projectos financiados pela FEDER.

Mas, o financiamento FEDER entra porque, Açores, Madeira e Canárias encontram-se como membros da UE. Estatutariamente Cabo Verde não tem direito ao FEDER, só tem acesso ao FED. Por conseguinte, só tem acesso a financiamento do FEDER em projectos conjuntos, em que entrem Regiões pertencentes à UE.

Porém, a grande procura e aspiração de Cabo Verde é de ter acesso directo ao FEDER, que ainda não conseguiu, porque FEDER é um “envelope” destinado só aos membros.

- Com a parceria especial com a União Europeia considera que haverá alguma alteração no posicionamento de Cabo Verde a nível da CEDEAO?

- Não, não há desvinculação de Cabo Verde da CEDEAO, pelo contrário, a ideia é que Cabo Verde só é útil à UE se estiver bem integrado a nível da CEDEAO, isto é, se funcionar como um elemento que polariza a atenção dos países da CEDEAO para bons desempenhos, que garanta desenvolvimento, comércio, segurança e estabilidade, também do interesse da Europa. Sentimos a intenção da UE e o interesse em que Cabo Verde possa ser um elemento activo na CEDEAO, em vários dossiers que interessam a Europa.

Quer o dossier da Segurança, quer o da imigração, quer do desenvolvimento económico, das relações comerciais, do investimento, tudo isso são domínios onde Cabo Verde pode aparecer como um bom exemplo. Então servirá um interesse que a Europa tem de que os outros 15 países da CEDEAO sigam o mesmo caminho, portanto possam beneficiar também de programas especiais outorgados pela UE, essa é a ideia, parece-nos.

- As estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde estão vocacionadas preferencialmente para a Europa ou para África?

- Penso que Cabo Verde tem uma estratégia de desenvolvimento ampla, que é mundial e não está ancorada a nenhuma região específica. Se tivéssemos que fixar em termos geográficos, então a expressão certa seria “Bacia do Atlântico”.

Portanto, o que o governo de Cabo Verde tem programado como estratégia é a ideia de uma integração na economia mundial, e se reparar Cabo Verde tem pelo menos quatro grandes direcções já a funcionar. E pode vir a ter mais! Tem uma que é a UE, com que temos o maior volume de comércio, o maior nível de trocas financeiras, o

maior nível de trocas de pessoas e maior nível de troca cultural, portanto, temos circulação de pessoas, mercadorias e trocas culturais e também actividade política, é sem dúvida uma direcção muito forte.

A segunda direcção temos com a África Ocidental onde também existem trocas de mercadorias, circulação de pessoas, relações políticas e económicas, e culturais também, de menor dimensão mas existem.

A terceira direcção é o Brasil, estamos a aumentar o comércio, o número de estudantes, as trocas culturais, o investimento com a América do Sul, sobretudo o Brasil, que é uma das novas potências mundiais. O relacionamento com o Brasil está a aumentar rapidamente, que o tornará na terceira (?) âncora de relacionamento internacional de Cabo Verde.

Enfim, a única âncora atlântica que ainda não funciona em pleno é a África do Sul. Na África Austral já começou a funcionar, com Angola (investimentos cruzados em energia, finanças, pesca, agricultura) mas ainda não há resultados palpáveis com a África do Sul.

- *Quando se fala na possibilidade de Cabo Verde ser membro da União Europeia, alguns pensadores, tais como Elisa Andrade, opõem-se à ideia. Considera que esta decisão deve ser objecto de referendo?*

- O que aconteceu foi um equívoco, que já está ultrapassado. Em 2004 algumas figuras públicas em Portugal falaram de uma “adesão” de Cabo Verde à UE e isso levantou uma grande polémica. Em primeiro lugar, o contexto era outro. Num debate disseram que Cabo Verde estaria mais próximo da UE (em termos de valores e cumplicidade histórica) do que a Turquia, cujo pedido de adesão estava em cima da mesa na altura. Em segundo lugar, o Governo de Cabo Verde veio dizer que não solicitou adesão, e que isso nem sequer fazia sentido. O equívoco ficou desfeito. Isso não quer dizer que não exista quem considere isso possível. Apenas não é um projecto politicamente realista, nesta altura.

- *Neste momento, como avalia as relações entre Portugal e Cabo Verde?*

- As relações entre Portugal e Cabo Verde estão no seu melhor momento agora. Nunca antes tinham atingido este nível. Como prova disso existem um grande número

de indicadores. Por exemplo, o número de ligações aéreas diárias actuais entre Cabo Verde e Portugal era impensável há uns anos atrás; os portugueses são, pela primeira vez o primeiro grupo de turistas a visitar Cabo Verde apesar do aumento dos nórdicos e britânicos; Em relação aos cabo-verdianos, o fluxo é intenso, por razões familiares, económicas, políticas, desportivas, culturais, negócios, etc.

Como prova desse bom momento pode-se apontar, por exemplo a decisão de assinatura de um Tratado especial entre os dois Estados, aquando da recente visita do Primeiro-Ministro José Sócrates á Cabo Verde (em Março). Trata-se de um novo patamar do relacionamento entre os dois países, como foi sublinhado na altura. Foram assinados novos 14 Acordos de Cooperação abrangendo áreas como novas tecnologias, formação avançada, novas energias, quase tudo em sectores de ponta, ultrapassando a cooperação clássica.

Acabamos de assinar linhas de crédito, abarcando investimentos em infraestruturas e energias, com participação de empresas portuguesas, no valor de 600 milhões de euros, ou seja 8 vezes mais do que o programa “Millenium Challenge Account” dos Estados Unidos com Cabo Verde.

Praticamente, todos os meses temos Ministros de Cabo Verde em Portugal e Ministros de Portugal em Cabo Verde, para novas iniciativas e programas. É um relacionamento intenso, com uma cadência diária de acontecimentos. Não há nenhum outro país, com quem Cabo Verde tenha tal relacionamento.

- Resta-nos agradecer ao Dr. Arnaldo Ramos por nos ter concedido esta entrevista para a Dissertação do Mestrado. A entrevista, depois de passada a escrito, ser-lhe-á enviada (via email) para que proceda às correcções e alterações que entender, de forma a que a mesmo integre, como anexo, a Dissertação de Mestrado.